

<b>Valor Nominal Unitário:</b>	R\$1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão.
<b>Data de Emissão:</b>	15 de dezembro de 2021.
<b>Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série</b>	14 de dezembro de 2028.
<b>Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série</b>	12 de dezembro de 2031.
<b>Subscrição:</b>	As Debêntures serão subscritas pela Emissora por meio da assinatura de boletim de subscrição, conforme modelo constante no Anexo II à Escritura de Emissão, devendo a Braskem efetuar a inscrição do nome da emissora como titular das Debêntures no livro de registro de Debêntures, conforme Cláusula 4.1.7 da Escritura de Emissão.
<b>Amortização das Debêntures da 1ª Série:</b>	Não haverá amortização programada dos CRA 1ª Série, sendo o Valor Nominal Unitário Atualizado dos CRA 1ª Série pago integralmente pela Emissora, em parcela única, na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, Oferta Facultativa de Resgate Antecipado das Debêntures (que resulte em efetivo resgate antecipado), Resgate Antecipado Evento Tributário, Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado - Mudança de Controle (que resulte em efetivo resgate antecipado) e Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão.
<b>Amortização das Debêntures da 2ª Série:</b>	O saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série será pago pela Emissora em 3 (três) parcelas anuais, sendo a primeira em 14 de dezembro de 2029, conforme datas previstas no <u>Anexo I</u> à Escritura de Emissão, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, Oferta de Resgate Antecipado (que resulte em efetivo resgate antecipado), Resgate Antecipado Evento Tributário, Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado - Mudança de Controle (que resulte em efetivo resgate antecipado) e Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão.

<b>Remuneração das Debêntures da 1ª Série:</b>	<p>Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série, incidirão juros remuneratórios equivalentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido em procedimento de coleta de intenções de investimento a ser conduzido pelos Coordenadores com participação dos Investidores Institucionais, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e dos artigos 44 e 45 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de <i>Bookbuilding</i>"), em qualquer caso, limitado ao correspondente à maior taxa entre <b>(i)</b> a taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com vencimento em 15 de agosto de 2028, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (<a href="http://www.anbima.com.br">www.anbima.com.br</a>), a ser apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, acrescida exponencialmente de sobretaxa de 0,70% (setenta centésimos por cento); ou <b>(ii)</b> 4,80% (quatro inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis decorridos ("<u>Remuneração das Debêntures da 1ª Série</u>"), durante cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 4.2.3.1 da Escritura de Emissão.</p>
<b>Remuneração das Debêntures da 2ª Série:</b>	<p>Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, incidirão juros remuneratórios equivalentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido em Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, em qualquer caso, limitado ao correspondente à maior taxa entre <b>(i)</b> a taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com vencimento em 15 de agosto de 2030, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (<a href="http://www.anbima.com.br">www.anbima.com.br</a>), a ser apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, acrescida exponencialmente de sobretaxa de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento); ou <b>(ii)</b> 5,00% (cinco inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis decorridos ("<u>Remuneração das Debêntures da 2ª Série</u>"), durante cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 4.2.3.2 da Escritura de Emissão.</p>

<b>Pagamento da Remuneração:</b>	Os valores relativos à Remuneração das Debêntures da 1ª Série e à Remuneração das Debêntures da 2ª Série deverão ser pagos conforme planilha no <u>Anexo I</u> da Escritura de Emissão, a partir da primeira Data de Integralização.
<b>Vencimento Antecipado Automático:</b>	Independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de Debêntures ou de CRA, e o envio de simples comunicação à Devedora, todas as obrigações constantes deste Termo de Securitização serão declaradas antecipadamente vencidas, nas hipóteses previstas na Cláusula 6.1.1 da Escritura de Emissão.
<b>Vencimento Antecipado Não Automático:</b>	Tão logo tome ciência de qualquer um dos eventos descritos abaixo pela Braskem ou por terceiros, a Emissora deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e de todas as obrigações constantes deste Termo de Securitização, exceto se a assembleia geral de Titulares de CRA deliberar pela não declaração de seu vencimento antecipado, nas hipóteses previstas na Cláusula 6.2.1 da Escritura de Emissão.
<b>Encargos Moratórios:</b>	Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, de: (a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados <i>pro rata temporis</i> , desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e (b) caso o respectivo inadimplemento não seja sanado após o prazo de 3 (três) Dias Úteis da data do inadimplemento, multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido.

---

**Anexo II - Fluxo de Pagamentos e Datas de Pagamento de Amortização e Remuneração dos CRA**

---

**Datas de Pagamento 1ª Série:**

#	Datas de Pagamento das Debêntures 1ª Série	Datas de Pagamento dos CRA 1ª Série	Remuneração	Amortização	Percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser Amortizado
1	14/06/2022	15/06/2022	Sim	Não	0,0000%
2	14/12/2022	15/12/2022	Sim	Não	0,0000%
3	14/06/2023	15/06/2023	Sim	Não	0,0000%
4	14/12/2023	15/12/2023	Sim	Não	0,0000%
5	14/06/2024	17/06/2024	Sim	Não	0,0000%
6	13/12/2024	16/12/2024	Sim	Não	0,0000%
7	13/06/2025	16/06/2025	Sim	Não	0,0000%
8	12/12/2025	15/12/2025	Sim	Não	0,0000%
9	12/06/2026	15/06/2026	Sim	Não	0,0000%
10	14/12/2026	15/12/2026	Sim	Não	0,0000%
11	14/06/2027	15/06/2027	Sim	Não	0,0000%
12	14/12/2027	15/12/2027	Sim	Não	0,0000%
13	14/06/2028	16/06/2028	Sim	Não	0,0000%
14	14/12/2028	15/12/2028	Sim	Sim	100,0000%

**Datas de Pagamento 2ª Série:**

#	Datas de Pagamento das Debêntures 2ª Série	Datas de Pagamento dos CRA 2ª Série	Remuneração	Amortização	Percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser Amortizado
1	14/06/2022	15/06/2022	Sim	Não	0,0000%
2	14/12/2022	15/12/2022	Sim	Não	0,0000%



3	14/06/2023	15/06/2023	Sim	Não	0,0000%
4	14/12/2023	15/12/2023	Sim	Não	0,0000%
5	14/06/2024	17/06/2024	Sim	Não	0,0000%
6	13/12/2024	16/12/2024	Sim	Não	0,0000%
7	13/06/2025	16/06/2025	Sim	Não	0,0000%
8	12/12/2025	15/12/2025	Sim	Não	0,0000%
9	12/06/2026	15/06/2026	Sim	Não	0,0000%
10	14/12/2026	15/12/2026	Sim	Não	0,0000%
11	14/06/2027	15/06/2027	Sim	Não	0,0000%
12	14/12/2027	15/12/2027	Sim	Não	0,0000%
13	14/06/2028	16/06/2028	Sim	Não	0,0000%
14	14/12/2028	15/12/2028	Sim	Não	0,0000%
15	14/06/2029	15/06/2029	Sim	Não	0,0000%
16	14/12/2029	17/12/2029	Sim	Sim	33,3333%
17	14/06/2030	17/06/2030	Sim	Não	0,0000%
18	13/12/2030	16/12/2030	Sim	Sim	50,0000%
19	13/06/2031	16/06/2031	Sim	Não	0,0000%
20	12/12/2031	15/12/2031	Sim	Sim	100,0000%

**Declaração do Coordenador Líder**

A **XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, constituída sob a forma de sociedade por ações, com endereço na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Sul, 30º andar, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 02.332.886/0011-78, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("XP" ou "Coordenador Líder"), na qualidade de instituição financeira intermediária líder da distribuição pública dos certificados de recebíveis do agronegócio das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) Séries da 124ª (centésima vigésima quarta) emissão da **ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Moraes, 1553, 3º andar, conjunto 32, inscrita no CNPJ/ME sob nº 10.753.164/0001-43 ("CRA", "Oferta", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), em conjunto com o **BANCO BTG PACTUAL S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, constituída sob a forma de sociedade por ações, com escritório na cidade e estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, CEP 04538-133, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 30.306.294/0002-26 ("BTG Pactual"), o **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041, bloco A, Vila Olímpia, CEP 04.543-011, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 90.400.888/0001-42 ("Santander"), o **BANCO ITAÚ BBA S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição valores mobiliários, constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na cidade e estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.298.092/0001-30 ("Itaú BBA") e o **BANCO SAFRA S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na cidade e estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.100, CEP 01310-930, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 58.160.789/0001-28 ("Banco Safra" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BTG Pactual, o Santander e o Itaú BBA, os "Coordenadores") nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme em vigor ("Instrução CVM 400"), e demais normas aplicáveis, para os fins do processo de registro da Oferta e para as informações fornecidas ao mercado durante todo o processo de distribuição dos CRA:

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) a **BRAKEM S.A.**, companhia aberta, com sede na Rua Eteno, nº 1561, Polo Industrial de Camaçari, na Cidade de Camaçari, Estado da Bahia, inscrita no

CNPJ/ME sob o n.º 42.150.391/0001-70, na qualidade de devedora dos Direitos Creditórios do Agronegócio lastro dos CRA ("Companhia"), e os Coordenadores constituíram assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta ("Assessores Legais");

- (ii) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");
- (iii) foram disponibilizados pela Companhia os documentos considerados, pela Companhia, relevantes para a Oferta;
- (iv) além dos documentos a que se refere o item (iii) acima, foram solicitados pelos Assessores Legais, em nome dos Coordenadores, documentos e informações adicionais relativos à Companhia, os quais a Companhia confirmou ter disponibilizado;
- (v) a Companhia confirmou ter disponibilizado, para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus Assessores Legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus Assessores Legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (vi) a Companhia, em conjunto com os Coordenadores, participou da elaboração do prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e participará da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio dos seus respectivos Assessores Legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400 **DECLARA**, que:

- (i) agiu, em conjunto com a Emissora e com o agente fiduciário, com diligência para verificar a legalidade e ausência de vícios da Emissão, em todos os seus aspectos relevantes, bem como para assegurar a veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas no Prospecto Preliminar e a serem prestadas no Prospecto Definitivo e no "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) Séries da 124ª (centésima vigésima quarta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Braskem S.A.*" que regula os CRA e a Emissão;

- (ii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores dos CRA, da Emissora, de suas atividades, da situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades, da Companhia, na qualidade de devedora dos Direitos Creditórios do Agronegócio lastro dos CRA, e quaisquer outras informações relevantes, as quais são verdadeiras, precisas, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 400, em especial o seu art. 56, e a Instrução da CVM nº 600, de 1 de agosto de 2018, conforme em vigor; e
- (iv) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição dos CRA, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora que integram o Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são e serão suficientes, respectivamente, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

As palavras e expressões iniciadas em letra maiúscula que não sejam definidas nesta Declaração terão o significado previsto no "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 124ª (Centésima Vigésima Quarta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Braskem S.A.*" celebrado em 16 de novembro de 2021.

São Paulo, [=] de [=] de 2021.

**XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Por:

Cargo:

Por:

Cargo:

---

---

## Anexo IV - Declaração da Emissora

---

---

### Declaração da Emissora

A **ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Moraes, 1553, 3º andar, conjunto 32, inscrita no CNPJ/ME sob n.º 10.753.164/0001-43, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Emissora"), na qualidade de Emissora dos certificados de recebíveis do agronegócio da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) Séries da 124ª (centésima vigésima quarta) emissão da Emissora ("CRA", "Emissão" e "Oferta", respectivamente), tendo por coordenador líder a **XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, constituída sob a forma de sociedade por ações, com endereço na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Sul, 30º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 02.332.886/0011-78, **DECLARA**, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme em vigor ("Instrução CVM 400"), e demais normas aplicáveis, para os fins do processo de registro da Oferta e para as informações fornecidas ao mercado durante todo o processo de distribuição dos CRA, que:

- (v) verificou a legalidade e ausência de vícios na Oferta e na Emissão, além de ter agido com diligência para assegurar a veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas no prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e que venham a ser prestadas no prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo") e no "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) Séries da 124ª (centésima vigésima quarta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Braskem S.A.*" celebrado em 16 de novembro de 2021 entre a Emissora e a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, Nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Agente Fiduciário"), na qualidade de agente fiduciário e representando dos titulares dos CRA ("Termo de Securitização");
- (vi) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores dos CRA ("Investidores"), da Emissora, da sociedade por ações, com registro de companhia aberta na categoria "A" perante CVM, com sede no município de Camaçari, Estado da Bahia, na Rua

Eteno, n.º 1.561, Polo Petroquímico de Camaçari, CEP 42.810-000, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 42.150.391/0001-7, na qualidade de devedora dos Direitos Creditórios do Agronegócio lastro dos CRA, de suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

- (vii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 400 e a Instrução CVM 600;
- (viii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da companhia aberta que integram o Prospecto preliminar ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são e serão suficientes, permitindo aos Investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (ix) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta.

As palavras e expressões iniciadas em letra maiúscula que não sejam definidas nesta Declaração terão o significado previsto no "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 124ª (Centésima Vigésima Quarta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Braskem S.A.*" celebrado em 16 de novembro de 2021.

São Paulo, [=] de [=] de 2021.

**Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.**

\_\_\_\_\_  
Por:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Por:

Cargo:



**Declaração do Agente Fiduciário**

A **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, Nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Agente Fiduciário"), para fins de atendimento ao previsto pelo artigo 11, parágrafo primeiro, inciso "III", da Instrução CVM 600, e do artigo 5º da Resolução CVM 17, na qualidade de agente fiduciário dos Patrimônios Separados instituídos no âmbito da emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) Séries da 124ª (centésima vigésima quarta) emissão da **ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Moraes, 1553, 3º andar, conjunto 32, inscrita no CNPJ/ME sob n.º 10.753.164/0001-43 ("CRA", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), **declara**, para todos os fins e efeitos, que:

- (i) verificou, em conjunto com a **XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, na qualidade de coordenador líder da distribuição pública dos CRA, com a Emissora, e os respectivos assessores legais contratados no âmbito da Emissão, a legalidade e ausência de vícios da Emissão, além de ter agido com diligência para assegurar a veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas no Prospecto Preliminar da Oferta e que venham a ser prestadas no Prospecto Definitivo da Oferta e no Termo de Securitização que regula a Emissão; e
- (ii) não se encontra em nenhuma das situações de conflitos descritas no artigo 6º da Resolução CVM 17, e (a) não exerce cargo ou função, ou presta auditoria ou assessoria de qualquer natureza à Emissora, suas coligadas, controladas ou controladoras, ou sociedade integrante do mesmo grupo da Emissora; (b) não é associada a outra pessoa natural ou instituição financeira que exerça as funções de agente fiduciário nas condições previstas no item (a), acima; (c) não está, de qualquer modo, em situação de conflito de interesses no exercício da função de agente fiduciário; (d) não é instituição financeira coligada à Emissora ou a qualquer sociedade pela Emissora controlada; (e) não é credora, por qualquer título, da Emissora ou de qualquer sociedade por ela controlada; (f) não é instituição financeira (f.1) cujos administradores tenham interesse na Emissora, (f.2) cujo capital votante pertença, na proporção de 10% (dez por cento) ou mais, à Emissora ou a quaisquer dos administradores ou sócios da Emissora, (f.3) direta ou indiretamente controle ou que seja direta ou indiretamente controlada pela companhia Emissora.



As palavras e expressões iniciadas em letra maiúscula que não sejam definidas nesta Declaração terão o significado previsto no "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 124ª (Centésima Vigésima Quarta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Braskem S.A.*" celebrado em 16 de novembro de 2021 ("Termo de Securitização").

São Paulo, [=] de [=] de 2021.

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

---

Por:

Cargo:

---

---

**Anexo VI - Declaração de Custódia**

---

---

**Declaração de Custódia**

A **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215 - 4º Andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001-88, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Custodiante"), na qualidade de custodiante (i) do Termo de Securitização; e (ii) dos Documentos Comprobatórios, **declara** à **ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Moraes, 1553, 3º andar, conjunto 32, inscrita no CNPJ/ME sob n.º 10.753.164/0001-43 ("Emissora"), na qualidade de Emissora dos certificados de recebíveis do agronegócio da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) Séries da 124ª (centésima vigésima quarta) emissão da Emissora ("CRA" e "Emissão", respectivamente), para os fins de instituição do Regime Fiduciário, nos termos do artigo 39 da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, e artigo 23 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada, que foi entregue a esta instituição, para custódia, (i) 1 (uma) via digitalizada da Escritura de Emissão devidamente assinada; e (ii) 1 (uma) via digitalizada do Termo de Securitização devidamente assinado.

As palavras e expressões iniciadas em letra maiúscula que não sejam definidas nesta Declaração terão o significado previsto no "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 124ª (Centésima Vigésima Quarta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Braskem S.A.*" celebrado em 16 de novembro de 2021 ("Termo de Securitização").

São Paulo, [=] de [=] de 2021.

**Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

---

Por:

Cargo:

---

Por:

Cargo:

---

## Anexo VII - Tributação dos CRA

---

Os Titulares de CRA não devem considerar unicamente as informações contidas neste Termo de Securitização para fins de avaliar o tratamento tributário de seu investimento em CRA, devendo consultar seus próprios assessores quanto à tributação específica à qual estarão sujeitos, especialmente quanto a outros tributos eventualmente aplicáveis a esse investimento ou a ganhos porventura auferidos em operações com CRA. Serão de responsabilidade dos Titulares dos CRA todos os tributos diretos e indiretos que venham a incidir sobre o presente instrumento. As informações aqui contidas levam em consideração as previsões de legislação e regulamentação aplicáveis à hipótese vigentes nesta data, bem como a melhor interpretação ao seu respeito neste mesmo momento, ressalvados entendimentos diversos.

Ainda, é importante mencionar que o Governo Federal Brasileiro anunciou e apresentou ao Congresso Nacional (i) o Projeto de Lei nº 3.887/2020, que trata de diversas mudanças nos tributos incidentes sobre receitas; e (ii) o Projeto de Lei nº 2.337/2021, também intitulado de “segunda fase” da Reforma Tributária Brasileira, que trata da tributação da renda, incluindo diversas disposições sobre o tema, tais como tributação de dividendos, ajustes na base de cálculo e nas alíquotas dos tributos corporativos, mudanças na tributação da renda e de ganhos relativos a investimentos no mercado de capitais brasileiro (i.e.: tributação de ativos financeiros e fundos de investimento, etc.), dentre outros.

A implementação da Reforma Tributária Brasileira está submetida ao processo legislativo, o qual inclui avaliação, votação, veto e emendas, todos realizados pelo Poder Legislativo, na figura do Congresso Nacional, e pelo Poder Executivo, na figura do Presidente da República. Por isso, não é possível determinar, desde logo, quais propostas de modificação serão efetivamente implementadas e como elas podem vir a impactar esse investimento. De todo modo, qualquer potencial mudança relacionada aos Projetos de Lei apenas passará a ter vigência no ano seguinte ao da conversão de tais projetos em lei. Nesse sentido, recomendamos que haja um acompanhamento constante do processo de votação da Reforma Tributária Brasileira, a fim de identificar eventuais impactos futuros.

### Pessoas Físicas e Jurídicas Residentes no Brasil

Como regra geral, os ganhos e rendimentos em CRA auferidos por pessoas jurídicas não-financeiras, que negociam títulos ou valores mobiliários de renda fixa em bolsa de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, estão, nos termos do artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1585/2015, sujeitos à incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte, a ser calculado com base na aplicação de alíquotas regressivas, calculadas em função do prazo do investimento gerador dos rendimentos tributáveis: **(i)** até 180 (cento e oitenta) dias: **alíquota de 22,5%** (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento); **(ii)** de 181 (cento e oitenta e um) a 360 (trezentos e sessenta) dias: **alíquota de 20%** (vinte por cento); **(iii)** de 361 (trezentos e sessenta e um) a 720 (setecentos e vinte) dias: **alíquota**

**de 17,5%** (dezessete inteiros e cinco décimos por cento) e **(iv)** acima de 720 (setecentos e vinte) dias: **alíquota de 15%** (quinze por cento). Este prazo de aplicação é contado da data em que o Investidor efetuou o investimento, até a data de resgate ou cessão.

Não obstante, há regras específicas aplicáveis a cada tipo de investidor, conforme sua qualificação como pessoa física, pessoa jurídica, inclusive isenta, instituições financeiras, fundos de investimento, seguradoras, entidades de previdência privada, sociedades de capitalização, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades de arrendamento mercantil ou investidor estrangeiro.

O IRRF retido, na forma descrita acima, das pessoas jurídicas não financeiras tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, é considerado antecipação do imposto de renda devido, gerando o direito à restituição ou compensação com o IRPJ apurado em cada período de apuração, uma vez que o resultado positivo decorrente do rendimento ou ganho deverá ser computado na base de cálculo no IRPJ e da CSLL.

Regra geral, as alíquotas do IRPJ correspondem a 15% (quinze por cento) e adicional de 10% (dez por cento), sendo o adicional calculado sobre a parcela do lucro tributável que exceder o equivalente a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) por ano ou o equivalente à multiplicação de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração. Já a alíquota da CSLL, para pessoas jurídicas não financeiras, corresponde a 9% (nove por cento).

Os rendimentos e ganhos em CRA auferidos por pessoas jurídicas não financeiras tributadas de acordo com a sistemática não-cumulativa do PIS e do COFINS estão sujeitos à incidência dessas contribuições às alíquotas de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e 4% (quatro por cento), respectivamente para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de julho de 2015 conforme Decreto nº 8.426/2015. As pessoas jurídicas tributadas de acordo com a sistemática cumulativa não estão sujeitas ao PIS e à COFINS sobre as receitas financeiras auferidas e derivadas dos CRA, a depender do objeto social e da atividade principal da entidade.

Com relação aos investimentos em CRA realizados por instituições financeiras, agências de fomento, fundos de investimento, seguradoras, entidades de previdência privada fechadas, entidades de previdência complementar abertas, sociedades de capitalização, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades de arrendamento mercantil, há dispensa de retenção do IRRF, nos termos do artigo 71 da Instrução Normativa RFB nº 1585/2015. Apesar disso, as referidas instituições devem oferecer os ganhos e os rendimentos decorrentes dos CRA à tributação do IRPJ.

Com o advento da Emenda Constitucional 103/2019, as alíquotas da CSLL aplicáveis são as seguintes: (i) 20% (vinte por cento), no caso de bancos de qualquer espécie; e (ii) 15% (quinze por cento) no caso de pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 105/2001. Como resultado, os rendimentos e ganhos decorrentes de investimento em CRA

por essas entidades, via de regra, serão tributados pelo IRPJ, à alíquota de 15% (quinze por cento) e adicional de 10% (dez por cento); e pela CSLL, à alíquota de 20% (vinte por cento) ou 15% (quinze por cento), conforme o caso.

Não obstante o disposto acima, o artigo 1º da Medida Provisória nº 1.034, de 1º de março de 2021, prevê que entre julho e dezembro de 2021 as alíquotas da CSLL aplicáveis às instituições financeiras serão de (i) 25% para os bancos; e (ii) 20% para pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização; distribuidoras de valores mobiliários; corretoras de câmbio e de valores mobiliários; sociedades de crédito, financiamento e investimentos; sociedades de crédito imobiliário; administradoras de cartões de crédito; sociedades de arrendamento mercantil; e associações de poupança e empréstimo. A partir de 2022, aludida Medida Provisória estabelece alíquotas de (i) 20% para os bancos; e (ii) 15% para as demais entidades.

Ademais, no caso das instituições financeiras e determinadas entidades equiparadas, os rendimentos decorrentes de investimento em CRA estão potencialmente sujeitos à contribuição ao PIS e à COFINS às alíquotas de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e 4% (quatro por cento), respectivamente, podendo haver exceções.

Os rendimentos e ganhos líquidos ou de capital auferidos pelas carteiras dos fundos de investimentos (exceto os fundos imobiliários), inclusive aqueles decorrentes de investimentos realizados em CRA, são, via de regra, isentos do recolhimento do imposto de renda, conforme disposto pelo artigo 14 da Instrução Normativa RFB nº 1.585/2015 (isentos de imposto de renda e não incidência de CSLL, PIS e COFINS).

Por fim, pessoas jurídicas isentas e optantes pelo Simples Nacional terão, nos termos do artigo 65, §12º, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.585/15, seus ganhos e rendimentos tributados exclusivamente na fonte (de forma definitiva). No que diz respeito às entidades imunes, estão as mesmas dispensadas da retenção do imposto na fonte, desde que declarem sua condição à fonte pagadora, nos termos do artigo 71, da Lei 8.981, com redação dada pela Lei nº 9.065, e do artigo 72 da Instrução Normativa RFB nº 1.585/2015.

Para as pessoas físicas, os rendimentos gerados por aplicação em CRA estão atualmente isentos de imposto de renda (na fonte e na declaração de ajuste anual), por força do artigo 3º, inciso IV, da Lei 11.033, de 21 de dezembro de 2004, conforme alterada. De acordo com a posição da Receita Federal do Brasil, expressa no artigo 55, parágrafo único, da Instrução Normativa RFB nº 1.585/2015, tal isenção se aplica, inclusive, ao ganho de capital auferido na alienação ou cessão dos CRA.

Pessoas jurídicas isentas terão seus ganhos e rendimentos tributados exclusivamente na fonte, ou seja, o imposto não é compensável, conforme previsto no artigo 76, inciso II, da Lei nº 8.981/95. A retenção do imposto na fonte sobre os rendimentos das entidades imunes está dispensada desde que as entidades declarem sua condição à fonte pagadora, nos termos do artigo 71, da Lei nº 8.981/95, com redação dada pela Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1955.

## Investidores Residentes ou Domiciliados no Exterior

Como regra geral, os investimentos realizados por residentes ou domiciliados no exterior se sujeitam às mesmas normas de tributação pelo imposto sobre a renda previstas para os residentes ou domiciliados no país (artigo 85 da Instrução Normativa RFB nº 1.585/2015).

Os rendimentos auferidos por investidores pessoas físicas residentes ou domiciliados no exterior que invistam em CRA no País de acordo com as normas previstas na Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("Resolução CMN 4.373"), inclusive as pessoas físicas residentes em país com tributação favorecida, estão atualmente isentos do IRRF, conforme interpretação contida no artigo 85, parágrafo 4º da IN RFB 1.585/2015.

Os investidores pessoas jurídicas residentes ou domiciliados em país não considerado como jurisdição de tributação favorecida, que investem no País de acordo com as normas previstas na Resolução CMN 4.373/2014 e que investem em CRA (artigo 88 da Instrução Normativa RFB nº 1.585/2015) estão sujeitos à incidência do IRRF à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre os rendimentos auferidos em conexão com o investimento no CRA, nos termos dos artigos 46, § 12 e 89, inciso II da Instrução Normativa RFB nº 1.585/2015

Ganhos de capital auferidos na alienação de CRA em ambiente de bolsa de valores, balcão organizado ou assemelhados por investidores residentes no exterior, cujo investimento seja realizado em acordo com as disposições da Resolução CMN 4.373/2014 e que não estejam localizados em jurisdição de tributação favorecida, regra geral, são isentos de tributação.

Os rendimentos auferidos pelos investidores pessoas jurídicas residentes ou domiciliados em país com tributação favorecida, se sujeitam às alíquotas regressivas de 22,5% (vinte e dois e meio por cento) a 15% (quinze por cento) de IRRF, de acordo com os artigos 46 e 99 da Instrução Normativa RFB nº 1.585/2015.

Nos termos do artigo 24 da Lei nº 9.430/1996, consideram-se jurisdições de tributação favorecida os países ou dependências que não tributam a renda ou que a tributam à alíquota inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna não permita acesso a informações relativas à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade. Para os países que atendem os padrões internacionais de transparência fiscal previstos pela Instrução Normativa RFB nº 1.530/2014, o percentual indicado acima fica reduzido para 17% (dezessete por cento), conforme disposto pela Portaria ME nº 488/2014. Atualmente, os países e/ou dependências considerados como sendo de tributação favorecida encontram-se listados no artigo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.037/2010.

## Imposto sobre Operações Financeiras de Câmbio

**14.1.** Regra geral, as operações de câmbio relacionadas aos investimentos estrangeiros realizados nos mercados financeiros e de capitais do Brasil, de acordo com as normas e condições previstas na Resolução CMN nº 4.373/2014, inclusive por meio de operações



simultâneas, e incluindo as operações de câmbio relacionadas com CRA, estão sujeitas à incidência do IOF/Câmbio à alíquota zero no ingresso, inclusive por meio de operações simultâneas, e no retorno dos recursos para o exterior, conforme disposto no artigo 15-B, incisos XVI e XVII do Decreto nº 6.306/2007. Registre-se que a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo Federal, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente às transações ocorridas após este eventual aumento.

#### Imposto sobre Operações com Títulos e Valores Mobiliários

As operações com CRA estão sujeitas atualmente à alíquota zero do IOF/Títulos, conforme disposto no artigo 32, parágrafo 2º, do referido Decreto nº 6.306/2007. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo Federal, até o percentual de 1,5% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia, relativamente às transações ocorridas após este eventual aumento.



**Declaração Sobre a Instituição de Regimes Fiduciários da Emissora**

A **Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") sob o nº 21.741, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Moraes, nº 1.553, 3º andar, conjunto 32, CEP 05.419-001, Pinheiros, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº 10.753.164/0001-43, com seus atos constitutivos devidamente registrados e arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") sob o NIRE 35.300.367.308, na qualidade de companhia emissora dos certificados de recebíveis do agronegócio da 1ª e da 2ª séries da 124ª (centésima vigésima quarta) emissão ("**Emissora**" e "**Emissão**", respectivamente), conforme definidos no termo de securitização referente à Emissão, para fins de atender o que prevê o inciso V do artigo 9º da Instrução CVM 600, **declara**, para todos os fins e feitos que institui o regime fiduciário sobre: **(i)** os Creditórios do Agronegócio; **(ii)** as Contas Centralizadoras e todos e quaisquer valores que venham a ser depositados nas Contas Centralizadoras; e **(iii)** as respectivas garantias, bens e/ou direitos decorrentes dos itens "(i)" e "(ii)" acima, conforme aplicável.

As palavras e expressões iniciadas em letra maiúscula que não sejam definidas nesta Declaração terão o significado previsto no "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 124ª (Centésima Vigésima Quarta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Braskem S.A.*" celebrado em 16 de novembro de 2021.

São Paulo, [=] de [=] de 2021.

**Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.**

---

Por:

Cargo:

---

Por:

Cargo:

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES**

AGENTE FIDUCIÁRIO CADASTRADO NA CVM

O Agente Fiduciário a seguir identificado:

Razão Social: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários  
Endereço: Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 8, Ala B, salas 302, 303 e 304, CEP 22.640-102  
Cidade / Estado: Rio de Janeiro / RJ  
CNPJ/ME nº: 17.343.682/0001-38  
Representado neste ato por seu diretor estatutário: Marcelle Motta Santoro  
Número do Documento de Identidade: 185.511 OAB/RJ  
CPF nº: 109.809.047-06

da oferta pública do seguinte valor mobiliário:

Valor Mobiliário Objeto da Oferta: CRA  
Número da Emissão: 124ª (centésima vigésima quarta) emissão  
Número da Série: 2 (duas) Séries  
Emissor: Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.  
Quantidade: Inicialmente, serão emitidos 700.000 CRA  
Espécie: N/A  
Classe: N/A  
Forma: Escritural e nominativa

Declara, nos termos da Resolução CVM 17 de 09 de fevereiro de 2021, a não existência de situação de conflito de interesses que o impeça de exercer a função de agente fiduciário para a emissão acima indicada, e se compromete a comunicar, formal e imediatamente, à B3, a ocorrência de qualquer fato superveniente que venha a alterar referida situação.

São Paulo, [=] de [=] de 2021.

\_\_\_\_\_  
Por:

Cargo:

---

**Anexo X – Declaração Acerca Da Existência De Outras Emissões De Valores Mobiliários, Públicos Ou Privados, Feitas Pelo Emissor, Por Sociedade Coligada, Controlada, Controladora Ou Integrante Do Mesmo Grupo Da Emissora Em Que Tenha Atuado Como Agente Fiduciário No Período**

---

Na data de celebração deste Termo de Securitização, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões.

<b>Emissão</b>	81ª Série da 1ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$469.845.000,00
<b>Quantidade</b>	469.845
<b>Espécie</b>	quirografária
<b>Garantias</b>	N/A
<b>Data de Vencimento</b>	23/06/2023 (81ª série)
<b>Remuneração</b>	IPCA + 5,9844% (81ª série)
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	89ª Série da 1ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$374.000.000,00
<b>Quantidade</b>	374.000
<b>Espécie</b>	quirografária
<b>Garantias</b>	N/A
<b>Data de Vencimento</b>	15/8/2023
<b>Remuneração</b>	IPCA + 5,9844%
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	104ª Série da 1ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$260.000.000,00
<b>Quantidade</b>	260.000
<b>Espécie</b>	quirografária
<b>Garantias</b>	N/A
<b>Data de Vencimento</b>	24 de fevereiro de 2022
<b>Remuneração</b>	95% da Taxa DI

<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira
----------------------	------------------------

<b>Emissão</b>	168ª série da 1ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$120.000.000,00
<b>Quantidade</b>	120.000
<b>Espécie</b>	quirografia
<b>Garantias</b>	N/A
<b>Data de Vencimento</b>	25 de abril de 2022
<b>Remuneração</b>	100% da Taxa DI + 4% ao ano
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	169ª série da 1ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$200.000.000,00
<b>Quantidade</b>	200.000
<b>Espécie</b>	quirografia
<b>Garantias</b>	N/A
<b>Data de Vencimento</b>	15 de junho de 2022
<b>Remuneração</b>	122% da Taxa DI
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	176ª série da 1ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$150.000.000,00
<b>Quantidade</b>	150.000
<b>Espécie</b>	quirografia
<b>Garantias</b>	cessão fiduciária
<b>Data de Vencimento</b>	19/10/2022
<b>Remuneração</b>	100% da Taxa DI + 1,80% a.a.
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	1ª série da 6ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$75.000.000,00
<b>Quantidade</b>	75.000
<b>Espécie</b>	quirografia

<b>Garantias</b>	N/A
<b>Data de Vencimento</b>	17/2/2023
<b>Remuneração</b>	100% Taxa DI + 1,8% a.a
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	1ª, 2ª e 3ª séries da 9ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$22.000.000,00
<b>Quantidade</b>	22.000
<b>Espécie</b>	quirografária
<b>Garantias</b>	N/A
<b>Data de Vencimento</b>	30/11/2022
<b>Remuneração</b>	100% Taxa DI + 5% a.a. para a 1ª série; 100% da Taxa DI + 7% a.a. para a 2ª série; 1% a.a. para a 3ª série
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	1ª e 2ª séries da 12ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$1.020.000.000,00
<b>Quantidade</b>	1.020.000
<b>Espécie</b>	quirografária
<b>Garantias</b>	N/A
<b>Data de Vencimento</b>	18/11/2025
<b>Remuneração</b>	100% da Taxa DI + 0,70% a.a. para a 1ª série; IPCA + 3,5518% a.a. para a 2ª série
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	1ª série da 15ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$100.000.000,00
<b>Quantidade</b>	100.000
<b>Espécie</b>	quirografária
<b>Garantias</b>	N/A
<b>Data de Vencimento</b>	20/8/2024
<b>Remuneração</b>	108% da Taxa DI
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	série única da 18ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$400.000.000,00
<b>Quantidade</b>	400.000
<b>Espécie</b>	quirografia
<b>Garantias</b>	N/A
<b>Data de Vencimento</b>	17/11/2027
<b>Remuneração</b>	IPCA + 3,8% a.a.
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	2ª e 3ª séries da 24ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (1ª série vencida)
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$55.000.000,00
<b>Quantidade</b>	55.000
<b>Espécie</b>	quirografia
<b>Garantias</b>	N/A
<b>Data de Vencimento</b>	30/11/2022
<b>Remuneração</b>	100% da Taxa DI + 8,00% a.a. (2ª série); e 1,00% a.a. (3ª série)
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	1ª série da 26ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$250.000.000,00
<b>Quantidade</b>	250.000
<b>Espécie</b>	N/A
<b>Garantias</b>	N/A
<b>Data de Vencimento</b>	17//11/2025
<b>Remuneração</b>	IPCA + 4,50 a.a.
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	1ª e 2ª séries da 23ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$98.036.000,00 (1ª série); R\$121.964.000,00 (2ª série)
<b>Quantidade</b>	98.036 (1ª série); 121.964 (2ª série)
<b>Espécie</b>	N/A

<b>Garantias</b>	N/A
<b>Data de Vencimento</b>	18/11/2024 (1ª série); 16/11/2026 (2ª série)
<b>Remuneração</b>	Pré-fixada 7.60% a.a. (1ª série); Pré-fixada 8% a.a.
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	1ª série da 37ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$204.000.000,00
<b>Quantidade</b>	204.000
<b>Espécie</b>	N/A
<b>Garantias</b>	Cessão Fiduciária, Alienação Fiduciária e Fiança
<b>Data de Vencimento</b>	15/3/2024
<b>Remuneração</b>	Pré-fixada 7.5% a.a.
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	série única da 21ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$240.000.000,00
<b>Quantidade</b>	240.000
<b>Espécie</b>	N/A
<b>Garantias</b>	N/A
<b>Data de Vencimento</b>	19/2/2026
<b>Remuneração</b>	IPCA + 4,5000%
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	série única da 53ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$400.000.000,00
<b>Quantidade</b>	400.000
<b>Espécie</b>	N/A
<b>Garantias</b>	Penhor
<b>Data de Vencimento</b>	16/5/2025
<b>Remuneração</b>	IPCA + 6,0931%a.a.
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	série única da 54ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
----------------	--



<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$500.000.000,00
<b>Quantidade</b>	500.000
<b>Espécie</b>	N/A
<b>Garantias</b>	N/A
<b>Data de Vencimento</b>	15/6/2027
<b>Remuneração</b>	IPCA + 5,7% a.a.
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	série única da 71ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$1.055.637.000,00
<b>Quantidade</b>	1.055.637
<b>Espécie</b>	N/A
<b>Garantias</b>	N/A
<b>Data de Vencimento</b>	31/3/2022
<b>Remuneração</b>	juros remuneratórios prefixados, correspondentes a 7,94% a.a
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	série única da 69ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$180.000.000,00
<b>Quantidade</b>	180.000
<b>Espécie</b>	N/A
<b>Garantias</b>	N/A
<b>Data de Vencimento</b>	16/11/2026
<b>Remuneração</b>	IPCA + 4,8% a.a
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	série única da 48ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$213.142.000,00
<b>Quantidade</b>	213.142
<b>Espécie</b>	N/A
<b>Garantias</b>	N/A
<b>Data de Vencimento</b>	15/7/2025
<b>Remuneração</b>	IPCA + 5,00% a.a

<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira
----------------------	------------------------

<b>Emissão</b>	1ª e 2ª séries 38ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$109.500.000,00
<b>Quantidade</b>	109.500
<b>Espécie</b>	N/A
<b>Garantias</b>	N/A
<b>Data de Vencimento</b>	05/12/2023 (1ª série) e 05/12/2024 (2ª série)
<b>Remuneração</b>	100% da Taxa DI + 1,90% a.a para a 1ª série; 100% da Taxa DI + 1,90% a.a para a 2ª série
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	1ª série da 74ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$30.000.000,00
<b>Quantidade</b>	30.000
<b>Espécie</b>	N/A
<b>Garantias</b>	Penhor
<b>Data de Vencimento</b>	26/8/2026
<b>Remuneração</b>	IPCA + 5,5% a.a.
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	2ª série da 74ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$30.000.000,00
<b>Quantidade</b>	30.000
<b>Espécie</b>	N/A
<b>Garantias</b>	Penhor
<b>Data de Vencimento</b>	26/8/2026
<b>Remuneração</b>	IPCA + 7,5% a.a.
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	1ª série da 36ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$44.895.000,00

<b>Quantidade</b>	44.895
<b>Espécie</b>	N/A
<b>Garantias</b>	Cessão fiduciária dos direitos creditórios
<b>Data de Vencimento</b>	17/2/2025
<b>Remuneração</b>	100% da Taxa DI + 5,25% a.a
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	2ª série da 36ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$155.105.000,00
<b>Quantidade</b>	155.105
<b>Espécie</b>	N/A
<b>Garantias</b>	Cessão fiduciária dos direitos creditórios
<b>Data de Vencimento</b>	17/2/2025
<b>Remuneração</b>	IPCA + 5,00% a.a
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	87ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais)
<b>Quantidade</b>	30.000
<b>Espécie</b>	N/A
<b>Garantias</b>	Cessão fiduciária dos direitos creditórios
<b>Data de Vencimento</b>	30/8/2024
<b>Remuneração</b>	100% CDI + 6,00% (1ª série); 100% CDI + 8,00% (2ª série); 1,00% (3ª série);
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	92ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$500.000.000,00
<b>Quantidade</b>	500.000
<b>Espécie</b>	N/A
<b>Garantias</b>	N/A
<b>Data de Vencimento</b>	16/5/2031
<b>Remuneração</b>	IPCA + 5,1672%
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	1ª e 2ª Séries da 94ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$35.000.000,00
<b>Quantidade</b>	35.000
<b>Espécie</b>	N/A
<b>Garantias</b>	N/A
<b>Data de Vencimento</b>	30/9/2022
<b>Remuneração</b>	prefixada 11% aa (1ª série); prefixada 14% aa (2ª série)
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	1ª, 2ª e 3ª Séries da 88ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$258.785.000,00
<b>Quantidade</b>	258.785
<b>Espécie</b>	N/A
<b>Garantias</b>	N/A
<b>Data de Vencimento</b>	1/7/2022
<b>Remuneração</b>	prefixada 7% aa (1ª série); prefixada 6% aa (2ª série) e prefixada 1% aa (3ª série)
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	1ª, 2ª e 3ª Séries da 107ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$60.000.000,00
<b>Quantidade</b>	42.000 (1ª Série); 6.000 (2ª Série) e 12.000 (3ª Série)
<b>Espécie</b>	N/A
<b>Garantias</b>	Contrato de Cessão Fiduciária
<b>Data de Vencimento</b>	30/12/2024
<b>Remuneração</b>	100% da Taxa DI + 7% a.a. (1ª série); 100% da Taxa DI a.a.(2ª série) e Prefixado em 1% a.a. (3ª série)
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	Série Única 115ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$354.973.000,00
<b>Quantidade</b>	354.973

<b>Espécie</b>	N/A
<b>Garantias</b>	Contrato de Cessão Fiduciária
<b>Data de Vencimento</b>	15/9/2027
<b>Remuneração</b>	IPCA + 5,7641% a.a.
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	Série Única 122ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$130.000.000,00
<b>Quantidade</b>	130.000
<b>Espécie</b>	N/A
<b>Garantias</b>	Contrato de Cessão Fiduciária e Fiança
<b>Data de Vencimento</b>	18/11/2026 de novembro
<b>Remuneração</b>	IPCA + 8,7707% a.a
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira

<b>Emissão</b>	1ª, 2ª e 3ª Séries da 130ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
<b>Valor Total da Emissão</b>	R\$51.500.000,00
<b>Quantidade</b>	51.500
<b>Espécie</b>	N/A
<b>Garantias</b>	Fiança, apenas para 2ª Série
<b>Data de Vencimento</b>	7/11/2022
<b>Remuneração</b>	100% da Taxa DI + 1,60% a.a (1ª Série); 100% da Taxa DI + 1,50% a.a (2ª Série) e 100% da Taxa DI (3ª Série)
<b>Enquadramento</b>	adimplência financeira



## CRA Braskem - Termo de Securitização - 2º Protocolo VF [MMSO 16 11 2021] Versão Assinatura pdf

Código do documento e7e1bf58-b364-439e-a462-e8fa3182773a



### Assinaturas



MARCELLE MOTTA SANTORO:10980904706

Certificado Digital

msantoro@pentagonotruster.com.br

Assinou como parte



CAMILA DE SOUZA:11704312752

Certificado Digital

estruturacao@pentagonotruster.com.br

Assinou como testemunha



CRISTIAN DE ALMEIDA FUMAGALLI:32751880894

Certificado Digital

cristian@ecoagro.agr.br

Assinou como parte



MOACIR FERREIRA TEIXEIRA:18648762120

Certificado Digital

moacir@ecoagro.agr.br

Assinou como parte



JOSE MARCOS JORDAO TEODORO:09757912654

Certificado Digital

jose.jordao@ecoagro.agr.br

Assinou como testemunha

### Eventos do documento

#### 16 Nov 2021, 21:59:14

Documento e7e1bf58-b364-439e-a462-e8fa3182773a **criado** por ANA CAROLINA CARPEGIANI PEYRES NEVES (8aa8d98a-394d-477b-b978-eab2092e7d7b). Email: aic@machadomeyer.com.br. - DATE\_ATOM: 2021-11-16T21:59:14-03:00

#### 16 Nov 2021, 22:01:02

Assinaturas **iniciadas** por ANA CAROLINA CARPEGIANI PEYRES NEVES (8aa8d98a-394d-477b-b978-eab2092e7d7b). Email: aic@machadomeyer.com.br. - DATE\_ATOM: 2021-11-16T22:01:02-03:00

#### 16 Nov 2021, 22:07:52

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - CRISTIAN DE ALMEIDA FUMAGALLI:32751880894

**Assinou como parte** Email: cristian@ecoagro.agr.br. IP: 201.69.116.107 (201-69-116-107.dial-up.telesp.net.br porta: 1606). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC Certisign RFB G5,OU=A3,CN=CRISTIAN DE ALMEIDA FUMAGALLI:32751880894. - DATE\_ATOM: 2021-11-16T22:07:52-03:00



**16 Nov 2021, 22:08:46**

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - JOSE MARCOS JORDAO TEODORO:09757912654

**Assinou como testemunha** Email: jose.jordao@ecoagro.agr.br. IP: 189.120.72.45 (bd78482d.virtua.com.br porta: 48132). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC Certisign RFB G5,OU=A3,CN=JOSE MARCOS JORDAO TEODORO:09757912654. - DATE\_ATOM: 2021-11-16T22:08:46-03:00

**16 Nov 2021, 22:12:42**

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - CAMILA DE SOUZA:11704312752 **Assinou como**

**testemunha** Email: estruturacao@pentagonotrustee.com.br. IP: 200.95.172.79 (mail.pentagonotrustee.com.br porta: 64380). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC Certisign RFB G5,OU=A3,CN=CAMILA DE SOUZA:11704312752. - DATE\_ATOM: 2021-11-16T22:12:42-03:00

**16 Nov 2021, 22:14:32**

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - MARCELLE MOTTA SANTORO:10980904706 **Assinou**

**como parte** Email: msantoro@pentagonotrustee.com.br. IP: 200.95.172.79 (mail.pentagonotrustee.com.br porta: 1278). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC Certisign RFB G5,OU=A1,CN=MARCELLE MOTTA SANTORO:10980904706. - DATE\_ATOM: 2021-11-16T22:14:32-03:00

**16 Nov 2021, 22:19:14**

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - MOACIR FERREIRA TEIXEIRA:18648762120 **Assinou**

**como parte** Email: moacir@ecoagro.agr.br. IP: 189.51.2.226 (189.51.2.226 porta: 32374). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC Certisign RFB G5,OU=A3,CN=MOACIR FERREIRA TEIXEIRA:18648762120. - DATE\_ATOM: 2021-11-16T22:19:14-03:00

Hash do documento original

(SHA256):62b6bc7365d7841a6a7b83b89de66643efb529dcab2b3f9854ac99382343412e

(SHA512):eaf483f4e60df339d3315b3f254be5d14d20da7f435eb84c32253cbf1225acd3c1fb433b41606fb411fee597d56cce664603b3c673f4d76c4fef97440f48de76

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**



## **ANEXO VIII**

---

### ESCRITURA DE EMISSÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 15ª (DÉCIMA QUINTA)  
EMIÇÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES,  
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA COLOCAÇÃO PRIVADA, DA BRASKEM  
S.A.**

**Celebrado entre**

**BRASKEM S.A.,**

*na qualidade de Emissora*

**e**

**Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócios S.A.**

*na qualidade de subscritora das Debêntures*

Datado de 16 de novembro de 2021

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 15ª (DÉCIMA QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA COLOCAÇÃO PRIVADA, DA BRASKEM S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,

1. **BRASKEM S.A.**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta na categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede no município de Camaçari, Estado da Bahia, na Rua Eteno, n.º 1.561, Polo Petroquímico de Camaçari, CEP 42810-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o n.º 42.150.391/0001-70, neste ato devidamente representada na forma de seus atos societários arquivados na Junta Comercial do Estado da Bahia ("JUCEB") sob o NIRE 29300006939, na qualidade de emissora das Debêntures (abaixo definida) ("Emissora" ou "Braskem"); e
2. **ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Moraes, 1.553, 3º andar, conjunto 32, CEP 05.419-001, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.753.164/0001-43, na qualidade de subscritora das Debêntures ("Securitizadora" ou "Debenturista" ou, quando denominada em conjunto com a Emissora, "Partes").

**CONSIDERANDO QUE**

- (i) A Braskem exerce atividades inseridas na cadeia do agronegócio, principalmente relacionadas à aquisição de etanol diretamente de produtores rurais, para utilização nas atividades desenvolvidas pela própria Emissora nos termos da Cláusula 3.1 below;
- (ii) No âmbito de suas atividades, a Braskem tem interesse em emitir debêntures, não conversíveis em ações, em duas séries, de sua 15ª (décima quinta) emissão, da espécie quirografária, para colocação privada, nos termos desta Escritura (conforme definido abaixo), a serem subscritas e integralizadas de forma privada pela Debenturista (respectivamente, "Emissão" e "Debêntures", sendo as Debêntures da 1ª (primeira) série doravante denominadas "Debêntures da 1ª Série" e as Debêntures da 2ª (segunda) série doravante denominadas "Debêntures da 2ª Série");
- (iii) Os recursos a serem captados, por meio das Debêntures, deverão ser utilizados exclusivamente para as atividades da Emissora relacionadas ao agronegócio, conforme destinação de recursos prevista na Cláusula 3.5 below;

- (iv) Após a subscrição da totalidade das Debêntures pela Debenturista, a Debenturista será a única titular das Debêntures, passando a ser credora de todas as obrigações, principais e acessórias, devidas pela Emissora no âmbito das Debêntures, as quais representam direitos creditórios do agronegócio nos termos do §1º, do artigo 23, da Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada ("Lei 11.076") e do parágrafo quarto, inciso II, do artigo 3º, da Instrução da CVM n.º 600, de 1º de agosto de 2018, conforme alterada ("Instrução CVM 600"), nos termos desta Escritura ("Créditos do Agronegócio");
- (v) A **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, Nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário dos CRA"), a ser contratado por meio do Termo de Securitização (conforme abaixo definido), acompanhará a destinação dos recursos captados com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 3.5 below;
- (vi) A emissão das Debêntures insere-se no contexto de uma operação de securitização de recebíveis do agronegócio que resultará na emissão dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e da 2ª Séries da 124ª Emissão da Securitizadora ("CRA"), aos quais os Créditos do Agronegócio serão vinculados como lastro, na forma prevista no "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 124ª (centésima vigésima quarta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Lastreados em Créditos do Agronegócio Devidos pela Braskem S.A.*", a ser firmado entre a Securitizadora e o Agente Fiduciário dos CRA (respectivamente, "Operação de Securitização" e "Termo de Securitização"), de modo que as Debêntures ficarão vinculadas exclusivamente ao seu patrimônio separado ("Patrimônio Separado dos CRA");
- (vii) A Debenturista utilizará a totalidade dos Créditos do Agronegócio, nos termos do artigo 23 da Lei 11.076, como lastro para emissão dos CRA; e
- (viii) Os CRA serão distribuídos por meio de oferta pública de distribuição em regime de garantia firme de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Oferta" e "Instrução CVM 400") e serão destinados a Investidores Institucionais e Investidores Não Institucionais, conforme definidos no Termo de Securitização ("Titulares de CRA"), nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição*

*Pública de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, das 1ª e 2ª Séries da 124ª (centésima vigésima quarta) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Lastreados em Créditos do Agronegócio Devidos pela Braskem S.A.*", a ser celebrado entre a Securitizadora, a **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com endereço na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909, Torre Sul, 30º andar, Itaim Bibi, CEP 04543-010, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.332.886/0011-78 ("Coordenador Líder"); o **Banco BTG Pactual S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º, 6º e 7º andares, Botafogo, CEP 22250-040, inscrita no CNPJ sob o n.º 30.306.294/0001-45 ("BTG"); o **Banco Itaú BBA S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1º, 2º, 3º, 4º (parte) e 5º andares, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.298.092/0001-30 ("Itaú BBA"); o **Banco Safra S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 2.100, inscrita no CNPJ sob o n.º 58.160.789/0001-28 ("Banco Safra"); o **Banco Santander (Brasil) S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 2.041 e 2.235, Bloco A, 24º andar, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ sob o n.º 90.400.888/0001-42 ("Santander" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BTG, o Itaú BBA e o Banco Safra, "Coordenadores") e a Emissora, no âmbito da Oferta ("Contrato de Distribuição");

Vêm celebrar o presente "*Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures, não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Colocação Privada, da Braskem S.A.*" ("Escritura" ou "Escritura de Emissão"), observadas as cláusulas, condições e características abaixo:

## **1. Autorização**

**1.1.** A presente Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 11 de novembro de 2021 ("RCA"), na qual foram aprovadas, dentre outras matérias: **(i)** a realização da presente Emissão, incluindo seus termos e condições, em conformidade com o disposto no artigo 59, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e com o

estatuto social da Emissora; **(ii)** a realização da Operação de Securitização; e **(iii)** a autorização à diretoria da Emissora para tomar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à realização da Emissão e da Operação de Securitização.

## **2. Requisitos da Emissão**

A Emissão será feita com observância dos seguintes requisitos:

**2.1. Arquivamento e Publicação da RCA** Nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289, da Lei das Sociedades por Ações, a ata da RCA será: **(a)** arquivada na JUCEB; e **(b)** publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia ("DOEBA") e no jornal Correio da Bahia ("Correio da Bahia" e, em conjunto com o DOEBA, "Jornais de Publicação Emissora").

**2.1.2.** Os atos societários da Emissora que eventualmente venham a ser realizados no âmbito da presente Emissão, após o registro desta Escritura, serão igualmente arquivados na JUCEB e publicados pela Emissora, na forma indicada na Cláusula 2.1.1 above, conforme o caso, observados os termos da legislação em vigor.

**2.1.3.** A Emissora compromete-se a: (i) enviar à Debenturista 1 (uma) cópia eletrônica (PDF) do comprovante do protocolo de arquivamento da ata de RCA e atos societários referidos na Cláusula 2.1.2 above na JUCEB em até 10 (dez) Dias Úteis contados da sua realização; (ii) atender a eventuais exigências formuladas pela JUCEB de forma tempestiva; (iii) enviar à Debenturista e ao Agente Fiduciário dos CRA 1 (uma) cópia eletrônica (PDF) da ata de RCA e atos societários referidos na Cláusula 2.1.2 above arquivados na JUCEB, contendo a chancela digital de arquivamento na JUCEB, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da obtenção do referido arquivamento; e (iv) enviar à Debenturista 1 (uma) cópia eletrônica (PDF) das publicações da ata de RCA e atos societários referidos na Cláusula 2.1.2 above nos Jornais de Publicação Emissora, em até 10 (dez) Dias Úteis contados do arquivamento. Caso a JUCEB não esteja em regular funcionamento exclusivamente em decorrência da pandemia do Covid-19, a exigência de arquivamento prévio da ata de RCA estará suspensa nos termos do artigo 6º da Lei n.º 14.030, de 28 de julho de 2020 ("Lei 14.030") ou de qualquer outra Norma de qualquer Autoridade que venha a regular tal situação. Nesse caso, o arquivamento da ata de RCA deverá ser feito na JUCEB dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data que a JUCEB restabelecer a prestação regular de seus serviços.

## **2.2. Arquivamento da Escritura e seus Aditamentos**

**2.2.1.** A presente Escritura e seus aditamentos serão arquivados na JUCEB, de acordo com o disposto no artigo 62, II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo a Emissora efetuar o protocolo na JUCEB, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis

contados da assinatura desta Escritura ou do respectivo aditamento, conforme o caso, observado que, caso a JUCEB não esteja em regular funcionamento exclusivamente em decorrência da pandemia do Covid-19, a exigência de arquivamento prévio desta Escritura estará suspensa nos termos do artigo 6º da Lei 14.030 ou de qualquer outra Norma de qualquer Autoridade que venha a regular tal situação. Nesse caso, o arquivamento desta Escritura, deverá ser feito na JUCEB dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data que a JUCEB restabelecer a prestação regular de seus serviços.

**2.2.2.** A Emissora se compromete a: (i) enviar à Debenturista dos CRA 1 (uma) cópia eletrônica (PDF) do comprovante de protocolo de arquivamento desta Escritura e seus eventuais aditamentos na JUCEB em até 10 (dez) Dias Úteis contados da sua realização; (ii) atender a eventuais exigências formuladas pela JUCEB de forma tempestiva; (iii) enviar à Debenturista e ao Agente Fiduciário dos CRA 1 (uma) cópia eletrônica (PDF) desta Escritura e seus aditamentos arquivados na JUCEB em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da obtenção do referido arquivamento; e (iv) enviar ao Custodiante 1 (uma) via original eletrônica desta Escritura e eventuais aditamentos, 1 (uma) cópia eletrônica (PDF) desta Escritura contendo o comprovante de arquivamento na JUCEB.

### **2.3. Registro para Distribuição, Negociação, Custódia Eletrônica e Liquidação**

**2.3.1.** As Debêntures não serão registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.

### **2.4. Inexigibilidade de Registro na CVM e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")**

**2.4.1.** A Emissão não será objeto de registro perante a CVM ou perante a ANBIMA, uma vez que as Debêntures serão objeto de colocação privada, sem **(i)** a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários; ou **(ii)** qualquer esforço de venda perante investidores.

## **3. Características Da Emissão**

### **3.1. Objeto Social da Emissora**

**3.1.1.** A Emissora tem por objeto social, nos termos do art. 2º de seu Estatuto Social: **(i)** fabricação, comércio, importação e exportação de produtos químicos e petroquímicos, e derivados de petroquímica; **(ii)** produção, distribuição e comercialização de utilidades tais como: vapor, águas, ar comprimido, gases industriais, assim como a prestação de serviços industriais; **(iii)** produção, distribuição e comercialização de energia elétrica para seu consumo próprio e de outras empresas;



(iv) participação em outras sociedades, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, na qualidade de sócia ou acionista; (v) fabricação, distribuição, comercialização, importação e exportação de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP) e outros derivados de petróleo; (vi) o transporte, a representação e a consignação de produtos petroquímicos e subprodutos, compostos e derivados, tais como polipropileno, filmes de polipropileno, polietilenos, elastômeros e seus respectivos manufaturados; (vii) locação ou empréstimo gratuito de bens de sua propriedade ou que possua em decorrência de contrato de arrendamento mercantil, desde que efetivada como atividade meio ao objeto social principal da Emissora; (viii) a prestação de serviços relacionados às atividades acima.

### **3.2. Número da Emissão**

**3.2.1.** Esta é a 15ª (décima quinta) emissão de debêntures da Emissora.

### **3.3. Número de Séries**

**3.3.1.** A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo as Debêntures a serem alocadas em cada série distribuídas no sistema de vasos comunicantes ("Sistema de Vasos Comunicantes"), de modo que a quantidade de séries das Debêntures a serem emitidas, bem como a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série, serão definidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo).

**3.3.2.** De acordo com o Sistema de Vasos Comunicantes, a quantidade de Debêntures emitida em uma das séries deverá ser deduzida da quantidade total de Debêntures prevista na Cláusula 3.4.1 below, definindo a quantidade a ser alocada na outra série, de forma que a soma das Debêntures alocadas em cada uma das séries efetivamente emitida deverá corresponder ao Valor Total da Emissão (conforme abaixo definido).

**3.3.3.** Observado o disposto na Cláusula 3.3.1 above, as Debêntures serão alocadas entre as séries de forma a atender a demanda verificada no Procedimento de *Bookbuilding*. Não haverá quantidade mínima ou máxima para alocação entre as séries, observado que, qualquer uma das séries poderá não ser emitida, caso em que a totalidade das Debêntures será emitida na série remanescente, nos termos acordados ao final do Procedimento de *Bookbuilding*.

### **3.4. Quantidade de Debêntures e Valor Total da Emissão**

**3.4.1.** Serão emitidas 840.000 (oitocentas e quarenta mil) Debêntures, todas com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Nominal Unitário"), as quais serão alocadas nas respectivas Séries

conforme demanda das Debêntures (a ser apurada no Procedimento de *Bookbuilding*), nos termos da observada a 4.4.2 below.

**3.4.2.** O valor total da Emissão é de R\$ 840.000.000,00 (oitocentos e quarenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo), observada a Cláusula 4.4.2 below ("Valor Total da Emissão").

**3.4.3.** A quantidade de Debêntures e o Valor Total da Emissão poderão ser reduzidos, tendo em vista o Procedimento de *Bookbuilding*, com o consequente cancelamento das Debêntures não integralizadas. Tal alteração no Valor Total da Emissão será formalizado por meio de aditamento à presente Escritura de Emissão, sem a necessidade de deliberação societária adicional da Emissora, aprovação por Assembleia Geral de Debenturista e/ou aprovação por Assembleia Geral de Titulares dos CRA, para formalizar a quantidade de Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas, observado o disposto nesta Escritura de Emissão e no Termo de Securitização e, observado, ainda o montante mínimo equivalente a R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), correspondentes a 700.000 (setecentas mil) Debêntures ("Montante Mínimo").

### **3.5.** Destinação dos Recursos

**3.5.1.** Os recursos líquidos obtidos pela Emissora em razão da integralização das Debêntures deverão ser destinados, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 23 da Lei 11.076, pela Emissora e/ou por suas Controladas, exclusivamente a produtores rurais, por meio da aquisição, pela Emissora e/ou por suas Controladas, de etanol diretamente de produtores rurais, caracterizando-se como direitos creditórios do agronegócio nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 600 e do artigo 23, §1º da Lei 11.076, conforme cronograma indicativo abaixo:

<b>Período de Aquisição do Etanol</b>	<b>Percentual Estimado do Valor Total da Emissão a ser Utilizado para Aquisição de Etanol dos Produtores Rurais</b>	<b>Valor Estimado (R\$)</b>
1º sem/2022	5.0%	41,842,572.50
2º sem/2022	6.0%	50,211,087.00
1º sem/2023	6.3%	53,318,208.72
2º sem/2023	6.3%	53,318,208.72

<b>Período de Aquisição do Etanol</b>	<b>Percentual Estimado do Valor Total da Emissão a ser Utilizado para Aquisição de Etanol dos Produtores Rurais</b>	<b>Valor Estimado (R\$)</b>
1º sem/2024	6.4%	53,442,493.59
2º sem/2024	6.4%	53,442,493.59
1º sem/2025	6.4%	53,442,493.59
2º sem/2025	6.4%	53,442,493.59
1º sem/2026	6.4%	53,442,493.59
2º sem/2026	6.4%	53,442,493.59
1º sem/2027	6.4%	53,442,493.59
2º sem/2027	6.4%	53,442,493.59
1º sem/2028	6.4%	53,442,493.59
2º sem/2028	6.4%	53,442,493.59
1º sem/2029	6.4%	53,442,493.59
2º sem/2029	6.4%	53,442,493.59
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>840.000.000,00</b>

**3.5.2.** As Debêntures são representativas de direitos creditórios do agronegócio uma vez que: **(i)** os recursos líquidos captados com as Debêntures, serão integral e exclusivamente destinados pela Emissora e/ou por suas Controladas à aquisição de etanol, caracterizado como “produto agropecuário” para fins do parágrafo primeiro do artigo 23, da Lei 11.076, pois sua origem é essencialmente o cultivo e a produção agrícola, observado o cronograma indicativo previsto acima; e **(ii)** o etanol será adquirido pela Emissora e/ou por suas Controladas diretamente de pessoas que desenvolvam a atividade de cultivo e produção de produtos agropecuários, ou seja, que se caracterizam como “produtores rurais” nos termos do artigo 165 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 971, de 13 de novembro de 2009, conforme verificado pela Emissora e pelo Agente Fiduciário dos CRA, conforme Cláusula 3.5.3, item

(ii) abaixo os quais serão identificados de forma exaustiva em notificação a ser enviada pela Devedora à Securitizadora e ao Agente Fiduciário dos CRA até a data de celebração do Termo de Securitização, em conformidade com o modelo previsto no Anexo IV da Escritura de Emissão, na forma prevista no artigo 3º, §4º, II, da Instrução CVM 600 ("Fornecedores").

**3.5.3.** Para assegurar que os respectivos fornecedores do etanol a ser adquirido pela Emissora e/ou por suas Controladas com os recursos decorrentes das Debêntures são qualificados como produtores rurais, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 971, de 13 de novembro de 2009 e do artigo 23, da Lei 11.076, a Emissora certifica por meio desta Escritura: **(i)** a condição de produtor rural de todos os Fornecedores; e **(ii)** que a condição de produtor rural dos Fornecedores se dá em função da produção de produtos agropecuários derivados da cana de açúcar, o que se corrobora pela atividade primária e/ou secundária indicada no comprovante de inscrição dos Fornecedores no CNPJ, representada pelo CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) n.º 01.13-0-00 (cultivo de cana-de-açúcar); 10.71- 6- 00 (fabricação de açúcar em bruto); 10.72-4-01 (fabricação de açúcar de cana refinado) e 19.31-4-00 (fabricação de álcool).

**3.5.4.** Fica desde já certo e ajustado que os recursos acima mencionados poderão ser transferidos pela Emissora às suas Controladas, observado, que em qualquer caso, os recursos deverão ser utilizados na forma prevista na Cláusula 3.5.1 above, por meio de: **(i)** aumento de capital; **(ii)** adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC; **(iii)** integralização de valores mobiliários de emissão das Controladas da Emissora; ou **(iv)** qualquer outra forma permitida em lei, regulamentação ou por meio de manifestação de autoridade competente, se houver, sem a necessidade de aprovação por Assembleia Geral de Debenturista e/ou aprovação por Assembleia Geral de Titulares dos CRA.

**3.5.5.** A data limite para utilização dos recursos captados por meio da presente Emissão para a destinação prevista na Cláusula 3.5.1 above é a data de vencimento original dos CRA.

**3.5.5.1.** Para fins de esclarecimento, ainda que as Debêntures sejam objeto de vencimento antecipado ou resgate antecipado e, conseqüentemente, os CRA sejam objeto de resgate antecipado, nos casos indicados nesta Escritura, as obrigações com relação à destinação de recursos da Emissora e do Agente Fiduciário dos CRA perdurarão até que se verifique a integral comprovação da destinação de recursos pela Emissora, a qual deve ocorrer necessária e impreterivelmente até a data de vencimento original dos CRA, conforme Cláusula 4.1.4 below.

**3.5.6.** A Emissora deverá prestar contas ao Agente Fiduciário dos CRA, da destinação de recursos e seu *status* descrita na Cláusula 3.5.1 above, até (i) a data de

vencimento original dos CRA, conforme Cláusula 4.1.4 below ou (ii) até a comprovação integral da utilização dos recursos para os fins da Cláusula 3.5.1 above, o que ocorrer primeiro, por meio da entrega ao Agente Fiduciário dos CRA, com cópia para a Securitizadora, do Relatório (conforme definido abaixo) acompanhado da cópia das notas fiscais ou demais documentos comprobatórios ("Documentos Comprobatórios"), na seguinte periodicidade: **(i)** em até 30 (trinta) dias após término de cada período de 6 (seis) meses a contar da primeira Data de Integralização dos CRA, conforme definida abaixo exclusivamente por meio do envio de relatório na forma do Anexo III a esta Escritura referente à utilização dos recursos realizados no semestre imediatamente anterior ("Relatório") até que seja comprovada a efetiva alocação total dos valores efetivamente recebidos pela Emissora com a Emissão, a qual deve ocorrer necessária e impreterivelmente até a data de vencimento dos CRA; e **(ii)** sempre que solicitado por escrito por Autoridades (abaixo definido), pela Debenturista ou pelo Agente Fiduciário dos CRA, para fins de atendimento a Normas (abaixo definido) e exigências de órgãos reguladores e fiscalizadores, em: **(a)** até 30 (trinta) dias contados do recebimento da solicitação, cópia das notas fiscais ou demais documentos comprobatórios que julgar necessário para comprovação da utilização dos recursos objeto do Relatório; ou **(b)** prazo menor, se assim solicitado por qualquer Autoridade ou determinado por Norma, em qualquer caso, o que for menor.

**3.5.6.1.** Compreende-se por "Autoridade": qualquer pessoa natural, pessoa jurídica (de direito público ou privado), entidade ou órgão ("Pessoa"):

- (i)** vinculada(o), direta ou indiretamente, no Brasil, ao Poder Público, incluindo, sem limitação, entes representantes dos Poderes Judiciário, Legislativo e/ou Executivo, entidades da administração pública direta ou indireta, autarquias e outras Pessoas de direito público; e/ou
- (ii)** que administre ou esteja vinculada(o) a mercados regulamentados de valores mobiliários, entidades autorreguladoras e outras Pessoas com poder normativo, fiscalizador e/ou punitivo, no Brasil.

**3.5.6.2.** Compreende-se por "Norma": qualquer lei, decreto, medida provisória, regulamento, norma administrativa, ofício, carta, resolução, instrução, circular e/ou qualquer tipo de determinação, na forma de qualquer outro instrumento ou regulamentação, de órgãos ou entidades governamentais, autarquias, tribunais ou qualquer outra Autoridade, que crie direitos e/ou obrigações que vincule as Partes.

**3.5.6.3.** O Agente Fiduciário dos CRA deverá verificar, ao longo do prazo de duração dos CRA, o efetivo direcionamento de todos os recursos obtidos por meio da presente Emissão, a partir, sem limitação, dos documentos fornecidos nos termos da Cláusula 3.5.6 above.

**3.5.7.** As Partes reconhecem desde já que o cronograma constante da Cláusula 3.5.1 above é meramente indicativo, de modo que, caso, por qualquer motivo, ocorra qualquer atraso ou antecipação de tal cronograma indicativo **(i)** não será necessário notificar a Debenturista e/ou o Agente Fiduciário dos CRA, tampouco aditar a presente Escritura e/ou quaisquer outros documentos do CRA e **(ii)** não restará configurada qualquer hipótese de vencimento antecipado das Debêntures ou resgate antecipado dos CRA.

**3.5.8.** Uma vez atingido o integral valor da destinação dos recursos das Debêntures nos termos da Cláusula 3.5 e seguintes, que será verificado pela Debenturista e pelo Agente Fiduciário dos CRA, conforme Cláusula 3.5.6 above e observado o modelo do Relatório, a Emissora ficará desobrigada com relação às comprovações de que trata a Cláusula 3.5.6 above, exceto se em razão de determinação de Autoridades ou atendimento a Normas for necessária qualquer comprovação adicional.

**3.5.9. A VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,** instituição financeira autorizada pela CVM a exercer a função de instituição custodiante, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215, 4º Andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Custodiante"), deverá realizar a guarda e custódia da via física ou digital, conforme o caso, de todos os Documentos Comprobatórios da destinação dos recursos descritos na Cláusula 3.5.6 above, os quais serão enviados pela Emissora e deverão ser mantidos em local seguro, sob as penas previstas na legislação aplicável, nos termos do artigo 627 do Código Civil, sendo certo que o Custodiante não realizará qualquer verificação da destinação dos recursos ou da validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras dos eventuais documentos enviados.

**3.5.10.** Sem prejuízo do seu dever de agir com cuidado e diligência, o Agente Fiduciário dos CRA assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos eventualmente encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, não foram objeto de fraude ou adulteração, não cabendo ao Agente Fiduciário dos CRA a responsabilidade por verificar a validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras dos eventuais documentos enviados, objeto da destinação dos recursos, ou ainda qualquer outro documento que lhe seja enviado com o fim de complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações do que for mencionado na destinação dos recursos.

**3.5.11.** Conforme deverá constar do Termo de Securitização, o Agente Fiduciário do CRA deverá envidar seus melhores esforços para obter a documentação necessária a fim de proceder com a verificação da destinação de recursos da Emissão.

### **3.6. Titularidade, Cessão e Transferência das Debêntures**

**3.6.1.** Nos termos da Cláusula 4.1.8 below, as Debêntures serão totalmente subscritas pela Debenturista.

**3.6.2.** Após a subscrição das Debêntures a que se refere a Cláusula 3.6.1 above e enquanto as Debêntures estiverem vinculadas aos respectivos patrimônios separados dos CRA, a transferência de sua titularidade poderá ocorrer apenas de forma integral e nas seguintes hipóteses: **(i)** liquidação dos patrimônios separados dos CRA; ou **(ii)** declaração de vencimento antecipado das Debêntures, e mediante assembleia geral de Titulares de CRA.

**3.6.3.** As decisões da Securitizadora no âmbito desta Escritura, enquanto titular de Debêntures, deverão observar o disposto no Termo de Securitização e o que vier a ser deliberado pelos Titulares de CRA.

**3.6.4.** Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures presume-se pelo extrato a ser emitido pelo Escriturador comprovando a titularidade das Debêntures pela Securitizadora nos termos dos artigos 63 e 34 da Lei das Sociedades por Ações.

### **3.7. Vinculação aos CRA**

**3.7.1.** As Debêntures serão vinculadas aos CRA, a serem emitidos e distribuídos por meio da Oferta, nos termos da Instrução CVM 400 e da Instrução CVM 600, sendo as Debêntures vinculadas exclusivamente aos Patrimônios Separados do CRA. As Debêntures serão emitidas, em favor da Debenturista, direta e anteriormente à emissão e distribuição dos CRA, bem como ao registro da Oferta pela CVM.

**3.7.2.** Em vista da vinculação mencionada acima, a Emissora tem ciência e concorda que, uma vez ocorrida a subscrição das Debêntures prevista na Cláusula 3.6.1 above, em razão dos regimes fiduciários a serem instituídos pela Securitizadora, na forma do artigo 9º da Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada ("Lei 9.514"), todos e quaisquer recursos devidos à Securitizadora, em decorrência de sua titularidade das Debêntures, estarão expressamente vinculados aos pagamentos a serem realizados aos Titulares de CRA.

**3.7.3.** Por força da vinculação das Debêntures aos CRA, fica desde já estabelecido que a Securitizadora, na forma a ser estabelecida no Termo de Securitização, deverá manifestar-se, em qualquer Assembleia Geral de Debenturistas convocada para deliberar sobre quaisquer assuntos relativos às Debêntures, conforme orientação deliberada pelos Titulares de CRA, após a realização de uma Assembleia Geral de Titulares de CRA.



**3.8.** Condições Precedentes. A Debenturista somente será obrigada a integralizar as Debêntures mediante o cumprimento das seguintes condições precedentes ("Condições Precedentes"):

- (i) celebração desta Escritura pelos respectivos signatários e registro desta Escritura perante a JUCEB, observado que, caso a JUCEB não esteja em regular funcionamento nos termos da Lei 14.030 (ou de qualquer outra Norma de qualquer Autoridade que venha a regular tal situação), a presente Condição Precedente será satisfeita mediante a apresentação de comprovante de protocolo desta Escritura na JUCEB;
- (ii) celebração do Boletim de Subscrição; e
- (iii) a efetiva subscrição e integralização dos CRA em montante equivalente ao das Debêntures subscritas pela Debenturista.

**3.8.1.** Após o cumprimento integral das Condições Precedentes, a Debenturista fará o pagamento do preço de integralização líquido das despesas *flat*, bem como do valor necessário para composição do Fundo de Despesas, sendo certo que o recebimento total do preço de integralização das Debêntures líquido, será dada plena e geral quitação, pela Emissora à Debenturista, referente à obrigação de integralização das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura, observado que o comprovante de pagamento será prova de quitação do preço de integralização das Debêntures.

#### **4. Características das Debêntures**

##### **4.1. Características Básicas**

**4.1.1. Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão (conforme definido abaixo), será de R\$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

**4.1.2. Quantidade de Debêntures.** Serão emitidas 840.000 (oitocentos e quarenta mil) Debêntures, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada Série será definida com base na demanda da Debenturista, observada a Cláusula 4.4.2 below.

**4.1.3. Data de Emissão.** Para todos os efeitos, a data de emissão das Debêntures será 15 de dezembro de 2021 ("Data de Emissão").

**4.1.4. Prazo de Vigência e Data de Vencimento.**

**4.1.4.1.** O prazo de vigência das Debêntures da 1ª Série é de 2.556 (dois mil, quinhentos e cinquenta e seis) dias contados da Data de Emissão. A data de vencimento das Debêntures da 1ª Série será em 14 de dezembro de 2028 ("Data de Vencimento da").

1ª Série”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, Oferta de Resgate Antecipado (que resulte em efetivo resgate antecipado total), Resgate Antecipado Evento Tributário, Resgate Antecipado Facultativo Total, Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado - Mudança de Controle e Resgate Antecipado Obrigatório, nos termos desta Escritura.

**4.1.4.2.** O prazo de vigência das Debêntures da 2ª Série é de 3.649 (três mil, seiscentos e quarenta e nove) dias contados da Data de Emissão. A data de vencimento das Debêntures da 2ª Série será em 12 de dezembro de 2031 (“Data de Vencimento da 2ª Série” ou, quando denominada em conjunto com a Data de Vencimento da 1ª Série, “Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, Oferta de Resgate Antecipado (que resulte em efetivo resgate antecipado total), Resgate Antecipado Evento Tributário, Resgate Antecipado Facultativo Total, Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado - Mudança de Controle e Resgate Antecipado Obrigatório, nos termos desta Escritura.

**4.1.5.** Agente Escriturador. O agente escriturador das Debêntures será a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, conjunto 41, sala 2, CEP 05.425-020, Pinheiros, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001-88 (“Escriturador”, cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador na prestação dos serviços relativos à Emissão e às Debêntures).

**4.1.6.** Forma das Debêntures. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, não havendo emissão de certificados representativos de debêntures.

**4.1.7.** Colocação. As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores.

**4.1.8.** Subscrição. As Debêntures serão subscritas pela Debenturista por meio da assinatura de boletim de subscrição, conforme modelo constante no Anexo II (“Boletim de Subscrição”).

**4.1.8.1.** Observado o disposto na Cláusula 4.4.1 abaixo, as Debêntures serão subscritas pela Debenturista na Data de Emissão, a partir da qual constarão do patrimônio da Securitizadora, ainda que não tenha havido a respectiva integralização, uma vez que tal integralização está prevista para ocorrer em até 1 (um) Dia Útil da data da integralização dos CRA.

**4.1.9.** Conversibilidade. As Debêntures não serão conversíveis em ações da Emissora.

**4.1.10. Espécie.** As Debêntures serão da espécie quirografária, sem garantia real, ou seja, as Debêntures não conferirão qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantia da Debenturista em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.

**4.1.11. Comprovação de Titularidade.** A titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato a ser emitido pelo Escriturador.

## **4.2. Atualização do Valor Nominal Unitário e Remuneração das Debêntures**

**4.2.1. Atualização do Valor Nominal Unitário.** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será atualizado monetariamente, a partir da primeira Data de Integralização, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA"), conforme fórmula abaixo prevista ("Atualização Monetária"), sendo certo que o produto da Atualização Monetária será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso ("Valor Nominal Unitário Atualizado"):

$$VN_a = VN_e \times C$$

Onde:

"VN<sub>a</sub>" = Valor Nominal Unitário Atualizado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"VN<sub>e</sub>" = Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, após amortização ou incorporação de juros e/ou atualização monetária, se houver, o que tiver ocorrido por último, calculado/informado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"C" = Fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

"k" = número de ordem de "NI<sub>k</sub>", variando de 1 até n;

"n" = número total de números índices considerados na atualização, sendo "n" um número inteiro;

" $NI_k$ " = em data anterior ou na própria Data de Aniversário, o valor do número índice do IPCA divulgado no mês de atualização. Após a Data de Aniversário, valor do número-índice do mês de atualização. Por exemplo, para cálculo da atualização na Data de Aniversário de 14 de outubro de 2021, será considerado como  $NI_k$  o número índice do IPCA do mês de setembro de 2021, divulgado em outubro de 2021.

" $NI_{k-1}$ " = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de referência de " $NI_k$ ";

"dup" = número de Dias Úteis contidos entre (i) a primeira Data de Integralização, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, para o primeiro mês de atualização, observado que na primeira Data de Aniversário deverá ser acrescido 1 (um) Dia Útil no "dup", de forma que o número de Dias Úteis do referido período seja igual ao número de Dias Úteis do primeiro período de atualização dos CRA, ou (ii) a Data de Aniversário imediatamente anterior, inclusive, e a Data de Aniversário ou data de cálculo, exclusive, conforme o caso, sendo "dup" um número inteiro; e

"dut" = número de Dias Úteis contidos entre a última Data de Aniversário, inclusive, e a próxima Data de Aniversário, exclusive, sendo "dut" um número inteiro. Para a primeira Data de Aniversário "dut" será igual a 22 (vinte e dois) Dias Úteis.

#### Observações:

- 1) Caso a Data de Integralização ocorra antes da Data de Aniversário do respectivo mês, considerar-se-á como primeira Data de Aniversário, aquela do mês anterior. Caso a Data de Integralização ocorra após a Data de Aniversário, considerar-se-á como primeira Data de Aniversário, aquela do mês de integralização.
- 2) Os fatores resultantes da expressão  $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}}\right)^{\frac{dup}{dut}}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.
- 3) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

- 4) O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.
- 5) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor.
- 6) Considera-se como “Data de Aniversário” todo primeiro Dia Útil imediatamente anterior à Data de Aniversário dos CRA (conforme definido no Termo de Securitização). Considera-se como mês da atualização o período mensal compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas.
- 7) Em qualquer Data de Aniversário, caso o  $NI_k$  aplicável para fins de cálculo do Valor Nominal Unitário Atualizado dos CRA seja diferente do  $NI_k$  aplicável para fins de cálculo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures para o respectivo período, nos termos da Escritura, o  $NI_k$  adotado para cálculo do Valor Nominal Unitário Atualizado dos CRA deverá observar o mesmo  $NI_k$  adotado para cálculo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures.
- 8) Caso, até a Data de Aniversário, o índice referente ao mês de atualização não esteja disponível, será utilizado o último índice divulgado.

**4.2.1.1.** Indisponibilidade, Impossibilidade de Aplicação ou Extinção do IPCA. No caso de indisponibilidade temporária ou ausência de apuração do IPCA por mais de 10 (dez) Dias Úteis consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, deverá ser aplicada, em sua substituição (“Índice Substitutivo”) o índice que vier legalmente a substituí-lo ou, no caso de inexistir substituto legal, a Debenturista deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que este tomar conhecimento de quaisquer dos eventos referidos acima, Assembleia Geral dos Titulares dos CRA, a qual terá como objeto a deliberação pelos Titulares dos CRA, de comum acordo com a Emissora, sobre o novo parâmetro de Atualização Monetária das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Atualização Monetária das Debêntures. Tal Assembleia Geral dos Titulares dos CRA deverá ser realizada, em primeira convocação, dentro do prazo de 21 (vinte e um) dias contados da publicação do edital de convocação, ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral dos Titulares dos CRA em primeira convocação, no prazo de 8 (oito) dias contados da nova publicação do edital de convocação.

**4.2.1.2.** Até a deliberação do Índice Substitutivo, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, o último número índice do IPCA divulgado oficialmente, até a data da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e

a Debenturista quando da divulgação posterior do índice de atualização que seria aplicável.

**4.2.1.3.** Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de titulares de CRA, a referida Assembleia Geral não será mais realizada, e o IPCA divulgado passará novamente a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária das Debêntures.

**4.2.1.4.** Caso não haja acordo sobre o Índice Substitutivo entre a Emissora e a Securitizadora (na qualidade de representante dos Titulares dos CRA) ou caso não seja realizada a Assembleia Geral dos Titulares dos CRA em segunda convocação, mencionada na Cláusula 4.2.1.1 above, inclusive se por falta de quórum de instalação, em segunda convocação, ou por falta de quórum de deliberação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias **(i)** da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Titulares dos CRA, **(ii)** da data em que tal assembleia deveria ter ocorrido, ou **(iii)** em outro prazo que venha a ser definido em referida assembleia, pelo Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, atualizado e acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures. O IPCA a ser utilizado para cálculo da Atualização Monetária nesta situação será o último IPCA divulgado oficialmente.

**4.2.2.** Fica desde já estabelecido que a Securitizadora deverá manifestar-se, para todos os fins desta Escritura de Emissão, conforme orientação deliberada pelos Titulares de CRA, após a realização de uma Assembleia Geral de Titulares de CRA.

#### **4.2.3. Remuneração das Debêntures**

**4.2.3.1. Remuneração das Debêntures da 1ª Série.** Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série, incidirão juros remuneratórios equivalentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido em procedimento de coleta de intenções de investimento a ser conduzido pelos Coordenadores com participação dos Investidores Institucionais, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e dos artigos 44 e 45 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*"), em qualquer caso, limitado ao correspondente à maior taxa entre **(i)** a taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com vencimento em 15 de agosto de 2028, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores ([www.anbima.com.br](http://www.anbima.com.br)), a ser apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, acrescida exponencialmente de sobretaxa de 0,70% (setenta centésimos por cento); ou **(ii)** 4,80% (quatro inteiros e

oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos ("Remuneração das Debêntures da 1ª Série"), durante cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), de acordo com a fórmula abaixo:

$$J_i = VN_a \times (Fator Juros - 1)$$

**Onde:**

"J<sub>i</sub>" = valor dos juros remuneratórios devidos no final do i-ésimo Período de Capitalização (conforme previsto no Anexo I à presente Escritura), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

"VN<sub>a</sub>" = Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado o das Debêntures da 1ª Série, conforme o caso, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"Fator Juros" = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorJuros = \left\{ \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right\}$$

**Onde:**

"taxa" = taxa de juros fixa, na forma nominal, informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser apurada até a primeira Data de Integralização, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*;

"DP" = é o número de Dias Úteis relativo ao Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.2.3.4 below, sendo "DP" um número inteiro.

**4.2.3.1.1. Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série.** Os valores relativos à Remuneração deverão ser pagos, conforme tabela constante do Anexo I à presente Escritura, a partir da primeira Data de Integralização (cada data de pagamento das Debêntures da 1ª Série previstas no Anexo I à presente Escritura será uma "Data de Pagamento das Debêntures da 1ª Série").

**4.2.3.2. Remuneração das Debêntures da 2ª Série.** Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, incidirão juros remuneratórios equivalentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido em Procedimento de *Bookbuilding*, em qualquer caso, limitado ao correspondente à maior taxa entre **(i)** a taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com vencimento em 15 de agosto



de 2030, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores ([www.anbima.com.br](http://www.anbima.com.br)), a ser apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, acrescida exponencialmente de sobretaxa de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento); ou **(ii)** 5,00% (cinco inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos ("Remuneração das Debêntures da 2ª Série", em conjunto com a Remuneração das Debêntures da 1ª Série, a "Remuneração"), durante cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), de acordo com a fórmula abaixo:

$$J_i = VN_a \times (Fator Juros - 1)$$

**Onde:**

" $J_i$ " = valor dos juros remuneratórios devidos no final do i-ésimo Período de Capitalização (conforme previsto no Anexo I à presente Escritura), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

" $VN_a$ " = Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"Fator Juros" = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorJuros = \left\{ \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right\}$$

**Onde:**

"taxa" = taxa de juros fixa, na forma nominal, informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser apurada até a primeira Data de Integralização, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*;

"DP" = é o número de Dias Úteis relativo ao Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.2.3.4 below, sendo "DP" um número inteiro.

**4.2.3.2.1. Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série.** Os valores relativos à Remuneração das Debêntures da 2ª Série deverão ser pagos, conforme tabela constante do Anexo I à presente Escritura, a partir da primeira Data de Integralização (cada data de pagamento das Debêntures previstas no Anexo I à presente Escritura será uma "Data de Pagamento das Debêntures da 2ª Série" e, em conjunto com a Data de Pagamento da 1ª Série, "Datas de Pagamento" ou, indistintamente em relação a qualquer uma das Séries, "Data de Pagamento das Debêntures").

**4.2.3.3.** Excepcionalmente na primeira Data de Pagamento das Debêntures, deverá ser acrescido à Remuneração devida um valor equivalente ao produtório de 1 (um) Dia Útil que antecede a primeira Data de Integralização, calculado *pro rata temporis*, de acordo com a fórmula constante da Cláusula 4.2.3 acima.

**4.2.3.4.** Considera-se “Período de Capitalização”: para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na primeira Data de Integralização, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração, exclusive, e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem interrupção, até a Data de Vencimento ou Vencimento Antecipado, conforme o caso.

**4.2.3.5.** Todos os pagamentos devidos pela Emissora à Debenturista no âmbito desta Escritura deverão ocorrer nas respectivas Datas de Pagamento ou nas Datas de Vencimento, conforme o caso.

**4.2.3.6.** Em razão da realização do Procedimento de *Bookbuilding*, a Emissora está desde já autorizada a refletir a taxa final da Remuneração limitada à taxa de remuneração final dos CRA, e o Valor Total da Emissão (com a consequente redução da quantidade de Debêntures), sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou aprovação societária pela Emissora, desde que tal alteração seja devidamente formalizada antes da primeira Data de Integralização (conforme definida abaixo), mediante a celebração pelas Partes do respectivo aditamento a esta Escritura e cumprimento das formalidades de que trata a Cláusula 2.2 above.

**4.2.3.7.** Sem prejuízo das obrigações de pagamento assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura, a Securitizadora se compromete a enviar à Emissora, via correio eletrônico: **(i)** até às 11:00 horas do Dia Útil imediatamente anterior a cada uma das Datas de Pagamento ou Data de Vencimento, conforme o caso (considerando o horário local da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo), uma estimativa do valor a ser pago pela Emissora na respectiva Conta Centralizadora (conforme definido abaixo) a título de Remuneração e/ou de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, atualizado, devidos na Data de Pagamento imediatamente subsequente ou na Data de Vencimento, conforme o caso; e **(ii)** até às 11:00 horas de cada uma das Datas de Pagamento ou Data de Vencimento, conforme o caso, (considerando o horário local da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo) o valor exato a ser pago na respectiva Conta Centralizadora a título de Remuneração e/ou de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, atualizado, devidos na respectiva Data de Pagamento ou Data de Vencimento,

conforme o caso. A ausência de envio de referida notificação pela Securitizadora, ou o seu envio tardio: **(a)** não eximirá a Emissora do dever de realizar os pagamentos na data em que forem devidos; e **(b)** autorizará a Emissora a utilizar, para fins do pagamento, seus próprios cálculos, nos termos desta Escritura e do Termo de Securitização.

**4.2.3.8.** O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura, o qual deverá ser levado a registro na JUCEB nos termos desta Escritura, sem a necessidade de aprovação societária adicional da Emissora e/ou de aprovação da Debenturista e/ou dos Titulares de CRA.

#### **4.3.** Repactuação Programada

**4.3.1.** As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### **4.4.** Prazo e Forma de Integralização

**4.4.1.** As Debêntures serão integralizadas, em moeda corrente nacional, preferencialmente em uma única data, em até 1 (um) Dia Útil da data de integralização dos CRA ("Data de Integralização"), pelo seu Valor Nominal Unitário e, em caso de integralização dos CRA após a primeira Data de Integralização, as Debêntures serão integralizadas pelo Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada desde a primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização, no limite dos recursos obtidos com a integralização dos CRA, por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outra forma de transferência eletrônica de recursos financeiros, na conta corrente n.º 13001542-5, agência 4827, de titularidade da Emissora, mantida junto ao Santander S.A. (nº033).

**4.4.2.** As Debêntures serão integralizadas pela Securitizadora e alocadas em cada uma das séries conforme demanda dos investidores pelos CRA verificada no Procedimento de *Bookbuilding*, observado o regime de colocação de garantia firme para o montante base da Oferta de 700.000 (setecentos mil) CRA correspondente a R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais). Observado o Montante Mínimo, as Debêntures que eventualmente não forem integralizadas serão canceladas, devendo esta Escritura ser aditada, nos termos da Cláusula 3.4.3 above, sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou aprovação societária pela Emissora, para formalizar a quantidade de Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas, o Valor Total da Emissão e a alocação das Debêntures em cada uma das séries.

**4.4.3.** Nos termos do Contrato de Distribuição, as Debêntures poderão ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido em comum acordo entre as Partes, se for o caso, na Data de Integralização, utilizando-se 8 (oito) casas decimais, sem

arredondamento, desde que aplicado de forma igualitária entre as Debêntures em cada Data de Integralização.

#### **4.5. Amortização**

**4.5.1. Amortização das Debêntures da 1ª Série.** O saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série será pago integralmente pela Emissora, em parcela única, na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, Oferta de Resgate Antecipado (que resulte em efetivo resgate antecipado), Resgate Antecipado Evento Tributário, Resgate Antecipado Facultativo Total, Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado - Mudança de Controle (que resulte em efetivo resgate antecipado) e Resgate Antecipado Obrigatório, nos termos desta Escritura.

**4.5.2. Amortização das Debêntures da 2ª Série.** O saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série será pago pela Emissora em 3 (três) parcelas anuais, sendo a primeira em 14 de dezembro de 2029, conforme datas previstas no Anexo I, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, Oferta de Resgate Antecipado (que resulte em efetivo resgate antecipado), Resgate Antecipado Evento Tributário, Resgate Antecipado Facultativo Total, Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado - Mudança de Controle (que resulte em efetivo resgate antecipado) e Resgate Antecipado Obrigatório, nos termos desta Escritura.

#### **4.6. Condições de Pagamento**

**4.6.1. Local e Horário de Pagamento.** Os pagamentos a que fizer jus a Debenturista serão efetuados pela Emissora mediante depósito, para os valores devidos em razão das **(i)** Debêntures da 1ª Série, na conta corrente n.º 5573-5, mantida em nome da Securitizadora, na agência 3396 do Banco Bradesco S.A. (n.º 237), e integrante do Patrimônio Separado ("Conta Centralizadora 1ª Série"); e **(ii)** Debêntures da 2ª Série, na conta corrente n.º 5577-8, mantida em nome da Securitizadora, na agência 3396 do Banco Bradesco S.A. (n.º 237), e integrante do Patrimônio Separado ("Conta Centralizadora 2ª Série") e, em conjunto com a Conta Centralizadora 1ª Série, as "Contas Centralizadoras").

**4.6.2. Prorrogação dos Prazos.** Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, pela Emissora, até o primeiro Dia Útil (conforme definição abaixo) subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia que não seja Dia Útil ou que não haja expediente bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

**4.6.3.** Para todos os fins desta Escritura, considera-se “Dia Útil” (ou “Dias Úteis”) todo dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional na República Federativa do Brasil. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura de Emissão não vier acompanhada da indicação de “Dia(s) Útil(eis)”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

**4.6.4.** Tendo em vista a vinculação de que trata a Cláusula 3.7 above, caso as datas em que venham a ocorrer eventos no âmbito da B3, conforme previsto no Termo de Securitização, sejam dias em que B3 não esteja em funcionamento, considerar-se-á como a data devida para o referido evento o dia imediatamente subsequente em que a B3 esteja em funcionamento.

**4.6.5.** Não prorrogação. O não comparecimento da Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nos termos previstos nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, se for o caso, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou Encargos Moratórios (conforme abaixo definido) no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento e/ou do comunicado.

**4.6.6.** Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Atualização Monetária e da Remuneração previstas nas Cláusulas 4.2.1 e 4.2.3 above, ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, de: (a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e (b) multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido (“Encargos Moratórios”).

**4.6.7.** Imunidade Tributária. Caso a Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, esta deverá encaminhar à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

**4.6.8.** Caso a Debenturista tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.6.7 above, e tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender às condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável ou, ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, à Emissora, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados a partir da data em que a imunidade ou isenção tributária

do Debenturista for alterada ou questionada nos termos desta Cláusula, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo banco liquidante dos CRA e/ou pela Emissora, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados a partir da respectiva solicitação.

#### **4.7. Publicação na Imprensa**

**4.7.1.** As decisões decorrentes desta Escritura que, de qualquer forma, envolvam os interesses da Debenturista, serão publicadas nos Jornais de Publicação da Emissora. Caso aplicável, a Emissora poderá alterar os jornais acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante prévia comunicação por escrito à Debenturista.

#### **4.8. Liquidez e Estabilização**

**4.8.1.** Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

#### **4.9. Fundo de Amortização**

**4.10.** Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

### **5. Oferta de Resgate Antecipado, Resgate Antecipado Evento Tributário, Resgate Antecipado Facultativo Total, Amortização Extraordinária Facultativa, Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado - Mudança de Controle e Resgate Antecipado Obrigatório**

#### **Oferta de Resgate Antecipado**

**5.1.1.** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado total de ambas ou de determinada série, endereçada à Debenturista, sendo assegurada a possibilidade de resgate de todas as Debêntures, em igualdade de condições ("Oferta de Resgate Antecipado"). Para realizar a Oferta de Resgate Antecipado, a Emissora deverá notificar, por escrito, a Debenturista, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRA, informando que deseja realizar o resgate antecipado das Debêntures, cuja comunicação deverá conter, no mínimo ("Notificação da Oferta de Resgate Antecipado"):

- (i)** se a Oferta de Resgate Antecipado será relativa a uma ou ambas séries, sendo certo que a Oferta de Resgate Antecipado será sempre total com relação a, ao menos, uma das séries;
- (ii)** a exclusivo critério da Emissora, o valor do prêmio proposto, se houver, sendo que o prêmio poderá ser negativo ("Prêmio Oferta de Resgate");

- (iii)** a data em que se efetivará o resgate, que não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias e nem exceder 60 (sessenta) dias a contar da data de envio da Notificação da Oferta de Resgate Antecipado;
- (iv)** a forma e prazo para manifestação da Debenturista em relação à Oferta de Resgate Antecipado;
- (v)** se o efetivo resgate antecipado das Debêntures pela Emissora está condicionado à adesão da totalidade ou de um número mínimo das Debêntures à Oferta de Resgate Antecipado; e
- (vi)** demais informações relevantes para a realização do resgate das Debêntures. A apresentação de proposta de resgate das Debêntures, nos termos aqui previstos, poderá ser realizada pela Emissora, a partir da primeira Data de Integralização, a qualquer momento durante a vigência das Debêntures.

**5.1.2.** Recebida a Notificação da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, a Securitizadora deverá realizar uma oferta de resgate antecipado dos CRA ("Oferta de Resgate Antecipado dos CRA"), a qual deverá refletir os mesmos termos e condições estabelecidos para a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, nos termos estabelecidos no Termo de Securitização, por meio de comunicado a todos os Titulares de CRA, na forma a ser estabelecida no Termo de Securitização ("Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado dos CRA").

**5.1.2.1.** Os Titulares dos CRA deverão optar pela adesão, ou não, à Oferta de Resgate Antecipado dos CRA. A Securitizadora deverá aderir à Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures na quantidade de Debêntures equivalente à quantidade de CRA que os Titulares dos CRA tenham aderido à Oferta de Resgate Antecipado dos CRA. A adesão ou não à Oferta de Resgate Antecipados dos CRA pelos Titulares de CRA deverá ser informada à Emissora em até 2 (dois) Dias Úteis a contar do término do prazo para manifestação dos Titulares dos CRA estabelecido na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado dos CRA, sendo que, na hipótese de realização de resgate antecipado no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado, a Emissora deverá realizar o resgate das Debêntures no prazo informado na Cláusula 5.1.1(iii) above. Os Titulares de CRA que não se manifestarem dentro do prazo de manifestação estabelecido no Comunicado da Oferta de Resgate Antecipado dos CRA serão considerados que não aderiram à Oferta de Resgate Antecipado dos CRA.

**5.1.2.2.** Caso **(i)** a totalidade dos Titulares dos CRA ou dos Titulares dos CRA da respectiva série, conforme aplicável, aderirem à Oferta de Resgate Antecipado, a Emissora deverá realizar o resgate antecipado total das Debêntures ou das Debêntures da respectiva série, conforme aplicável; **(ii)** a adesão à Oferta de Resgate Antecipado seja igual ou superior a 90% (noventa por cento) dos CRA ou dos CRA da respectiva



série, conforme aplicável, os Titulares dos CRA que não aderiram à Oferta de Resgate Antecipado terão os CRA de sua titularidade obrigatoriamente resgatados nos mesmos termos e condições que os Titulares dos CRA que aderiram à Oferta de Resgate Antecipado, com o consequente resgate antecipado total das Debêntures ou das Debêntures da respectiva série, conforme aplicável; exceto na hipótese em que referido resgate tenha sido realizado mediante pagamento de um Prêmio Oferta de Resgate negativo, ocasião em que os Titulares dos CRA que não aderiram à Oferta de Resgate Antecipado não terão os seus CRA resgatados de forma compulsória; e (iii) a adesão à Oferta de Resgate Antecipado seja inferior a 90% (noventa por cento) dos CRA ou dos CRA da respectiva série, conforme aplicável, a Emissora deverá realizar o resgate parcial das Debêntures ou das Debêntures da respectiva série, conforme aplicável, na proporção dos CRA cujos titulares aderirem à Oferta de Resgate Antecipado.

**5.1.3.** A quantidade de Debêntures a serem resgatadas pela Emissora no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado será proporcional à quantidade de CRA cujo titular tenha aderido à Oferta de Resgate Antecipado dos CRA, observadas as condições estabelecidas na Cláusula 5.1.2.2 above, conforme informado pela Securitizadora à Emissora, desconsiderando-se eventuais frações.

**5.1.4.** Caso a quantidade de Debêntures a ser resgatada, conforme informado pela Securitizadora, seja inferior à quantidade mínima de Debêntures estabelecida pela Emissora na Cláusula 5.1.1(v) acima, no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado de Debêntures, será facultado à Emissora não resgatar antecipadamente as Debêntures, sem qualquer penalidade.

**5.1.5.** O valor a ser pago pela Emissora a título de resgate antecipado das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário Atualizado da respectiva série, acrescido: (a) da Remuneração das Debêntures da respectiva série, calculada, *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da respectiva série ou a Data de Pagamento das Debêntures da respectiva série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias das Debêntures da respectiva série, conforme Ordem de Alocação dos Recursos (conforme definido no Termo de Securitização) ("Preço de Resgate Antecipado"), acrescido de eventual Prêmio Oferta de Resgate.

**5.1.6.** A data para realização dos pagamentos devidos em razão de uma Oferta de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

**5.1.7.** As despesas relacionadas à Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures serão arcadas pela Emissora, o que inclui as despesas de comunicação e resgate dos CRA.

**5.1.8.** As Debêntures resgatadas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora.

**Resgate Antecipado Evento Tributário**

**5.1.9.** Exclusivamente na hipótese de a Emissora ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos e/ou taxas nos termos da Cláusula 11.1 below, a Emissora poderá, a qualquer momento, optar por realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("**Resgate Antecipado Evento Tributário**").

**5.1.10.** A Emissora deverá encaminhar comunicado à Debenturista com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência, informando **(i)** a data em que o pagamento do Preço de Resgate Antecipado será realizado, **(ii)** a estimativa do valor do Preço de Resgate Antecipado; e **(iii)** demais informações relevantes para a realização do Resgate Antecipado Evento Tributário.

**5.1.11.** O valor a ser pago pela Emissora a título de resgate antecipado das Debêntures deverá corresponder ao Preço de Resgate Antecipado.

**5.1.12.** Uma vez exercida pela Emissora a opção do Resgate Antecipado Evento de Tributário, tal resgate tornar-se-á obrigatório para a Securitizadora.

**5.1.13.** A data para realização do Resgate Antecipado Evento Tributário deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

**5.1.14.** As Debêntures resgatadas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora.

**Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária Facultativa**

**5.1.15.** A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a qualquer momento, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade da Debenturista, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures de uma ou de ambas as séries ("**Resgate Antecipado Facultativo Total**").

**5.1.16.** A Emissora poderá, observado o limite de 98,00% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado e os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade da Debenturista, realizar amortização parcial extraordinária facultativa das Debêntures, a qualquer momento ("**Amortização Extraordinária Facultativa**").

**5.1.17.** A Emissora deverá encaminhar comunicado à Debenturista com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência, informando **(i)** a

data do Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Extraordinária Facultativa, conforme o caso; **(ii)** o valor a ser pago a título de Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Extraordinária Facultativa, conforme o caso, que deverá ser calculado com base nas Cláusulas 5.1.18 e 5.1.19 *below* a data em que o seu pagamento será realizado; **(iii)** no caso de Amortização Extraordinária Facultativa, o percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures a ser amortizado extraordinariamente, que poderá se iniciar em qualquer valor e será limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures; **(iv)** no caso de Resgate Antecipado Facultativo Total, se o Resgate Antecipado Facultativo Total será direcionado a apenas uma ou ambas séries; e **(v)** demais informações relevantes para a realização do Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Extraordinária Facultativa, conforme o caso.

**5.1.18.** O Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante o pagamento, em relação a cada uma das séries objeto do resgate, do valor indicado no item (i) ou (ii) abaixo, *dos dois o maior*:

- (i) Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva série acrescido: **(a)** da Remuneração das Debêntures da respectiva série, calculada, *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da respectiva série ou a Data de Pagamento das Debêntures da respectiva série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); **(b)** dos Encargos Moratórios, se houver; e **(c)** de eventuais despesas que sejam de responsabilidade da Emissora, nos termos da Cláusula 8.2 *below*, em relação à respectiva série; *ou*
- (ii) valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva série e da Remuneração das Debêntures da respectiva série, utilizando como taxa de desconto **(a)** a taxa interna de retorno após inflação do Título Público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com vencimento em 15 de agosto de 2028, somada ao Prêmio de Resgate Antecipado, conforme abaixo definido, para as Debêntures da 1ª Série; e **(b)** a taxa interna de retorno após inflação do Título Público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com vencimento em 15 de agosto de 2030, somada ao Prêmio de Resgate Antecipado, conforme abaixo definido, para as Debêntures da 2ª Série; ou na sua ausência, Tesouro IPCA+ com juros semestrais com *duration* aproximada equivalente à *duration* remanescente das Debêntures da respectiva série na data do Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.anbima.com.br>) apurada no terceiro Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo Total,

calculado conforme fórmula abaixo, e somado aos Encargos Moratórios, se houver:

$$VP = \sum_{k=1}^n \left( \frac{VNEk}{FVPk} \times C \right)$$

onde:

**VP** = somatório do valor presente das parcelas de pagamento das Debêntures da respectiva série;

**C** = conforme definido na Cláusula 4.2.1 acima, apurado desde a data de início de rentabilidade até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total;

**VNEk** = valor unitário de cada um dos "k" valores devidos das Debêntures da respectiva série, sendo o valor de cada parcela "k" equivalente ao pagamento da Remuneração e/ou à amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso;

**n** = número total de eventos de pagamento a serem realizados das Debêntures da respectiva série, sendo "n" um número inteiro;

**FVPk** = fator de valor presente, apurado conforme fórmula a seguir, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento:

$$FVPk = (1 + \text{TESOUROIPCA} + \text{Prêmio de Resgate Antecipado})^{nk/252}$$

onde:

**TESOUROIPCA** = taxa interna de retorno após da inflação da NTN-B;

**Prêmio de Resgate Antecipado** = para as Debêntures da 1ª Série, menos 0,50% a.a. até 15 de junho de 2025 (inclusive); e zero de 15 de junho de 2025 (exclusive) até o vencimento. Para as Debêntures da 2ª Série, menos 0,50% a.a. até 15 de dezembro de 2026 (inclusive); e zero de 15 de dezembro de 2026 (exclusive) até o vencimento.

**nk** = número de Dias Úteis entre a data do Resgate Antecipado Facultativo e a data de vencimento programada de cada parcela "k" vincenda.

**5.1.19.** A Amortização Extraordinária Facultativa somente poderá ocorrer mediante o pagamento do valor indicado no item (i) ou (ii) abaixo, *dos dois o maior*:

(i) parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva série acrescido: **(a)** da Remuneração das Debêntures da respectiva série,

calculada, *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da respectiva série ou a Data de Pagamento das Debêntures da respectiva série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); **(b)** dos Encargos Moratórios, se houver; e **(c)** de eventuais despesas que sejam de responsabilidade da Emissora, nos termos da Cláusula 8.2 below, em relação à respectiva série; ou

valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva série e da Remuneração das Debêntures da respectiva série, calculados sobre a parcela do Valor Nominal Unitário objeto da amortização extraordinária utilizando como taxa de desconto **(a)** a taxa interna de retorno após inflação do Título Público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com vencimento em 15 de agosto de 2028, somada ao Prêmio de Amortização Extraordinária, conforme definido abaixo, para as Debêntures da 1ª Série; e **(b)** a taxa interna de retorno após inflação do Título Público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com vencimento em 15 de agosto de 2030, somada ao Prêmio de Amortização Extraordinária, conforme definido abaixo, para as Debêntures da 2ª Série; ou na sua ausência, Tesouro IPCA+ com juros semestrais com *duration* aproximada equivalente à *duration* remanescente das Debêntures da respectiva série na data Amortização Extraordinária Facultativa, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.anbima.com.br>) apurada no terceiro Dia Útil imediatamente anterior à data da Amortização Extraordinária Facultativa, calculado conforme fórmula abaixo, e somado aos Encargos Moratórios, se houver:

$$VP = \left[ \sum_{k=1}^n \left( \frac{VNEk}{FVPk} \times C \right) \right] \times PVNa$$

onde:

**VP** = somatório do valor presente das parcelas de pagamento das Debêntures da respectiva série;

**C** = conforme definido na Cláusula 4.2.1 above, apurado desde a data de início de rentabilidade até a data da Amortização Extraordinária Facultativa;

**VNEk** = valor unitário de cada um dos "k" valores devidos das Debêntures da respectiva série, sendo o valor de cada parcela "k" equivalente ao pagamento da Remuneração e/ou à amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso;

**n** = número total de eventos de pagamento a serem realizados das Debêntures da respectiva série, sendo "n" um número inteiro;

**PVNa** = percentual do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser amortizado;

**FVPk** = fator de valor presente, apurado conforme fórmula a seguir, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento:

$$FVPk = (1 + TESOUROIPCA + Prêmio de Amortização Extraordinária)^{nk/252}$$

onde:

**TESOUROIPCA** = taxa interna de retorno após da inflação da NTN-B;

**Prêmio de Amortização Extraordinária** = para as Debêntures da 1ª Série, menos 0,50% a.a. até 15 de junho de 2025 (inclusive); e zero de 15 de junho de 2025 (exclusive) até o vencimento. Para as Debêntures da 2ª Série, menos 0,50% a.a. até 15 de dezembro de 2026 (inclusive); e zero de 15 de dezembro de 2026 (exclusive) até o vencimento.

**nk** = número de Dias Úteis entre a data do Amortização Extraordinária Facultativa e a data de vencimento programada de cada parcela "k" vincenda.

**5.1.20.** Uma vez exercida pela Emissora a opção do Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Extraordinária Facultativa, conforme o caso, das Debêntures, tal resgate tornar-se-á obrigatório para a Securitizadora.

**5.1.21.** A data para realização do Resgate Antecipado Facultativo Total e da Amortização Extraordinária Facultativa deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

**5.1.22.** As Debêntures resgatadas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora.

#### Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado – Mudança de Controle

**5.1.23.** A Emissora estará obrigada a realizar uma oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, sendo assegurada a possibilidade de resgate de todas as Debêntures, em igualdade de condições, mediante ocorrência de Mudança do Controle Acionário (conforme definido abaixo) da Emissora e desde que referida Mudança do Controle Acionário resulte na Redução de *Rating* (conforme definido abaixo) ("Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado - Mudança de Controle"), observados os procedimentos determinados a seguir.

**5.1.23.1.** Para fins desta Escritura de Emissão, entender-se-á por:

“Mudança do Controle Acionário”: caso após a conclusão de determinada operação qualquer “pessoa” ou “grupo” passar a efetivamente deter, direta ou indiretamente, mais de 50% (cinquenta por cento) das ações com direito a voto da Emissora, inclusive como resultado de qualquer reorganização societária ou transação de fusão ou consolidação da Emissora, exceto caso tal “pessoa” ou “grupo” contenha a **(i)** Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial (CNPJ 05.144.757/0001-72), ou qualquer de suas afiliadas e/ou **(ii)** Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS (CNPJ 33.000.167/0001-01), ou qualquer de suas afiliadas (em conjunto, “Entidades Autorizadas”), e a(s) referida(s) Entidade(s) Autorizada(s) detenha(m) poder de voto sobre pelo menos a maioria das ações com direito a voto, da Emissora.

“Redução de Rating”: a qualquer momento, dentro de 90 (noventa) dias contados da data da ocorrência de Mudança do Controle Acionário da Emissora, conforme divulgada pelos meios oficiais estabelecidos pela CVM: **(i)** na hipótese de o *rating* internacional da Emissora referente à dívida de longo prazo em moeda estrangeira, sem garantia e sem garantia de crédito (*foreign currency global scale long-term unsecured, non-credit enhanced debt*) (“Rating Internacional”) ter sido avaliado como grau de investimento por pelo menos duas das Agências de Rating Aplicáveis no momento imediatamente anterior à notificação ou declaração pública da Mudança do Controle Acionário da Emissora, caso o *Rating* Internacional da Emissora seja reduzido para qualquer *notche* abaixo do grau de investimento, conforme avaliado por pelo menos duas das Agências de Rating Aplicáveis; ou **(ii)** na hipótese de o *Rating* Internacional da Emissora ter sido avaliado abaixo do grau de investimento por pelo menos duas das Agências de Rating Aplicáveis no momento imediatamente anterior à notificação ou declaração pública da Mudança do Controle Acionário da Emissora, caso o *Rating* Internacional da Emissora sofra redução superior a 1 (um) ou mais *notch* conforme avaliado por pelo menos duas das Agências de Rating Aplicáveis; desde que, em qualquer dos casos acima, qualquer Redução de *Rating* seja expressamente declarada pelas Agências de Rating Aplicáveis como resultado da Mudança do Controle Acionário.

“Agências de Rating Aplicáveis”: Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's (S&P), ou seus respectivos sucessores.

**5.1.24.** Para realizar a Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado - Mudança de Controle, a Emissora deverá notificar, por escrito, a Debenturista, com cópia ao Agente



Fiduciário dos CRA, em até 30 (trinta) dias contados da Redução de *Rating*, informando ("Notificação Mudança de Controle"):

- (i) a data de divulgação da Redução de *Rating*;
- (ii) a data em que se efetivará o resgate, que não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias e nem exceder 60 (sessenta) dias a contar da data de envio da Notificação Mudança de Controle;
- (iii) a forma e prazo para manifestação da Debenturista em relação à Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado - Mudança de Controle; e
- (iv) demais informações relevantes para a realização do resgate das Debêntures.

**5.1.25.** Recebida a Notificação Mudança de Controle, a Securitizadora deverá realizar uma Oferta de Resgate dos CRA - Mudança de Controle ("Oferta de Resgate dos CRA - Mudança de Controle"), a qual deverá refletir os mesmos termos e condições estabelecidos para a Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado - Mudança de Controle das Debêntures, nos termos estabelecidos no Termo de Securitização, por meio de comunicado a todos os Titulares de CRA, na forma a ser estabelecida no Termo de Securitização ("Comunicação Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado - Mudança de Controle Mudança de Controle").

**5.1.25.1.** Os Titulares dos CRA deverão optar pela adesão, ou não, à Oferta de Resgate dos CRA - Mudança de Controle. A Securitizadora deverá aderir à Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado - Mudança de Controle das Debêntures na quantidade de Debêntures equivalente à quantidade de CRA que os Titulares dos CRA tenham aderido à Oferta de Resgate dos CRA - Mudança de Controle. A adesão ou não à Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado - Mudança de Controle dos CRA pelos Titulares de CRA deverá ser informada à Emissora em até 2 (dois) Dias Úteis a contar do término prazo para manifestação dos Titulares dos CRA estabelecido na Comunicação de Oferta de Resgate dos CRA - Mudança de Controle, sendo que, na hipótese de realização de resgate antecipado no âmbito da Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado - Mudança de Controle, a Emissora deverá realizar o resgate das Debêntures no prazo informado na Cláusula 5.1.24(ii) above.

**5.1.26.** A quantidade de Debêntures a serem resgatadas pela Emissora no âmbito da Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado - Mudança de Controle será proporcional à quantidade de CRA cujo titular tenha aderido à Oferta de Resgate dos CRA - Mudança de Controle, observadas as condições estabelecidas na Cláusula 5.1.24 above, conforme informado pela Securitizadora à Emissora.

**5.1.27.** O valor a ser pago pela Emissora a título de resgate antecipado das Debêntures no âmbito da Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado - Mudança de Controle deverá corresponder ao Preço de Resgate Antecipado, sem qualquer prêmio.

**5.1.28.** A data para realização dos pagamentos devidos em razão de uma Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado - Mudança de Controle deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

**5.1.29.** As despesas relacionadas à Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado - Mudança de Controle das Debêntures serão arcadas pela Emissora, o que inclui as despesas de comunicação e resgate dos CRA.

**5.1.30.** As Debêntures resgatadas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora.

*Resgate Antecipado Obrigatório*

**5.1.31.** A Emissora deverá realizar o resgate antecipado compulsório da totalidade das Debêntures caso os acionistas da Emissora, a qualquer momento a partir da primeira Data de Integralização, aprovem em assembleia geral a incorporação da Emissora por qualquer companhia que não seja companhia aberta, nos termos da regulamentação aplicável, observados os procedimentos determinados a seguir ("Resgate Antecipado Obrigatório").

**5.1.32.** A Emissora deverá encaminhar comunicado à Debenturista com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA, em até 30 (trinta) dias contados da aprovação de que trata a Cláusula 5.1.31 above, informando **(i)** a data de ocorrência do referido evento, **(ii)** a estimativa do valor do Preço de Resgate Antecipado e a data em que o seu pagamento será realizado; e **(iii)** demais informações relevantes para a realização do Resgate Antecipado Obrigatório.

**5.1.33.** O valor a ser pago pela Emissora a título de resgate antecipado das Debêntures no âmbito do Resgate Antecipado Obrigatório deverá corresponder a 101% (cento e um inteiros por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração.

**5.1.34.** A data para realização do Resgate Antecipado Obrigatório deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

**5.1.35.** As Debêntures resgatadas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora.

## **6. Vencimento Antecipado**

### **6.1. Vencimento Antecipado Automático**

**6.1.1.** Independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, ou mesmo de assembleia de titulares de Debêntures ou de CRA, observado o disposto na Cláusula 6.2 abaixo, e o envio de simples comunicação à Emissora, todas as obrigações constantes desta Escritura serão declaradas antecipadamente vencidas nas seguintes hipóteses:

- (i)** não pagamento, em até 3 (três) Dias Úteis contados de seu vencimento, do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado e da Remuneração devidos à Debenturista nas Datas de Pagamento e/ou na Data de Vencimento;
- (ii)** (a) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas (conforme definição de “controle” prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) que com base nas informações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras consolidadas mais recentes da companhia (i) representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de ativos consolidados da Emissora; ou (ii) tenham receita acumulada no período de 12 (doze) meses anteriores a data de tal informação financeira trimestral ou demonstração financeira consolidada, representando, no mínimo, 10% (dez por cento) da receita total consolidada da Emissora, excetuadas, para todos os fins, a Braskem Idesa Servicios S.A. e a Braskem Idesa S.A.P.I. e qualquer outra sociedade cujo financiamento tenha sido ou venha a ser realizado na modalidade de *project finance* (“Controladas Relevantes”); (b) apresentação de pedido de autofalência da Emissora; ou (c) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros não elidido no prazo legal;
- (iii)** se a Emissora e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes: (a) propuser plano de recuperação judicial ou extrajudicial, a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (b) ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (iv)** insolvência, extinção, liquidação ou dissolução da Emissora e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes, exceto se tais eventos decorrerem de Reorganização Societária Autorizada (conforme definida abaixo);
- (v)** declaração de vencimento antecipado de qualquer operação no âmbito dos mercados financeiro ou de capitais, no Brasil e/ou no exterior, da Emissora

e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes, em valor individual ou agregado igual ou superior ao equivalente em reais a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos) convertido em moeda corrente nacional, na data do evento em questão, de acordo com a taxa do dólar dos Estados Unidos da América divulgada pelo Banco Central do Brasil por meio de sua página na internet sobre taxas de câmbio (<https://www.bcb.gov.br/>), menu "Estabilidade Financeira", opção "Câmbio e Capitais Internacionais", opção "Cotação de Moedas", opção "Consulta de cotações e boletins", para a moeda "DOLAR DOS EUA", código 220, "Cotações em Real", Venda, ou qualquer tela que venha a substituí-la de acordo com as determinações do Banco Central do Brasil ("Cotação USD"), relativa ao dia imediatamente anterior à data da ocorrência, exceto se a exigibilidade da referida dívida ou obrigação for suspensão por decisão judicial;

- (vi)** transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações;
- (vii)** aplicação dos recursos oriundos das Debêntures em destinação diversa da descrita nos termos, prazo e forma estabelecidos na Cláusula 3.5 above;
- (viii)** na hipótese de a Emissora e/ou qualquer sociedade controlada (conforme definição de "controle" prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direta ou indiretamente ("Controlada"), pela Emissora, praticar qualquer ato visando rescindir, anular, invalidar ou, de qualquer forma, extinguir, por meio judicial ou extrajudicial, esta Escritura e/ou o Termo de Securitização; e
- (ix)** transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência da Debenturista, a partir de consulta aos Titulares de CRA reunidos em assembleia geral, nos termos do Termo de Securitização, especialmente convocada para este fim, exceto se tal transferência decorrer de uma Reorganização Societária Autorizada.

## **6.2. Vencimento Antecipado Não Automático**

**6.2.1.** Tão logo tome ciência de qualquer um dos eventos descritos abaixo, a Debenturista deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e de todas as obrigações constantes desta Escritura, exceto se a assembleia geral de Titulares de CRA deliberar pela não declaração de seu vencimento antecipado na forma da Cláusula 6.3 below:

- (i)** não pagamento, em até 3 (três) Dias Úteis, contados de seu vencimento, de qualquer obrigação pecuniária, exceto aquelas prevista no item (i) da Cláusula 6.1.1. acima;
- (ii)** descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures estabelecida nesta Escritura, não sanada no prazo de cura de 21 (vinte e um) Dias Úteis contados da data do envio de notificação, com confirmação de recebimento, enviada pelo Debenturista ou Agente Fiduciário dos CRA, conforme o caso, ou da data que a Emissora tomou conhecimento a respeito do respectivo descumprimento, dos dois o menor, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (iii)** não cumprimento de qualquer decisão arbitral ou judicial de efeito imediato, de natureza condenatória, contra a Emissora e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes, em valor individual ou agregado superior ao equivalente em reais de US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos) convertido em moeda corrente nacional de acordo com a Cotação USD (conforme abaixo definido), na data do evento em questão, exceto caso a Emissora (a) tenha obtido liminar, decisão administrativa ou judicial incidental com efeito suspensivo no prazo legal; ou (b) tenha sido oferecida garantia em juízo tempestivamente, devidamente aceita pelo juízo em questão;
- (iv)** inadimplemento pela Emissora e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, seja como parte ou como garantidora, de obrigação pecuniária, no âmbito de qualquer operação financeira no mercado de capitais, no Brasil e/ou no exterior, em valor individual ou agregado igual ou superior ao equivalente em reais a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos) convertido em moeda corrente nacional de acordo com a Cotação USD, na data do evento em questão, exceto caso a Emissora tenha sanado no respectivo prazo de cura então indicado no respectivo contrato, conforme aplicável, ou, em sua falta, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- (v)** protesto de títulos contra a Emissora e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, em valor individual ou agregado, igual ou superior ao equivalente em reais a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos) convertido em moeda corrente nacional de acordo com a Cotação USD, na data do evento em questão, salvo se, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado à Securitizadora e ao Agente Fiduciário dos CRA que o(s) protesto(s) foi(ram):

(a) pago, sustado(s), cancelado(s) ou suspenso(s); ou (b) foi realizado por erro ou má-fé, com a comprovação à Securitizadora e ao Agente Fiduciário dos CRA da quitação do título protestado; ou (c) garantido(s) por garantia(s) aceita(s) em juízo;

- (vi)** cisão, fusão, incorporação ou qualquer reorganização societária da Emissora e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes, que resulte em uma Mudança do Controle Acionário da Emissora e/ou de uma das Controladas Relevantes, exceto se: (a) previamente autorizado pela Securitizadora (conforme deliberação dos Titulares de CRA em Assembleia Geral a ser convocada nos termos do Termo de Securitização); ou (b) na hipótese prevista na Cláusula 5.1.23 acima, for realizada a Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado – Mudança de Controle; ou (c) se realizada oferta de resgate das debentures nos termos do Artigo 231 Lei das Sociedades por Ações; ou (d) desde que referida fusão, incorporação ou reorganização não resulte na Redução de *Rating* (“Reorganização Societária Autorizada”);
- (vii)** redução de capital social da Emissora, exceto se (a) realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (b) previamente autorizada, de forma expressa e por escrito, pelos titulares das Debêntures;
- (viii)** não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, exigidas pelos órgãos competentes, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias a contar de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, desde que comprometa a capacidade da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes de cumprir suas obrigações materiais nos termos desta Escritura de Emissão;
- (ix)** comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura, são **(a)** falsas ou enganosas; ou **(b)** em qualquer aspecto relevante, insuficientes ou incorretas, nas datas em que foram prestadas, desde que, neste último caso, não sanada no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que a Securitizadora e/ou o Agente Fiduciário dos CRA comunicar à Emissora sobre a respectiva insuficiência ou incorreção;
- (x)** questionamento judicial, por terceiros, acerca da validade, exequibilidade ou eficácia desta Escritura de Emissão, desde que não seja defendido pela Emissora em até 15 (quinze) Dias Úteis contados do seu conhecimento por parte da Emissora, prorrogáveis por igual prazo, da data de citação válida ou no prazo processual aplicável, o que for maior;

- (xi)** alienação, venda e/ou qualquer forma de transferência, pela Emissora e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativos de forma que todos ou substancialmente todos ativos da Emissora, em base consolidada sejam transferidos, exceto se **(a)** previamente autorizado pela Securitizadora (conforme deliberação dos Titulares de CRA em Assembleia Geral a ser convocada nos termos do Termo de Securitização); ou **(b)** a destinatária de tal alienação, venda ou transferência seja quaisquer de suas Controladas;
- (xii)** desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental brasileira que afete todos ou substancialmente todos os ativos da Emissora e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes e que comprometa a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações pecuniárias nos termos da Escritura de Emissão;
- (xiii)** interrupção das atividades da Emissora e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes por prazo superior a 20 (vinte) Dias Úteis, determinada por ordem judicial ou qualquer outra Autoridade, que comprometa a capacidade da Emissora de pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado e da Remuneração nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xiv)** alteração do objeto social da Emissora, conforme descrito em seu Estatuto Social vigente nesta data, que a exclua da cadeia do agronegócio para fins do artigo 23 da Lei 11.076 e da Instrução CVM 600;
- (xv)** não realização da Oferta de Resgate Antecipado Obrigatório – Mudança de Controle e do Resgate Antecipado Obrigatório; e
- (xvi)** se esta Escritura e/ou o Termo de Securitização for declarado inválido, ineficaz, nulo ou inexecutável, por qualquer Norma ou por decisão judicial ou sentença arbitral, desde que referida decisão não seja revertida, ainda que em caráter liminar, dentro do prazo processual aplicável e/ou se for por qualquer motivo, resilido, rescindido ou por qualquer outra forma, extinto por ato praticado pela Emissora.

**6.3.** Em caso de ocorrência de evento de vencimento antecipado não automático previsto na Cláusula 6.2 acima, o titular das Debêntures poderá optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Em caso de pluralidade de debenturistas, os titulares de Debêntures reunir-se-ão em assembleia geral para deliberar acerca do não vencimento antecipado, sendo que a deliberação acerca da declaração do não vencimento antecipado somente poderá ocorrer se, em sede de Assembleia Geral, assim deliberarem os debenturistas que representem, no mínimo, a 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação em primeira convocação, e a maioria das

Debêntures em Circulação presentes à Assembleia Geral em segunda convocação, desde que estejam presentes, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures em Circulação em segunda convocação. Em caso de declaração do vencimento antecipado decorrente de um evento de vencimento antecipado não automático para a qual não seja aprovada a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.2 acima, o titular das Debêntures deverá exigir que a Emissora realize, e a Emissora obriga-se a realizar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da ocorrência ou declaração, conforme o caso, do vencimento antecipado, o pagamento integral do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da respectiva Remuneração e quaisquer obrigações pecuniárias, com o consequente cancelamento das Debêntures, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios, fora do âmbito da B3.

**6.4.** Durante a vinculação das Debêntures ao CRA, o titular de Debêntures deverá seguir o que vier a ser decidido pelos Titulares de CRA, em assembleia geral.

**6.4.1.** A assembleia geral de Titulares de CRA, que determinará a decisão da Securitizadora sobre o não vencimento antecipado previsto na Cláusula 6.2 acima deverá ser convocada pela Securitizadora no prazo de 3 (três) Dias Úteis a contar da ciência da Securitizadora da ocorrência de qualquer dos eventos previstos na Cláusula 6.2 acima, em conformidade com o previsto no Termo de Securitização, observados seus procedimentos e o respectivo quórum.

**6.4.2.** O Escriturador deverá ser imediatamente comunicado, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com cópia à Securitizadora, da declaração do vencimento antecipado.

**6.5.** Regras Comuns

**6.5.1.** A ocorrência de qualquer dos eventos descritos nas Cláusulas 6.1 e 6.2 acima deverá ser prontamente comunicada pela Emissora à Debenturista e ao Agente Fiduciário dos CRA, em prazo de até 1 (um) Dia Útil da data em que tomar conhecimento. O descumprimento desse dever de informar pela Emissora não impedirá o exercício de poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura e no Termo de Securitização, pela Securitizadora ou pelos Titulares de CRA, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Debêntures e dos CRA.

**6.5.2.** Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures (tanto o automático, quanto o não automático), independentemente da comunicação referida na Cláusula 6.5.1 above, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da respectiva Remuneração devida, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores



eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados: **(i)** com relação aos eventos da Cláusula 6.1 desta Escritura, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da ocorrência ou declaração, conforme o caso, do evento ali listado; e **(ii)** com relação aos eventos da Cláusula 6.2 desta Escritura, na data em que não foi deliberado pela Debenturista o não vencimento antecipado, se assim deliberado for por titulares de CRA.

## **7. Assembleia Geral**

**7.1.** Nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, os titulares das Debêntures de cada série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, que poderá ser individualizada por Série ou conjunta ("Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série" e "Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Série" e, quando referidas individualmente e indistintamente, "Assembleia Geral"), a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, aplicando-se, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações.

**7.1.1.** Quando a matéria a ser deliberada se referir a interesses específicos a cada uma das séries, quais sejam **(i)** alterações nas características específicas da respectiva série; e **(ii)** demais assuntos específicos a uma determinada série; a respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série ou Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Série, conforme o caso, será realizada separadamente entre as séries, computando-se em separado os respectivos quóruns de convocação, instalação e deliberação.

**7.1.2.** Quando a matéria a ser deliberada abranger interesses de todas as séries, será realizada Assembleia Geral de Debenturistas conjunta, computando-se em conjunto os respectivos quóruns de convocação, instalação e deliberação.

**7.2.** A Assembleia Geral realizar-se-á no local onde a Emissora tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, as correspondências de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, sendo permitida a realização da Assembleia Geral de forma virtual, observado que a correspondência de convocação deverá informar os procedimentos necessários para acesso à respectiva Assembleia. É permitido aos Debenturistas participar da Assembleia Geral por meio de conferência eletrônica e/ou videoconferência, entretanto deverão manifestar o voto em Assembleia Geral por comunicação escrita ou eletrônica, nos termos previstos na Instrução CVM n.º 625, de 14 de maio de 2020.

**7.3.** A Assembleia Geral poderá ser convocada: **(i)** pela Emissora; **(ii)** pelos titulares das Debêntures que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação ou das Debêntures em Circulação da respectiva Série, conforme o caso; ou **(iii)** pela CVM.

**7.4.** A convocação da Assembleia Geral dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

**7.5.** A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada em prazo mínimo de 21 (vinte e um) dias contados da data da primeira publicação da convocação, sendo que a segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias contados após a data marcada para a instalação em primeira convocação, sendo que a Assembleia Geral de Debenturistas somente será realizada após a Assembleia Geral de Titulares de CRA, quando for necessária a deliberação dos Titulares de CRA reunidos em Assembleia Geral.

**7.6.** A Assembleia Geral se instalará, nos termos do parágrafo 3º do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação ou das Debêntures em Circulação da respectiva Série, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer número.

**7.6.1.** Compreende-se por "Debêntures em Circulação", para fins de constituição de quórum, todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures de que a Emissora eventualmente seja titular ou possua em tesouraria, ou que sejam de titularidade de empresas ligadas à Emissora, ou de fundos de investimento administrados por empresas ligadas à Emissora, assim entendidas empresas que sejam subsidiárias, coligadas, controladas, direta ou indiretamente, empresas sob Controle comum ou qualquer de seus diretores, conselheiros, acionistas, bem como seus cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º (segundo) grau.

**7.6.2.** Independentemente das formalidades legais previstas, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem todos os titulares das Debêntures em Circulação ou das Debêntures em Circulação da respectiva Série, conforme o caso.

**7.7.** Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas exceto quando a Emissora convocar a referida Assembleia Geral de Debenturistas, hipótese em que será obrigatória. Caso a Emissora ainda assim não compareça à referida Assembleia Geral de Debenturistas, o procedimento deverá seguir normalmente, sendo válidas as deliberações nele tomadas.

**7.8.** A presidência da Assembleia Geral caberá ao titular das Debêntures eleito pelos titulares das Debêntures ou das Debêntures da respectiva Série, conforme o caso,

na própria Assembleia Geral, por maioria simples de votos dos presentes, ou àquele designado pela CVM.

**7.9.** Nas deliberações da Assembleia Geral, as decisões da Securitizadora, no âmbito desta Escritura, enquanto titular de Debêntures, deverão observar o disposto no Termo de Securitização e o que vier a ser deliberado pelos Titulares de CRA.

**7.10.** Nas deliberações da Assembleia Geral, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

**7.11.** Exceto se de outra forma disposta nesta Escritura, as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas (incluindo a renúncia temporária de direitos (*waiver*) inclusive previamente à efetiva ocorrência do evento a ser renunciado), deverão ser aprovadas por titulares de Debêntures, em sede de Assembleia Geral, se assim deliberarem os debenturistas que representem, no mínimo, **(i)** a maioria simples das Debêntures em Circulação ou das Debêntures em Circulação da respectiva Série, conforme o caso, em primeira convocação, e **(ii)** a maioria das Debêntures em Circulação ou das Debêntures em Circulação da respectiva Série, conforme o caso, presentes à Assembleia Geral em segunda convocação, desde que estejam presentes, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures em Circulação em segunda convocação; observado que enquanto a Securitizadora for titular de Debêntures, as disposições do Termo de Securitização e o que vier a ser deliberado pelos Titulares de CRA deverão ser por ela observados ao proferir seu voto nas Assembleias Gerais.

**7.12.** A alteração **(i)** dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; **(ii)** do índice de Atualização Monetária e da Remuneração das Debêntures, exceto em caso de majoração; **(iii)** das Datas de Pagamento da Remuneração; **(iv)** das Datas de Vencimento; **(v)** dos eventos de vencimento antecipado previstos na Cláusula 6 above dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

**7.13.** As deliberações tomadas pelos titulares de Debêntures em Assembleia Geral de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

**7.14.** Fica desde já certo e ajustado que os titulares das Debêntures somente poderão se manifestar em Assembleia Geral de Debenturistas conforme instruído pelos titulares dos CRA após ter sido realizada uma assembleia geral dos titulares dos CRA de acordo com o Termo de Securitização.

## **8. Obrigações Adicionais da Emissora**

### **8.1.** A Emissora adicionalmente se obriga a:

- (i)** fornecer à Debenturista e ao Agente Fiduciário dos CRA ou disponibilizar em seu *website* ou no *website* da CVM, conforme o caso:
  - (a)** dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias contados após o término de cada exercício social, exceto caso a CVM estabeleça eventual prazo adicional, o qual poderá ser utilizado pela Emissora, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor relativas ao respectivo exercício social acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes;
  - (b)** 45 (quarenta e cinco) dias contados após o término de cada um dos 3 (três) primeiros trimestres de cada exercício social, exceto caso a CVM estabeleça eventual prazo adicional, o qual poderá ser utilizado pela Emissora, cópia das informações trimestrais, acompanhadas do relatório de revisão especial dos auditores independentes; e
  - (c)** os atos e decisões referidos na Cláusula 4.7 above.
- (ii)** proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação e regulação em vigor;
- (iii)** preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM, devidamente auditadas por auditor independente registrado na CVM;
- (iv)** observar as disposições da Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 44"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (v)** cumprir todas as normas editadas pela CVM, aplicáveis à Emissora, necessárias para que a Oferta e a Operação de Securitização para emissão dos CRA possam se concretizar;

- (vi) cumprir a legislação trabalhista e de segurança e medicina do trabalho definidas nas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTE e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, em vigor ("Legislação Trabalhista"), zelando sempre para que (a) a Emissora não utilize trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil (exceto pela contratação de aprendizes, nos termos da legislação aplicável), ou que incentive a prostituição; (b) os trabalhadores da Emissora estejam devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (c) a Emissora cumpra as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho, exceto no caso das alíneas (b) e (c): (1) obrigações que estejam sendo contestadas de boa-fé e tenha sido obtida medida liminar pela Emissora, suspendendo os efeitos de tal decisão, (2) obrigações com relação às quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando a sua não observância; ou (3) obrigações cujo descumprimento não possa causar um "Impacto Adverso Relevante" na Emissora, assim entendido como (i) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens e/ou nos resultados operacionais; ou (ii) qualquer efeito adverso que comprometa a capacidade da Emissora de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, sendo certo que as exceções dos itens (1) a (3) não se aplicam ao item (a);
- (vii) cumprir e fazer com que suas Controladas, bem como enviaar seus melhores esforços para que seus respectivos administradores (desde que sempre agindo comprovadamente em nome da Emissora e/ou qualquer de suas Controladas), cumpram qualquer dispositivo da Lei n.º 9.617, de 3 de março de 1998, conforme alterada, no Código Penal Brasileiro, Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a Lei 9.613, Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, Decreto n.º 8.420, de 18 de março de 2015, conforme alterado, e, desde que aplicável, a U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977 e o UK Bribery Act (UKBA) (em conjunto "Leis Anticorrupção"), bem como caso fazer com que tais pessoas constem no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, exceto pelo disposto nas demonstrações financeiras mais recentes divulgadas, datadas de 10 de março de 2021 da Emissora ("DFP") e no formulário de referência da Emissora datado de 10 de agosto de 2021 ("FRE") e por eventuais desdobramentos do que ali constam. A DFP e o FRE estão disponíveis para consulta no website da Companhia (<https://www.braskem.com.br/RI/relatorios-anuais>);

- (viii)** cumprir e fazer com que qualquer de suas Controladas cumpram a legislação ambiental em vigor, incluindo a Política Nacional do Meio Ambiente, as Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, bem como as demais legislações e regulamentações ambientais (“Legislação Socioambiental”), exceto por **(i)** obrigações que estejam sendo contestadas de boa-fé e tenha sido obtida medida liminar pela Emissora, suspendendo os efeitos de tal decisão, **(ii)** obrigações com relação às quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando a sua não observância; ou **(iii)** obrigações cujo descumprimento não possa causar um Impacto Adverso Relevante;
- (ix)** manter esta Escritura, o Termo de Securitização, bem como qualquer documento necessário à Operação de Securitização, válido e eficaz;
- (x)** manter contratada durante todo o prazo de vigência da Debêntures, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco, entre as Agências de Rating Aplicáveis, devendo, ainda, divulgar em sua página na Internet ou na página da CVM na Internet, ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado o relatório com a súmula da classificação de risco dos CRA; e
- (xi)** efetuar o pagamento de todas as despesas, honorários, encargos, custas, taxas e emolumentos necessários para viabilização e manutenção da Emissão, mediante apresentação do respectivo comprovante de despesa, observado o disposto na Cláusula 12.11 below.

**8.2.** Em razão da vinculação de que trata Cláusula 3.7 desta Escritura, a Emissora será responsável pelas seguintes despesas, a serem arcadas com recursos do Fundo de Despesas (conforme definido no Termo de Securitização) e/ou diretamente pela Securitizadora, caso sejam insuficientes os recursos do Patrimônio Separado:

- (i)** a taxa administração dos Patrimônios Separados dos CRA;
- (ii)** despesas com a formatação e disponibilização dos Prospectos e dos materiais publicitários de divulgação do aviso ao mercado, do Anúncio de Início e do Anúncio de Encerramento no contexto da Emissão, na forma da regulamentação aplicável;
- (iii)** as despesas com prestadores de serviços contratados diretamente para a Emissão e para a emissão dos CRA, conforme previstas ao longo desta Escritura e/ou do Termo de Securitização, incluindo sem limitação o Agente Fiduciário dos CRA, o auditor independente, o Escriturador e a B3;

- (iv)** as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais ajuizadas com a finalidade de resguardar os interesses dos Titulares de CRA, a cobrança e a realização dos Créditos do Patrimônio Separado, exceto se a Emissora figurarem no polo passivo de tais ações;
- (v)** despesas com a gestão, cobrança, realização, administração, registro, custódia, escrituração e liquidação dos direitos creditórios do agronegócio e dos Patrimônios Separados dos CRA, incluindo, mas não se limitando, (a) as despesas com sistema de processamento de dados, (b) as despesas cartorárias com autenticações, reconhecimento de firmas, emissões de certidões, registros de atos em cartórios e emolumentos em geral, (c) as despesas com cópias, impressões, expedições de documentos e envio de correspondências, (d) as despesas com publicações de balanços, relatórios e informações periódicas, (e) as despesas com empresas especializadas em cobrança, leiloeiros e comissões de corretoras imobiliárias; e (f) quaisquer outras despesas relacionadas à administração dos direitos creditórios do agronegócio e do Patrimônio Separado, inclusive as referentes à sua transferência para outra companhia securitizadora e/ou Agente Fiduciário dos CRA e/ou pela instituição administradora cuja contratação seja aprovada pelos Titulares de CRA, na Assembleia Geral de Titulares de CRA prevista no Termo de Securitização, na hipótese em que esses venham a assumir a sua administração, conforme o caso;
- (vi)** eventuais despesas com registros perante órgãos de registro do comércio e publicação de documentação de convocação e societária da Emissora relacionada aos CRA, bem como de eventuais aditamentos aos mesmos, na forma da regulamentação aplicável;
- (vii)** impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas na Instrução CVM 600 e em regulamentação específica;
- (viii)** honorários, despesas e custos de terceiros especialistas, advogados, auditores, bem como demais prestadores de serviços eventualmente contratados para resguardar os interesses dos Titulares de CRA, na defesa de eventuais processos administrativos, arbitrais e/ou judiciais propostos contra o Patrimônio Separado ou, ainda, que possam afetar a realização do respectivo patrimônio separado, inclusive aquelas previstas na Resolução 17/2021;
- (ix)** custos inerentes à estruturação e liquidação dos CRA;

- (x)** despesas com registros perante a ANBIMA, CVM, B3 e Juntas Comerciais, conforme o caso, da documentação societária da Emissora relacionada aos CRA, ao Termo de Securitização e aos demais documentos da Operação de Securitização, bem como de eventuais aditamentos aos mesmos;
- (xi)** despesas necessárias para a realização das Assembleias Gerais, na forma da regulamentação aplicável, incluindo as despesas com sua convocação e publicação, desde que solicitadas pelos Titulares de CRA ou pela Emissora e pelo Agente Fiduciário dos CRA no exclusivo interesse dos Titulares de CRA;
- (xii)** expedição de correspondência de interesse dos Titulares de CRA;
- (xiii)** honorários de advogados, custas e despesas correlatas (incluindo verbas de sucumbência) incorridas pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário dos CRA na defesa de eventuais processos administrativos, e/ou judiciais propostos contra os Patrimônios Separado, exceto se tais processos foram instaurados por motivo imputável à Emissora ou decorram de contingências da Emissora que não estejam relacionadas aos patrimônios separados;
- (xiv)** honorários e despesas incorridas na contratação de serviços para procedimentos extraordinários especificamente previstos nos documentos da Operação de Securitização e que sejam atribuídos à Emissora;
- (xv)** taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam sobre os bens, direitos e obrigações dos patrimônios separados;
- (xvi)** despesas e/ou sanções, presentes e futuras, que sejam imputados por lei sobre os bens, direitos e obrigações do Patrimônio Separado; e
- (xvii)** em virtude da instituição dos regimes fiduciários e da gestão e administração dos patrimônios separados, as despesas de contratação de auditor independente, necessários para realizar a escrituração contábil e elaboração de balanço auditado dos patrimônios separados, na periodicidade exigida pela legislação em vigor, bem como quaisquer outras despesas exclusivamente relacionadas à administração dos Créditos do Agronegócio e dos patrimônios separados, inclusive aquelas referentes à sua transferência para outra companhia securitizadora, mediante apresentação dos comprovantes de pagamento ou notas fiscais, bem como despesas com gestão, sistema de processamento de dados, cobrança, realização, administração, custódia e escrituração, incluindo, mas não se limitando: a remuneração dos prestadores de serviços, despesas cartorárias com autenticações, reconhecimentos de firma, emissões de certidões, registros



de atos em cartórios, cópias, impressões e expedições de documentos, envio de correspondências, publicações de relatórios e informações periódicas, leiloeiros, comissões de corretoras imobiliárias, demais correspondências, emolumentos, despesas havidas com empresas especializadas em cobrança, se aplicável.

**8.2.1.** Caso as Debêntures sejam objeto de vencimento antecipado ou resgate antecipado, e não tenha sido comprovada a destinação da totalidade dos recursos captados, observados o Ofício Circular CVM da Superintendência de Registro de Valores Mobiliários - SRE de 01 de março de 2021 e a above, a Emissora passará a ser a responsável pelo pagamento da parcela prevista à título de verificação da destinação dos recursos, conforme previsto no Termo de Securitização.

**8.3.** Nos termos do Termo de Securitização, será constituído **(i)** fundo de despesas na conta corrente n.º 5579-4, mantida em nome da Securitizadora, na agência 3396 do Banco Bradesco S.A (237), e integrante do Patrimônio Separado, na qual serão depositados os recursos relativos ao fundo de despesas da 1ª Série ("Fundo de Despesas 1ª Série"); e **(ii)** fundo de despesas na conta corrente n.º 5104-7, mantida em nome da Securitizadora, na agência 3396 do Banco Bradesco S.A (237), e integrante do Patrimônio Separado, na qual serão depositados os recursos relativos ao fundo de despesas da 2ª Série ("Fundo de Despesas 2ª Série" e, em conjunto com o Fundo de Despesas 1ª Série, "Fundo de Despesas"). Os encargos incorridos até a Data de Integralização dos CRA, bem como o valor do Fundo de Despesas, deverão ser descontados pela Securitizadora do preço a ser pago pela aquisição das Debêntures, nos termos do Termo de Securitização.

**8.4.** Observado o disposto abaixo, a Securitizadora deverá informar semestralmente à Emissora o montante necessário para o pagamento dos Encargos, relativos ao período de 12 (doze) meses imediatamente subsequente, para que, caso necessário, a Emissora realize o depósito de tal montante no Fundo de Despesas.

**8.5.** Os Encargos incorridos até a Data de Integralização dos CRA, bem como o valor do Fundo de Despesas, poderão ser descontados pela Securitizadora do preço a ser pago pela aquisição das Debêntures, nos termos do Termo de Securitização.

**8.6.** Se, eventualmente, os recursos do Fundo de Despesas somarem valor inferior ao Valor Mínimo do Fundo de Despesas (conforme definido no Termo de Securitização), a Securitizadora deverá encaminhar notificação à Emissora, devendo a Emissora recompor, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis a contar do recebimento de notificação, o Fundo de Despesas com o montante necessário para que os recursos existentes no Fundo de Despesas, após a recomposição, seja, no mínimo, igual ao respectivo valor do Fundo de Despesas (conforme definido no Termo de Securitização),

mediante transferência dos valores necessários à sua recomposição diretamente para o Fundo de Despesas.

**8.7.** Os recursos do Fundo de Despesas poderão ser aplicados nas Aplicações Financeiras Permitidas (conforme definidas no Termo de Securitização).

**8.8.** Os tributos que incidem no Patrimônio Separado constituirão despesas de responsabilidade dos titulares de CRA, quando forem os sujeitos passivos por força da legislação em vigor.

**8.9.** Caso, após o cumprimento integral das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, ainda existam recursos no Fundo de Despesas, tais recursos deverão ser liberados, líquido de tributos, pela Securitizadora à Emissora, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do cumprimento integral das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura.

**8.10.** Em casos de insuficiência do Fundo de Despesas, as Despesas serão suportadas pelo Patrimônio Separado, sem prejuízo da obrigação de a Emissora reembolsar o Patrimônio Separado e recompor o Fundo de Despesas, nos termos da Cláusula 8.6 above, incluindo a aplicação de multa e encargos moratórios. Caso os recursos disponíveis no Patrimônio Separado não sejam suficientes, poderá ser deliberado pelos titulares do CRA, reunidos em Assembleia Geral de Titulares de CRA (conforme definida no Termo de Securitização), a liquidação do Patrimônio Separado ou a realização de aporte de recursos adicionais. Em última instância, as Despesas que eventualmente não tenham sido saldadas na forma desta Cláusula serão acrescidas à dívida dos direitos creditórios do agronegócio e gozarão das mesmas garantias dos CRA, preferindo a estes na ordem de pagamento.

**8.11.** Considerando-se que a responsabilidade da Securitizadora se limita ao Patrimônio Separado, nos termos da Lei 9.514, caso o Patrimônio Separado seja insuficiente para arcar com as despesas mencionadas no Termo de Securitização, em nenhum caso a Securitizadora e/ou o Agente Fiduciário dos CRA serão responsáveis por arcar com tais despesas com recursos próprios, sendo que, caso o façam, deverão ser reembolsados pela Emissora e/ou pelo Patrimônio Separado.

**8.12.** Em nenhuma hipótese, a Securitizadora incorrerá em antecipação de despesas e/ou suportará despesas com recursos próprios.

**8.13.** A Emissora ficará obrigada a reembolsar quaisquer despesas previstas nas Cláusulas 8.1 e 8.2 acima, arcadas pelo Patrimônio Separado dos CRA ou pela Securitizadora, no prazo de 30 (trinta) Dias Úteis.

## **9. Declarações da Emissora**

**9.1.** A Emissora declara, nesta data, à Debenturista que:

- (a)** está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b)** a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (c)** é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários na categoria "A" atualizado perante a CVM, de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- (d)** as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (e)** as obrigações da Emissora nesta Escritura não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, arbitral ou judicial, em relação às quais a Emissora tenha sido formalmente cientificada;
- (f)** esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (g)** está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, e não ocorreu e não está em curso, na presente data, qualquer evento de vencimento antecipado previsto na Cláusula 6 above;
- (h)** os documentos e informações relativos à Emissora fornecidos à Securitizadora e/ou aos Titulares dos CRA pela Emissora são verdadeiros e, em todos os seus aspectos relevantes, consistentes, corretos e suficientes;
- (i)** a celebração da Escritura e a colocação privada das Debêntures não infringem seu estatuto social ou qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte ou no qual seus bens e propriedades estejam vinculados, nem resultará em: **(i)** vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; **(ii)** criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou **(iii)** rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (j)** nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto pelo cumprimento das formalidades de que trata a Cláusula 2 above;
- (k)** as informações trimestrais da Emissora de 30 de setembro de 2021 e demonstrações financeiras da Emissora de 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, em conjunto com as respectivas notas explicativas, relatório do auditor independente, representam corretamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Emissora em tais datas, e foram devidamente elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS);
- (l)** não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral em relação aos quais a Emissora tenha sido formalmente cientificada ou, no seu melhor conhecimento, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que possa causar um Impacto Adverso Relevante, exceto pelo disposto nas DFP e no FRE e por eventuais desdobramentos do que ali constam;
- (m)** inexistente decisão administrativa ou judicial contra a Emissora, por violação das Leis Anticorrupção, exceto pelo disposto nas DFP e no FRE e por eventuais desdobramentos do que ali constam;
- (n)** cumpre e faz com que suas Controladas, bem como seus respectivos administradores (desde que sempre agindo comprovadamente em nome da Emissora e/ou qualquer de suas Controladas), cumpram as Leis Anticorrupção, conforme aplicável, na medida em que: (i) mantém políticas e procedimentos internos que visam assegurar o integral cumprimento de tais normas; (ii) dá pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora ou suas Controladas, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura de Emissão; (iii) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; e (iv) realizará eventuais pagamentos devidos no âmbito desta Escritura de Emissão exclusivamente por meio de transferência bancária, sendo certo que caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, deverá comunicar em até 7 (sete) Dias Úteis o Agente Fiduciário dos CRA e os Debenturistas, exceto pelo

disposto nas DFP e no FRE e por eventuais desdobramentos do que ali constam;

- (o)** a Emissora observa a Legislação Trabalhista e zela para que **(i)** não utilize trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil (exceto pela contratação de aprendizes, nos termos da legislação aplicável), não incentive à prostituição e respeite os direitos dos silvícolas; **(ii)** os trabalhadores da Emissora estejam devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; **(iii)** cumpram as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da Legislação Trabalhista, exceto no caso das alíneas (ii) e (iii): **(1)** obrigações que estejam sendo contestadas de boa-fé e tenha sido obtida medida liminar pela Emissora, suspendendo os efeitos de tal decisão, **(2)** obrigações com relação às quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando a sua não observância; ou **(3)** obrigações cujo descumprimento não possa causar um Impacto Adverso Relevante na Emissora;
- (p)** a Emissora observa a Legislação Socioambiental, exceto por **(i)** obrigações que estejam sendo contestadas de boa-fé pela Emissora e tenha sido obtida medida liminar pela Emissora, suspendendo os efeitos de tal decisão; **(ii)** obrigações com relação às quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância; ou **(iii)** obrigações cujo descumprimento não possa causar um Impacto Adverso Relevante; e
- (q)** nos termos da legislação aplicável não foi condenada definitivamente na esfera judicial ou administrativa por: (a) questões trabalhistas envolvendo trabalho em condição análoga à de escravo e/ou trabalho infantil, ou (b) exceto pelo disposto nas DFP e no FRE e por eventuais desdobramentos do que ali constam, crime contra o meio ambiente.

**9.2.** Caso a Emissora tome conhecimento que quaisquer das declarações aqui prestadas eram total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas na data em que forem prestadas, a Emissora se compromete a notificar a Debenturista e o Agente Fiduciário dos CRA em até 7 (sete) Dias Úteis contados da data de sua ciência acerca da referida inveracidade, incompletude ou incorreção, sendo certo que o conhecimento de tal fato independerá de manifestação por parte da Debenturista ou do Agente Fiduciário dos CRA. Não obstante, para fatos novos, não conhecidos pela Emissora no momento das declarações aqui prestadas, a Debenturista e o Agente Fiduciário dos CRA serão informados mediante comunicado ao mercado, seguindo as regras de publicidade às quais a Emissora está sujeita.

## **10. Comunicações**

**10.1.** As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora

**Braskem S.A.**

Rua Lemos Monteiro, n.º 120, 24º andar, Bairro Butantã

CEP 05501-050, São Paulo – SP

At.: Marcelo Sarti

Tel.: (11) 3576-9876

E-mail: structuredfinance@braskem.com

(iii) Para a Debenturista

**Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.**

Avenida Pedroso de Moraes, 1.553, 3º andar, Conjunto 32

CEP 05419-001, São Paulo – SP

At.: Cristian de Almeida Fumagalli

Tel.: (11) 3811-4959

E-mail: controleoperacional@ecoagro.agr.br

**10.2.** As comunicações serão consideradas entregues: **(i)** quando enviadas aos endereços acima sob protocolo ou com "aviso de recebimento"; ou **(ii)** por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data da confirmação de recebimento eletrônico.

**10.3.** A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às outras Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado, sob pena de serem considerados entregues as comunicações enviadas aos endereços anteriormente indicados.

## **11. Pagamento de Tributos**

**11.1.** Os tributos incidentes sobre a Emissão e as Debêntures deverão ser integralmente pagos pela Emissora, incluindo, sem limitação, todos os custos de tributação incidentes sobre quaisquer pagamentos devidos à Securitizadora, na qualidade de titular das Debêntures em decorrência desta Escritura. Neste sentido, referidos pagamentos deverão ser acrescidos dos valores atuais e futuros correspondentes a quaisquer tributos que sobre eles incidam, venham a incidir ou sejam entendidos como devidos. Da mesma forma, caso, por força de norma ou determinação de Autoridade, a Emissora, conforme o caso, tiver que reter ou deduzir, de quaisquer

pagamentos feitos exclusivamente no âmbito das Debêntures, quaisquer tributos e/ou taxas, a Emissora deverá acrescer a tais pagamentos valores adicionais de modo que a Securitizadora, na qualidade de titular das Debêntures, receba os mesmos valores que seriam por ela recebidos caso nenhuma retenção ou dedução fosse realizada. Para tanto, a Emissora desde já reconhece ser pecuniária a obrigação aqui prevista, e declara serem líquidos, certos e exigíveis todos e quaisquer valores que vierem a ser apresentados contra si, pela Securitizadora, na qualidade de titular das Debêntures, pertinentes a esses tributos e, nos termos desta Escritura, os quais deverão ser liquidados, pela Emissora, por ocasião da sua apresentação pela Securitizadora.

**11.2.** A Emissora não será responsável pelo pagamento de quaisquer tributos que venham a incidir sobre o pagamento de rendimentos pela Securitizadora aos titulares de CRA e/ou que de qualquer outra forma incidam sobre os titulares de CRA em virtude de seu investimento nos CRA.

**11.3.** Os rendimentos gerados por aplicação em CRA por pessoas físicas estão atualmente isentos de imposto de renda, por força do artigo 3º, inciso IV, da Lei n.º 11.033, de 21 de dezembro de 2004, conforme alterada, isenção essa que pode sofrer alterações ao longo do tempo. A Emissora não será responsável pela realização de qualquer pagamento adicional à Securitizadora ou aos titulares dos CRA em razão de qualquer alteração na legislação tributária ou na tributação aplicável aos CRA, conforme descrito acima.

## **12. Disposições Gerais**

**12.1.** Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba à Debenturista em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**12.2.** Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2 above, obrigando as partes por si e seus sucessores.

**12.3.** Se qualquer item ou Cláusula desta Escritura vier a ser considerado ilegal, inexecutável ou, por qualquer motivo, ineficaz, todos os demais itens e Cláusulas permanecerão plenamente válidos e eficazes. As Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, disposição para substituir a Cláusula ilegal, inexecutável ou ineficaz. Nessa negociação deverá ser considerado o objetivo das Partes na data de assinatura desta Escritura, bem como o contexto no qual a Cláusula ilegal, inexecutável ou ineficaz, foi inserido.

**12.4.** Esta Escritura constitui o único e integral acordo entre as Partes, com relação ao objeto nela previsto.

**12.5.** As palavras e os termos constantes desta Escritura, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência da presente Escritura, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

**12.6.** As Partes declaram que este Contrato integra um conjunto de negociações de interesses recíprocos, envolvendo a formalização dos documentos que compõem a estrutura jurídica da Operação de Securitização. Neste sentido, qualquer conflito em relação à interpretação das obrigações das Partes neste Contrato deverá ser solucionado levando em consideração uma análise sistemática de todos os documentos que compõem a Operação de Securitização.

**12.7.** As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

**12.8.** Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784 da Lei 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as partes, desde já, que independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

**12.9.** As Partes concordam que a presente Escritura, poderá ser alterada, sem a necessidade de qualquer aprovação dos titulares de CRA, desde que a referida alteração não prejudique a validade, exigibilidade ou exequibilidade desta Debenture, sempre que e somente **(i)** quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA, B3 e/ou demais reguladores; **(ii)** quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; e **(iii)** em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os titulares de CRA.

**12.10.** Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura não serão passíveis de



compensação com eventuais créditos perante a Debenturista e o não pagamento dos valores devidos no prazo acordado poderá ser cobrado pela Debenturista e eventuais sucessores e cessionários pela via executiva, nos termos dos artigos 784 e 785 do Código de Processo Civil.

**12.11.** Para despesas extraordinárias que, individualmente, venham a superar o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), será necessária a aprovação prévia e por escrito (ainda que de forma eletrônica) da Emissora, sendo certo que as despesas previstas na Escritura e no Termo de Securitização estão desde logo aprovadas e serão arcadas preferencialmente com recursos do Fundo de Despesas, ou, caso estes sejam insuficientes, com recursos do Patrimônio Separado. A Emissora deverá se manifestar em até 3 (três) dias, contados da solicitação, Tal aprovação prévia não será necessária se estiver em curso um evento de vencimento antecipado automático ou não automático, conforme previstos nas Cláusulas 6.1 ou 6.2 acima. Não havendo a manifestação da Emissora no prazo referido acima, (i) serão utilizados os recursos disponíveis no Fundo de Despesas, ou, caso estes sejam insuficientes, com recursos do Patrimônio Separado.

**12.12.** Na forma do inciso X, do caput do art. 3º e no art. 18 da Lei n.º 13.874, de 20 de setembro de 2019, no art. 2º-A, da Lei n.º 12.682, de 9 de julho de 2012, nos arts. 104 e 107, do Código Civil, e no art. 10, § 2º, da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, a presente Escritura será considerada assinada, exigível e oponível entre as Partes e perante terceiros, independentemente da aposição de rubricas em cada página, desde que a assinatura seja, de forma exclusiva, (i) aposta no suporte físico, ou (ii) certificada por entidade credenciada da ICP-Brasil.

### **13. Lei e Foro**

**13.1.** A presente Escritura reger-se-á pelas leis brasileiras.

**13.2.** Fica eleito o Foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura de forma eletrônica, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Camaçari, 16 de novembro de 2021

*[Restante da página intencionalmente deixado em branco]*

*Página de assinaturas 1/2 do Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Colocação Privada, da Braskem S.A., firmado em 16 de novembro de 2021, entre a Braskem S.A. e a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.*

**Braskem S.A.**

*(Emissora)*

DocuSigned by:  
Assinado por: MARINA DALBEN 31405892803  
CPF: 31405892803  
Papal: Procurador Braskem  
Data/Hora da Assinatura: 11/16/2021 | 7:54:35 PM GMT  
ICP-Brasil  
5F5485F80DF4F81AF08D79244D718D2

Por: Marina Dalben

Cargo: Diretora Finanças Corporativas

DocuSigned by:  
Signed By: PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS 2580...  
CPF: 25804531808  
Signed Date: 11/16/2021 11:22:32 PM GMT  
ICP-Brasil  
EB2E850BEE9D4E7AAE950504EE2B8483

Por:

Cargo:

*Página de assinaturas 2/2 do Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Colocação Privada, da Braskem S.A., firmado em 16 de novembro de 2021, entre a Braskem S.A. e a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.*

**Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.**

*(Debenturista)*

DocuSigned by:  
  
Assinado por: MILTON SCATOLINI MENTEN 01404995803  
CPF: 01404995803  
Papel: Procurador Eco  
Data/Hora da Assinatura: 11/16/2021 | 9:05:51 PM GMT  
ICP Brasil  
04CE466DDFC54C75A99C6735B6E54BFC

Por:

Cargo:

DocuSigned by:  
  
Assinado por: CRISTIAN DE ALMEIDA FUMAGALLI 32751880894  
CPF: 32751880894  
Papel: Procurador Eco  
Data/Hora da Assinatura: 11/16/2021 | 9:06:01 PM GMT  
ICP Brasil  
03C0262EE36141768A4F91401813CBEA

Por:

Cargo:

**Testemunhas**

DocuSigned by:  
  
Assinado por: EDUARDO PASCOWITCH 39720010886  
CPF: 39720010886  
Papel: Testemunha  
Data/Hora da Assinatura: 11/16/2021 | 7:50:26 PM GMT  
ICP Brasil  
3A942FDAB4F84617B351FE8966CD4D2A

Nome: Eduardo Pascowitch

RG: 29.878.860-3

CPF: 397.200.108-86

DocuSigned by:  
  
Assinado por: VANESSA CRISTINA RAMOS DE OLIVEIRA 44157611861  
CPF: 44157611861  
Papel: Testemunha  
Data/Hora da Assinatura: 11/16/2021 | 8:00:23 PM GMT  
ICP Brasil  
79B24CD3FB7945F3AB7878DEAD000A4

Nome:

RG:

CPF:

**Anexo I - Fluxo de Pagamentos e Datas de Pagamento de Amortização e Remuneração das Debêntures**

<b>Data de Pagamento das Debêntures da 1ª Série</b>		
<b>Parcela</b>	<b>Datas de Pagamento de Amortização</b>	<b>Percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado</b>
1	14/06/2022	0,0000%
2	14/12/2022	0,0000%
3	14/06/2023	0,0000%
4	14/12/2023	0,0000%
5	14/06/2024	0,0000%
6	13/12/2024	0,0000%
7	13/06/2025	0,0000%
8	12/12/2025	0,0000%
9	12/06/2026	0,0000%
10	14/12/2026	0,0000%
11	14/06/2027	0,0000%
12	14/12/2027	0,0000%
13	14/06/2028	0,0000%
14	14/12/2028	100,0000%

<b>Cronograma de Amortização das Debêntures da 2ª Série</b>		
<b>Parcela</b>	<b>Datas de Pagamento de</b>	<b>Percentual do Saldo do Valor</b>

	<b>Amortização</b>	<b>Nominal Unitário Atualizado</b>
1	14/06/2022	0,0000%
2	14/12/2022	0,0000%
3	14/06/2023	0,0000%
4	14/12/2023	0,0000%
5	14/06/2024	0,0000%
6	13/12/2024	0,0000%
7	13/06/2025	0,0000%
8	12/12/2025	0,0000%
9	12/06/2026	0,0000%
10	14/12/2026	0,0000%
11	14/06/2027	0,0000%
12	14/12/2027	0,0000%
13	14/06/2028	0,0000%
14	14/12/2028	0,0000%
15	14/06/2029	0,0000%
16	14/12/2029	33,3333%
17	14/06/2030	0,0000%
18	13/12/2030	50,0000%
19	13/06/2031	0,0000%
20	12/12/2031	100,0000%

## **Anexo II - Boletim de Subscrição**

### **Modelo de Boletim de Subscrição Conforme Previsto na Cláusula 4.1.8 desta Escritura**

---

#### **Boletim de Subscrição de Debêntures**

##### **N.º 1**

#### **Emissora**

**Braskem S.A.**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na no município de Camaçari, Estado da Bahia, na Rua Eteno, n.º 1.561, Polo Petroquímico de Camaçari, CEP 42810-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o n.º 42.150.391/0001-70, neste ato devidamente representada na forma de seus atos societários, na qualidade de emissora das Debêntures (abaixo definido) ("Emissora" ou "Braskem").

#### **Debenturista ou Subscritor**

**Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, localizada na Avenida Pedroso de Moraes, n.º 1.553, 3º Andar, Conjunto 32, CEP 05.419-001, Pinheiros, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.753.164/0001-43, na qualidade de subscritora das Debêntures ("Debenturista" ou "Securitizadora").

#### **Características da Emissão**

Em 15 de dezembro de 2021, a Emissora emitiu 840.000 (oitocentas e quarenta mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), no âmbito da sua 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Colocação Privada (respectivamente, "Debêntures" e "Emissão"), realizada na forma do "*Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures, Não Conversíveis em*

*Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Colocação Privada, da Braskem S.A.*", firmado entre a Emissora, a Debenturista e a **Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.**, sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 10.753.164/0001-43, na qualidade de subscritora das Debêntures ("Securitizadora"), em 16 de novembro de 2021 ("Escritura").

Após a subscrição da totalidade das Debêntures, a **Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.** será a única titular das Debêntures, passando a ser credora de todas as obrigações, principais e acessórias, devidas pela Emissora no âmbito das Debêntures, as quais representam direitos creditórios do agronegócio nos termos do §1º, do artigo 23, da Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada ("Lei 11.076"), nos termos desta Escritura ("Créditos do Agronegócio");

A emissão das Debêntures se insere no contexto de uma operação de securitização de recebíveis do agronegócio que resultará na emissão dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("CRA"), aos quais os créditos devidos pela Emissora no âmbito das Debêntures serão vinculados como lastro ("Operação de Securitização").

Os CRA serão distribuídos por meio de oferta pública sob regime de garantia firme de subscrição, sendo que a garantia firme se limitará ao montante base da oferta, aplicando-se o regime de melhores esforços de colocação ao lotes adicional, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Oferta" e "Instrução CVM 400") e serão destinados a investidores institucionais e não institucionais, conforme definidos no artigo 12 da Resolução CVM n.º 30 de 11 de maio de 2021, futuros titulares dos CRA ("Titulares de CRA").

A Emissão e seus termos e condições foram autorizados na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 11 de novembro de 2021, conforme o disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

### Identificação do Subscritor

Nome:	Tel.:
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.	(11) 3811-4959

Endereço:  Avenida Pedroso de Morais, n.º 1.553, 3º Andar, Conjunto 32		E-mail:  controleoperacional@ecoagro.agr.br	
Bairro:  Pinheiros	CEP:  05419-001	Cidade:  São Paulo	UF:  SP
Nacionalidade:  Brasileira	Data de Nascimento: N/A	Estado Civil:  N/A	
Doc. de identidade:  N/A	Órgão Emissor:  N/A	CPF/CNPJ:  10.753.164/0001-43	
Representante Legal (se for o caso):  N/A			Tel.:  N/A
Doc. de Identidade:  N/A	Órgão Emissor:  N/A	CPF/CNPJ:  N/A	

### Cálculo da Subscrição

Quantidade de Debêntures subscritas  840.000  (oitocentas quarenta mil)	Valor Nominal Unitário:  R\$ 1.000,00 (mil reais)	Valor de integralização:  Integralização a ser realizada na periodicidade e conforme valores previstos da Escritura
--	---	---

### Integralização

O Subscritor, neste ato, declara para todos os fins que conhece, está de acordo e por isso adere a todas as disposições constantes deste Boletim de Subscrição e da Escritura, firmada, em caráter irrevogável e irretratável, referente à Emissão.



A integralização das Debêntures ocorrerá na forma e periodicidade prevista na Escritura.	
<p>Declaro, para todos os fins, <b>(i)</b> estar de acordo com as condições expressas no presente Boletim de Subscrição; <b>(ii)</b> ter conhecimento integral, entender, anuir, aderir e subscrever os termos e condições previstos na Escritura</p> <p>São Paulo, [•] de [•] de 2021</p> <hr/> <p><b>Braskem S.A.</b></p>	<p>Declaro, para todos os fins, <b>(i)</b> estar de acordo com as condições expressas no presente Boletim de Subscrição; <b>(ii)</b> ter conhecimento integral, entender, anuir, aderir e subscrever os termos e condições previstos na Escritura; e <b>(iii)</b> que os recursos utilizados para a integralização das Debêntures não são provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal, nos termos da Lei n.º 9.613, de 03 de março de 1998, conforme alterada.</p> <p>São Paulo, [•] de [•] de 2021</p> <hr/> <p><b>Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.</b></p>

### Informações Adicionais

Para informações adicionais sobre a presente emissão, os interessados deverão dirigir-se à Emissora e à Debenturista nos endereços indicados abaixo:

#### Emissora:

#### **Braskem S.A.**

Rua Lemos Monteiro, n.º 120, 24º andar, Bairro Butantã  
CEP 05501-050, São Paulo – SP  
At.: Marcelo Sarti  
Tel.: (11) 3576-9876  
E-mail: structuredfinance@braskem.com

**Debenturista:**

**Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.**

Avenida Pedroso de Moraes, 1.553, 3º andar, Conjunto 32

CEP 05419-001, São Paulo – SP

At.: Cristian de Almeida Fumagalli

Tel.: (11) 3811-4959

E-mail: controleoperacional@ecoagro.agr.br

\*\*\*\*\*

### Anexo III - Relatório de Destinação de Recursos

#### Modelo de Relatório Conforme Previsto na Cláusula 3.5.6 desta Escritura

**Relatório de Comprovação de Destinação de Recursos – 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Colocação Privada, da Braskem S.A. ("Debêntures")**, lastro dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série e da 2ª Série da 124ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Período: \_\_ / \_\_ / 20\_\_ até \_\_ / \_\_ / 20\_\_

A Braskem S.A., sociedade por ações, com registro de companhia aberta categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na no município de Camaçari, Estado da Bahia, na Rua Eteno, n.º 1.561, Polo Petroquímico de Camaçari, CEP 42.810-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o n.º 42.150.391/0001-70, neste ato devidamente representada na forma de seus atos societários, na qualidade de emissora das Debêntures ("Emissora" ou "Braskem"), neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, declara para os devidos fins que utilizou, no período definido acima, os recursos obtidos por meio da emissão em referência de emissão da Emissora, exclusivamente, para os serviços previstos na Cláusula 3.5 do "*Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures, não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Colocação Privada, da Braskem S.A.*", conforme abaixo descrito e comprovantes que seguem em anexo:

Descrição do Produto	Data de Pagamento	Razão Social / Nome	CNPJ	N.º da Nota Fiscal (NF-e)	Valor Total do Produto
-	-	-	-	-	-
Total					R\$ [.]

Neste ato, a Emissora declara, de forma irrevogável e irretratável, que as informações e os documentos apresentados por meio do presente relatório são verídicos e representam o direcionamento dos recursos obtidos por meio das Debêntures.

**Braskem S.A.**

_____ Por:	_____ Por:
Cargo:	Cargo:

**Anexo IV – Modelo de Notificação Identificação Fornecedores conforme previsto na Cláusula 3.5.2 desta Escritura**

[=] de [=] de [=]

A Braskem S.A., sociedade por ações, com registro de companhia aberta categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede no município de Camaçari, Estado da Bahia, na Rua Eteno, n.º 1.561, Polo Petroquímico de Camaçari, CEP 42.810-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o n.º 42.150.391/0001-70, neste ato devidamente representada na forma de seus atos societários, na qualidade de emissora das Debêntures ("Emissora" ou "Braskem"), em conformidade com a Cláusula 3.5.2 do "*Instrumento Particular de Escritura da 15ª (décima quinta) Emissão de Debêntures, não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Colocação Privada, da Braskem S.A.*" ("Escritura de Emissão") vem, por meio desta, indicar ao Agente Fiduciário dos CRA, à Debenturista e à CVM os produtores rurais aos quais serão destinados os recursos provenientes da integralização das Debêntures, conforme características descritas abaixo:

<b>DESTINAÇÃO DOS RECURSOS</b>				
<b>Razão Social ou Nome do Produtor Rural</b>	<b>CNAE/  Produto Rural</b>	<b>Vencimento contrato</b>	<b>Percentual Máximo do Valor Total da Emissão a ser alocado  (Montante)</b>	<b>Valor Total Aproximado (R\$ milhões)  (Montante)</b>
[=]	[=]	[=]	[=]	[=]
[=]	[=]	[=]	[=]	[=]
[=]	[=]	[=]	[=]	[=]

Os representantes legais da Emissora declaram, neste ato, de forma irrevogável e irretratável que as informações aqui apresentadas são verídicas.

As informações constantes da presente notificação são confidenciais, prestadas exclusivamente ao Agente Fiduciário dos CRA, à Debenturista e à CVM, não devendo ser de forma alguma divulgadas a quaisquer terceiros, seja total ou parcialmente, sem prévia e expressa aprovação pela Emissora, exceto em decorrência de ordem administrativa ou judicial.

Os termos em letra maiúscula utilizados, mas não definidos neste instrumento, terão os significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

**Braskem S.A.**

---

Por:

---

Por:

Cargo:

Cargo:



**Certificate Of Completion**

Envelope Id: 77BE28539D0247C89F5D45E380E2A659

Status: Completed

Subject: Signature request by Marcelo Sarti RID 129934 0000807060 ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS

Source Envelope:

Document Pages: 73

Signatures: 6

Envelope Originator:

Certificate Pages: 6

Initials: 0

Braskem

AutoNav: Enabled

Corunna House, 39 Cadogan Street

Envelopeld Stamping: Enabled

Glasgow, Lanakshire G2 7AB

Time Zone: (UTC) Dublin, Edinburgh, Lisbon, London

docusign@braskem.com

IP Address: 40.113.74.36

**Record Tracking**

Status: Original

Holder: Braskem

Location: DocuSign

11/16/2021 7:38:37 PM

docusign@braskem.com

**Signer Events**

Cristian de Almeida Fumagalli

cristian@ecoagro.agr.br

Diretor

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

**Signature Provider Details:**

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC Certisign RFB G5

Signer CPF: 32751880894

Signer Role: Procurador Eco


**Electronic Record and Signature Disclosure:**

Accepted: 11/16/2021 8:32:20 PM

ID: 9cf1a122-795b-471d-9916-5e8b6c92815a

Company Name: Braskem

**Signature**

DocuSigned by:  
  
 03C0262EE361417...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 189.51.2.226

**Timestamp**

Sent: 11/16/2021 7:45:09 PM

Viewed: 11/16/2021 8:32:20 PM

Signed: 11/16/2021 9:06:06 PM

Freeform Signing

Eduardo Pascowitch

eduardo.pascowitch@braskem.com

Treasury Manager

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

**Signature Provider Details:**

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Signer CPF: 39720010886

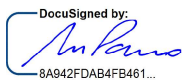
Signer Role: Testemunha

**Electronic Record and Signature Disclosure:**

Accepted: 11/18/2020 5:52:49 PM

ID: 8d1de918-f197-413a-bbc8-94cf9da28d42

Company Name: Braskem

DocuSigned by:  
  
 8A942FDAB4FB461...

Signature Adoption: Drawn on Device

Using IP Address: 200.186.132.27

Sent: 11/16/2021 7:45:09 PM

Viewed: 11/16/2021 7:48:13 PM

Signed: 11/16/2021 7:50:36 PM

Freeform Signing

Marina Dalben

marina.dalben@braskem.com

Diretora Finançsas Corporativas

Braskem S.A.

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

**Signature Provider Details:**

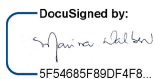
Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Signer CPF: 31405892803

Signer Role: Procurador Braskem

**Electronic Record and Signature Disclosure:**

DocuSigned by:  
  
 5F54685F89DF4F8...

Signature Adoption: Uploaded Signature Image

Using IP Address: 200.186.132.27


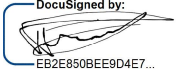

Sent: 11/16/2021 7:45:08 PM

Viewed: 11/16/2021 7:46:07 PM

Signed: 11/16/2021 7:54:43 PM

Freeform Signing



Signer Events	Signature	Timestamp
<p>Accepted: 4/17/2020 4:22:56 PM ID: 72d07abd-1110-4dbc-b086-4b40530548be Company Name: Braskem</p> <p>Milton Scatolini Menten milton@ecoagro.agr.br Diretor</p> <p>Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate</p> <p><b>Signature Provider Details:</b> Signature Type: ICP Smart Card Signature Issuer: AC Certisign RFB G5 Signer CPF: 01404995803 Signer Role: Procurador Eco</p> <p><b>Electronic Record and Signature Disclosure:</b> Accepted: 11/16/2021 8:52:05 PM ID: bec5a329-ae54-4d19-8afd-ed36d704bea0 Company Name: Braskem</p>	<p>DocuSigned by:  04CE4660DFC54C7...</p> <p>Signature Adoption: Uploaded Signature Image Using IP Address: 189.46.194.193</p>	<p>Sent: 11/16/2021 7:45:09 PM Viewed: 11/16/2021 8:52:05 PM Signed: 11/16/2021 9:05:57 PM Freeform Signing</p>
<p>Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas pedro.freitas@braskem.com CFO, Executive Vice-President Braskem SA</p> <p>Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate</p> <p><b>Signature Provider Details:</b> Signature Type: ICP Smart Card Signature Issuer: AC SERASA RFB v5 Signer CPF: 25804531808 Signer Role: Procurador Braskem</p> <p><b>Electronic Record and Signature Disclosure:</b> Accepted: 4/16/2020 12:16:33 PM ID: dc2551b7-7ec6-447c-9241-725891dfcc13 Company Name: Braskem</p>	<p>DocuSigned by:  EB2E8508EE9D4E7...</p> <p>Signature Adoption: Drawn on Device Using IP Address: 189.125.254.30</p>	<p>Sent: 11/16/2021 7:45:08 PM Viewed: 11/16/2021 8:10:56 PM Signed: 11/16/2021 11:22:41 PM Freeform Signing</p>
<p>Vanessa Cristina Ramos de Oliveira vanessa.oliveira@ecoagro.agr.br</p> <p>Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate</p> <p><b>Signature Provider Details:</b> Signature Type: ICP Smart Card Signature Issuer: AC Certisign RFB G5 Signer CPF: 44157611861 Signer Role: Testemunha</p> <p><b>Electronic Record and Signature Disclosure:</b> Accepted: 11/16/2021 7:56:40 PM ID: fa2f71bb-c37a-472e-bfda-0aa183c932e3 Company Name: Braskem</p>	<p>DocuSigned by:  79B24CD3FB7945F...</p> <p>Signature Adoption: Pre-selected Style Using IP Address: 189.51.2.226</p>	<p>Sent: 11/16/2021 7:45:10 PM Viewed: 11/16/2021 7:56:40 PM Signed: 11/16/2021 8:00:28 PM Freeform Signing</p>
In Person Signer Events	Signature	Timestamp
Editor Delivery Events	Status	Timestamp
Agent Delivery Events	Status	Timestamp
Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
Certified Delivery Events	Status	Timestamp
Carbon Copy Events	Status	Timestamp

Witness Events	Signature	Timestamp
Notary Events	Signature	Timestamp
Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	11/16/2021 7:45:10 PM
Certified Delivered	Security Checked	11/16/2021 7:56:40 PM
Signing Complete	Security Checked	11/16/2021 8:00:28 PM
Completed	Security Checked	11/16/2021 11:22:41 PM
Payment Events	Status	Timestamps
Electronic Record and Signature Disclosure		

## **ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE**

From time to time, the sending company (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through your DocuSign, Inc. (DocuSign) Express user account. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to these terms and conditions, please confirm your agreement by clicking the 'I agree' button at the bottom of this document.

### **Getting paper copies**

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. For such copies, as long as you are an authorized user of the DocuSign system you will have the ability to download and print any documents we send to you through your DocuSign user account for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

### **Withdrawing your consent**

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

### **Consequences of changing your mind**

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. To indicate to us that you are changing your mind, you must withdraw your consent using the DocuSign 'Withdraw Consent' form on the signing page of your DocuSign account. This will indicate to us that you have withdrawn your consent to receive required notices and disclosures electronically from us and you will no longer be able to use your DocuSign Express user account to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

### **All notices and disclosures will be sent to you electronically**

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through your DocuSign user account all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

### **How to contact the sending company:**

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: [help@contractpodai.com](mailto:help@contractpodai.com)

#### **To advise the sending company of your new e-mail address**

To let us know of a change in your e-mail address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at [help@contractpodai.com](mailto:help@contractpodai.com) and in the body of such request you must state: your previous e-mail address, your new e-mail address. We do not require any other information from you to change your email address..

In addition, you must notify DocuSign, Inc to arrange for your new email address to be reflected in your DocuSign account by following the process for changing e-mail in DocuSign.

#### **To request paper copies from the sending company**

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an e-mail to [help@contractpodai.com](mailto:help@contractpodai.com) and in the body of such request you must state your e-mail address, full name, US Postal address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

#### **To withdraw your consent with the sending company**

To inform us that you no longer want to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your DocuSign account, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an e-mail to [help@contractpodai.com](mailto:help@contractpodai.com) and in the body of such request you must state your e-mail, full name, IS Postal Address, telephone number, and account number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

#### **Required hardware and software**

Operating Systems:	Windows2000? or WindowsXP?
Browsers (for SENDERS):	Internet Explorer 6.0? or above
Browsers (for SIGNERS):	Internet Explorer 6.0?, Mozilla FireFox 1.0, NetScape 7.2 (or above)
Email:	Access to a valid email account
Screen Resolution:	800 x 600 minimum
Enabled Security Settings:	<ul style="list-style-type: none"><li>• Allow per session cookies</li></ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Users accessing the internet behind a Proxy Server must enable HTTP 1.1 settings via proxy connection</li> </ul>
--	---

\*\* These minimum requirements are subject to change. If these requirements change, we will provide you with an email message at the email address we have on file for you at that time providing you with the revised hardware and software requirements, at which time you will have the right to withdraw your consent.

**Acknowledging your access and consent to receive materials electronically**

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please verify that you were able to read this electronic disclosure and that you also were able to print on paper or electronically save this page for your future reference and access or that you were able to e-mail this disclosure and consent to an address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format on the terms and conditions described above, please let us know by clicking the 'I agree' button below.

By checking the 'I Agree' box, I confirm that:

- I can access and read this Electronic CONSENT TO ELECTRONIC RECEIPT OF ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURES document; and
- I can print on paper the disclosure or save or send the disclosure to a place where I can print it, for future reference and access; and
- Until or unless I notify the sending company as described above, I consent to receive from exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to me by the sending company during the course of my relationship with you.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ANEXO IX**

---

SÚMULA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO PRELIMINAR

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Comunicado à Imprensa

## Rating preliminar 'brAAA (sf)' atribuído às 1ª e 2ª séries da 124ª emissão de CRAs da Eco Securtizadora (Risco Braskem)

16 de novembro de 2021

### Resumo

- As 1ª e 2ª séries da 124ª emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) da **Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.** (EcoAgro) serão lastreadas por debêntures devidas pela Braskem S.A. (Braskem).
- Atribuímos o rating preliminar 'brAAA (sf)' à operação.
- O rating preliminar indica nossa opinião de crédito sobre as debêntures, que possuem a Braskem como única devedora. Entendemos que as debêntures possuem a mesma senioridade que as demais dívidas *senior unsecured* da Braskem.

### Ação de Rating

**São Paulo (S&P Global Ratings), 16 de novembro de 2021** – A S&P Global Ratings atribuiu hoje o rating preliminar 'brAAA (sf)' na Escala Nacional Brasil às 1ª e 2ª séries da 124ª emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) da **Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.** (EcoAgro).

A operação será lastreada por debêntures devidas pela Braskem. O rating é amparado por nossa opinião de crédito sobre as debêntures, que refletem a qualidade de crédito da Braskem como devedora das obrigações assumidas com relação aos títulos.

Os ratings de crédito de emissor e de emissão da Braskem foram elevados a grau de investimento 'BBB-' na escala global e reafirmados em 'brAAA' na Escala Nacional Brasil em 2 de setembro de 2021. A perspectiva do rating que atribuímos à Braskem é estável porque esperamos que a empresa mantenha os atuais níveis de alavancagem nos próximos dois a três anos, apesar da expectativa de spreads petroquímicos mais baixos no futuro. Para mais informações sobre a análise de crédito da Braskem, consulte a seção "Artigos" deste comunicado à imprensa.

O montante total da emissão será de, inicialmente, R\$ 700 milhões, a ser dividido em duas séries, conforme demanda definida após o processo de *bookbuilding*, usando um sistema de vasos comunicantes.

### ANALISTA PRINCIPAL

**Hieda Silva**

São Paulo

55 (11) 3039-4852

hieda.silva

@spglobal.com

### CONTATO ANALÍTICO ADICIONAL

**Marcus Fernandes**

São Paulo

55 (11) 3039-9743

marcus.fernandes

@spglobal.com

### LÍDER DO COMITÊ DE RATING

**Marcus Fernandes**

São Paulo

55 (11) 3039-9743

marcus.fernandes

@spglobal.com

Os juros remuneratórios da 1ª série serão equivalentes, no máximo, à (i) variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acrescido de um spread de até 4,8% ao ano, ou (ii) ao Tesouro IPCA + 2028 (Notas do Tesouro Nacional com vencimento em 2028) acrescidos de um spread de até 0,70% ao ano. Por sua vez, os juros remuneratórios da 2ª série serão equivalentes, no máximo, à (i) variação do IPCA acrescido de um spread de até 5,0% ao ano, ou (ii) ao Tesouro IPCA + 2030 acrescido de um spread de até 0,75% ao ano. O pagamento dos juros será semestral. O pagamento do principal da 1ª série ocorrerá em parcela única no vencimento final da operação em 2028. O da 2ª série ocorrerá em três parcelas anuais nos três anos finais da operação, com o vencimento final dos certificados em 2031.

Entendemos que as debêntures que lastreiam os CRAs possuem a mesma senioridade que as demais dívidas *senior unsecured* da Braskem.

## **Fundamentos**

O rating preliminar se baseia em nossa análise dos seguintes fatores:

**Qualidade de crédito das debêntures.** Para a análise de títulos empacotados lastreados por um ativo já existente, como as debêntures, nossa opinião de crédito se baseia nos ativos subjacentes, os quais contam com a Braskem como fonte pagadora dos fluxos de caixa. Consideramos também se a transação de empacotamento é elegível ao repasse estrutural da qualidade de crédito da fonte dos fluxos de caixa, com base tanto nos fatores de riscos associados aos instrumentos financeiros (default no pagamento, pré-pagamento, diferimento de pagamento e retenção de impostos), quanto aos riscos estruturais (juros de passivo e ativo e termos de pagamentos, despesas, opção do investidor, e risco de mercado e de liquidação do empacotamento). Entendemos que a estrutura da operação mitiga esses riscos. Dessa forma, o rating preliminar indica nossa opinião de crédito sobre o ativo subjacente.

**Estrutura de pagamento e mecanismos de fluxo de caixa.** Na análise da estrutura de pagamentos, avaliamos o risco de insuficiência de recursos para o pagamento de juros e principal dos certificados em razão do pagamento das despesas da operação, incluindo as extraordinárias. O risco foi mitigado porque será constituído um fundo de reserva para arcar com os pagamentos de despesas da transação e a Braskem é obrigada a recompor esse fundo e arcar com o pagamento de todas as despesas da transação e de eventuais impostos que possam incidir sobre a debênture. Além disso, a transação não está exposta aos riscos de descasamento de taxas de juros e de carregamento negativo porque as taxas de juros e o cronograma de amortização das debêntures e dos CRAs se casam.

**Risco operacional.** Consideramos que a operação não possui um participante-chave de desempenho cujo papel possa afetar o desempenho da carteira. Portanto, consideramos que todos os participantes desempenham funções administrativas. Dessa forma, não avaliamos os riscos de severidade, portabilidade e ruptura dos participantes.

**Risco legal.** O patrimônio separado estabelece que apenas os detentores dos CRAs em questão poderão ter acesso aos recursos que constituem os ativos da operação, o que limita o acesso dos detentores dos CRAs e de outros participantes da transação ao patrimônio da emissora. Ainda, a estrutura da emissão dos CRAs e a do emissor atendem aos critérios da S&P Global Ratings com relação ao isolamento da insolvência dos participantes, incluindo a falência de uma sociedade de propósito específico (SPE) de múltiplo uso, e à transferência dos ativos ao patrimônio separado.

**Comunicado à Imprensa: Rating preliminar 'brAAA (sf)' atribuído às 1ª e 2ª séries da 124ª emissão de CRAs da Eco Securitizadora (Risco Braskem)**

**Estabilidade do rating.** O rating preliminar atribuído às 1ª e 2ª séries da 124ª emissão de CRAs da EcoAgro é amparado pela qualidade de crédito da Braskem como devedora das debêntures que lastreiam a operação. Portanto, podemos revisar o rating dos CRAs se mudarmos nossa opinião sobre a qualidade de crédito das debêntures ou da Braskem.

**Comunicado à Imprensa: Rating preliminar 'brAAA (sf)' atribuído às 1ª e 2ª séries da 124ª emissão de CRAs da Eco Securitizadora (Risco Braskem)**

**RESUMO DA AÇÃO DE RATING**

ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.				
Instrumento	De	Para	Montante Preliminar** (em R\$)	Vencimento Legal Final
1ª série da 124ª emissão de CRAs	Não classificada	brAAA (sf) preliminar*	700 milhões	7 anos após a emissão
2ª série da 124ª emissão de CRAs	Não classificada	brAAA (sf) preliminar*		10 anos após a emissão

\*O rating é preliminar, uma vez que a documentação final, com seus respectivos suplementos, ainda não está disponível. A atribuição do rating final depende de a S&P Global Ratings receber uma opinião legal e a documentação final da transação. Quaisquer informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating final diferente do preliminar.

\*\*O montante a ser alocado em cada uma das séries será definido de acordo com a demanda apurada no processo de *bookbuilding*, podendo ser elevado em até 20% por meio de lote adicional.

*A Escala Nacional Brasil de ratings de crédito da S&P Global Ratings atende emissores, seguradores, terceiros, intermediários e investidores no mercado financeiro brasileiro para oferecer tanto ratings de crédito de dívida (que se aplicam a instrumentos específicos de dívida) quanto ratings de crédito de empresas (que se aplicam a um devedor). Os ratings de crédito na Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos de rating globais da S&P Global Ratings com a adição do prefixo "br" para indicar "Brasil", e o foco da escala é o mercado financeiro brasileiro. A Escala Nacional Brasil de ratings de crédito não é diretamente comparável à escala global da S&P Global Ratings ou a qualquer outra escala nacional utilizada pela S&P Global Ratings ou por suas afiliadas, refletindo sua estrutura única, desenvolvida exclusivamente para atender as necessidades do mercado financeiro brasileiro.*

## Comunicado à Imprensa: Rating preliminar 'brAAA (sf)' atribuído às 1ª e 2ª séries da 124ª emissão de CRAs da Eco Securitizadora (Risco Braskem)

Certos termos utilizados neste relatório, particularmente certos adjetivos usados para expressar nossa visão sobre os fatores que são relevantes para os ratings, têm significados específicos que lhes são atribuídos em nossos Critérios e, por isso, devem ser lidos em conjunto com tais Critérios. Consulte os Critérios de Rating em [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br) para mais informações. Informações detalhadas estão disponíveis aos assinantes do RatingsDirect no site [www.capitaliq.com](http://www.capitaliq.com). Todos os ratings afetados por esta ação de rating são disponibilizados no site público da S&P Global Ratings em [www.standardandpoors.com](http://www.standardandpoors.com). Utilize a caixa de pesquisa localizada na coluna à esquerda no site.

### Critérios e Artigos Relacionados

#### Critérios

- [Metodologia de ratings de crédito nas escalas nacionais e regionais](#), 25 de junho de 2018.
- [Princípios ambientais, sociais e de governança nos ratings de crédito](#), 10 de outubro de 2021.
- [Princípios dos Ratings de Crédito](#), 16 de fevereiro de 2011.
- [Critérios de investimento global para investimentos temporários em contas de transação](#), 31 de maio de 2012.
- [Metodologia global para atribuição de ratings a títulos empacotados](#), 16 de outubro de 2012.
- [Estrutura Global de Avaliação de Riscos Operacionais em Operações Estruturadas](#), 9 de outubro de 2014.
- [Critério Legal: Operações Estruturadas: Metodologia de avaliação de isolamento de ativos e de sociedades de propósito específico](#), 29 de março de 2017.
- [Estrutura de risco de contraparte: metodologia e premissas](#), 8 de março de 2019.
- [Estrutura global para a análise da estrutura de pagamento e fluxo de caixa de operações estruturadas](#), 22 de dezembro de 2020.

#### Artigos

- [Definições de Ratings da S&P Global Ratings](#)
- [Ratings da Braskem S.A. elevados a grau de investimento por maior rentabilidade e redução da dívida, perspectiva estável](#), 2 de setembro de 2021

## INFORMAÇÕES REGULATÓRIAS ADICIONAIS

### Outros serviços fornecidos ao emissor

Não há outros serviços prestados a este emissor.

### S&P Global Ratings não realiza *due diligence* em ativos subjacentes

Quando a S&P Global Ratings atribuiu ratings a um instrumento de operações estruturadas, esta recebe informações sobre ativos subjacentes, as quais são fornecidas por terceiros que acreditamos tenham conhecimento dos fatos relevantes. Tais terceiros são normalmente instituições financeiras que estruturaram a transação e/ou instituições que originaram os ativos ou estão vendendo os ativos aos emissores e/ou uma empresa de contabilidade reconhecida e/ou um escritório de advocacia, cada qual agindo em nome da instituição financeira ou originador ou vendedor dos ativos. Além disso, a S&P Global Ratings pode se apoiar em informações presentes nos prospectos de oferta das transações, emitidos de acordo com as leis de valores mobiliários da jurisdição relevante. Em alguns casos, a S&P Global Ratings pode se apoiar em fatos gerais (tais como índices de inflação, taxas de juros dos bancos centrais, índices de *default*) que são de domínio público e produzidos por instituições privadas ou públicas. Em nenhuma circunstância a S&P Global Ratings realiza qualquer processo de *due diligence* sobre ativos subjacentes. A S&P Global Ratings também pode receber a garantia por parte da instituição que está estruturando a transação ou originando ou vendendo os ativos para o emissor, (a) o qual vai fornecer à S&P Global Ratings todas as informações requisitadas pela S&P Global Ratings de acordo com seus critérios publicados e outras informações relevantes para o rating de crédito e, se aplicável, para o monitoramento do rating de crédito, incluindo informações ou mudanças materiais das informações anteriormente fornecidas e (b) a informações fornecidas à S&P Global Ratings relativas ao rating de crédito ou, se aplicável, ao monitoramento do rating de crédito, de que estas não contêm nenhuma afirmação falsa sobre um fato material e não omitem um fato material necessário para fazer tal afirmação, em vista das circunstâncias nas quais foram fornecidas, e não enganosa.

A precisão e completude das informações revisadas pela S&P Global Ratings em conexão com sua análise, pode ter um efeito significativo nos resultados de tais análises. Embora a S&P Global Ratings colete informações de fontes que acredita serem confiáveis, quaisquer imprecisões ou omissões nessas informações poderiam afetar significativamente a análise de crédito da S&P Global Ratings, tanto positiva quanto negativamente.

### Atributos e limitações do rating de crédito

A S&P Global Ratings utiliza informações em suas análises de crédito provenientes de fontes consideradas confiáveis, incluindo aquelas fornecidas pelo emissor. A S&P Global Ratings não realiza auditorias ou quaisquer processos de *due diligence* ou de verificação independente da informação recebida do emissor ou de terceiros em conexão com seus processos de rating de crédito ou de monitoramento dos ratings atribuídos. A S&P Global Ratings não verifica a completude e a precisão das informações que recebe. A informação que nos é fornecida pode, de fato, conter imprecisões ou omissões que possam ser relevantes para a análise de crédito de rating.

Em conexão com a análise deste (s) rating (s) de crédito, a S&P Global Ratings acredita que há informação suficiente e de qualidade satisfatória de maneira a permitir-lhe ter uma opinião de rating de crédito. A atribuição de um rating de crédito para um emissor ou emissão pela S&P Global Ratings não deve ser vista como uma garantia da precisão, completude ou tempestividade da (i) informação na qual a S&P Global Ratings se baseou em conexão com o rating de crédito ou

(ii) dos resultados que possam ser obtidos por meio da utilização do rating de crédito ou de informações relacionadas.

## Fontes de informação

Para atribuição e monitoramento de seus ratings a S&P Global Ratings utiliza, de acordo com o tipo de emissor/emissão, informações recebidas dos emissores e/ou de seus agentes e conselheiros, inclusive, balanços financeiros auditados do Ano Fiscal, informações financeiras trimestrais, informações corporativas, prospectos e outros materiais oferecidos, informações históricas e projetadas recebidas durante as reuniões com a administração dos emissores, bem como os relatórios de análises dos aspectos econômico-financeiros (MD&A) e similares da entidade avaliada e/ou de sua matriz. Além disso, utilizamos informações de domínio público, incluindo informações publicadas pelos reguladores de valores mobiliários, do setor bancário, de seguros e ou outros reguladores, bolsas de valores, e outras fontes públicas, bem como de serviços de informações de mercado nacionais e internacionais.

## Aviso de ratings ao emissor

O aviso da S&P Global Ratings para os emissores em relação ao rating atribuído é abordado na política "[Notificações ao Emissor \(incluindo Apelações\)](#)".

## Frequência de revisão de atribuição de ratings

O monitoramento da S&P Global Ratings de seus ratings de crédito é abordado em:

- [Descrição Geral do Processo de Ratings de Crédito \(na seção de Regras, Procedimentos e Controles Internos\)](#)
- [Política de Monitoramento](#)

## Conflitos de interesse potenciais da S&P Global Ratings

A S&P Global Ratings publica a lista de conflitos de interesse reais ou potenciais na seção "[Potenciais Conflitos de Interesse](#)", disponível em <https://www.spglobal.com/ratings/pt>.

## Faixa limite de 5%

A S&P Global Ratings Brasil publica em seu [Formulário de Referência](#), disponível em <https://www.spglobal.com/ratings/pt/regulatory/content/disclosures>, o nome das entidades responsáveis por mais de 5% de suas receitas anuais.

As informações regulatórias (PCR, em sua sigla em inglês) da S&P Global Ratings são publicadas com referência a uma data específica, vigentes na data da última Ação de Rating de Crédito publicada. A S&P Global Ratings atualiza as informações regulatórias de um determinado Rating de Crédito a fim de incluir quaisquer mudanças em tais informações somente quando uma Ação de Rating de Crédito subsequente é publicada. Portanto, as informações regulatórias apresentadas neste relatório podem não refletir as mudanças que podem ocorrer durante o período posterior à publicação de tais informações regulatórias, mas que não estejam de outra forma associadas a uma Ação de Rating de Crédito.



## **Comunicado à Imprensa: Rating preliminar 'brAAA (sf)' atribuído às 1ª e 2ª séries da 124ª emissão de CRAs da Eco Securitizadora (Risco Braskem)**

Copyright © 2021 pela Standard & Poor's Financial Services LLC. Todos os direitos reservados.

Nenhum conteúdo (incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito, avaliações, modelos, software ou outras aplicações ou informações obtidas a partir destes) ou qualquer parte destas informações (Conteúdo) pode ser modificada, sofrer engenharia reversa, ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma, nem meio, nem armazenada em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da Standard & Poor's Financial Services LLC ou de suas afiliadas (coletivamente, S&P). O Conteúdo não deverá ser utilizado para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem seus provedores externos, nem seus diretores, representantes, acionistas, empregados nem agentes (coletivamente, Partes da S&P) garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade do Conteúdo. As Partes da S&P não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões (por negligência ou não), independentemente da causa, pelos resultados obtidos mediante o uso de tal Conteúdo, ou pela segurança ou manutenção de quaisquer dados inseridos pelo usuário. O Conteúdo é oferecido "como ele é". AS PARTES DA S&P ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, MAS NÃO LIMITADA A QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZABILIDADE, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO OU USO ESPECÍFICO, LIBERDADE DE FALHAS, ERROS OU DEFEITOS DE SOFTWARE, QUE O FUNCIONAMENTO DO CONTEÚDO SEJA ININTERRUPTO OU QUE O CONTEÚDO OPERE COM QUALQUER CONFIGURAÇÃO DE SOFTWARE OU HARDWARE. Em nenhuma circunstância, deverão as Partes da S&P ser responsabilizadas por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais ou consequentes (incluindo-se, sem limitação, perda de renda ou lucros e custos de oportunidade ou perdas causadas por negligência) com relação a qualquer uso do Conteúdo aqui contido, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Análises relacionadas a crédito e outras, incluindo ratings e as afirmações contidas no Conteúdo são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos. As opiniões da S&P, análises e decisões de reconhecimento de ratings (descritas abaixo) não são recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento e não abordam a adequação de quaisquer títulos. Após sua publicação, em qualquer maneira ou formato, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar o Conteúdo. Não se deve depender do Conteúdo, e este não é um substituto das habilidades, julgamento e experiência do usuário, sua administração, funcionários, conselheiros e/ou clientes ao tomar qualquer decisão de investimento ou negócios. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos, exceto quando registrada como tal. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (*due diligence*) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. Publicações relacionadas a ratings de crédito podem ser divulgadas por diversos motivos que não dependem necessariamente de uma ação decorrente de um comitê de rating, incluindo-se, sem limitação, a publicação de uma atualização periódica de um rating de crédito e análises correlatas.

Até o ponto em que as autoridades reguladoras permitam a uma agência de rating reconhecer em uma jurisdição um rating atribuído em outra jurisdição para determinados fins regulatórios, a S&P reserva-se o direito de atribuir, retirar ou suspender tal reconhecimento a qualquer momento e a seu exclusivo critério. As Partes da S&P abdicam de qualquer obrigação decorrente da atribuição, retirada ou suspensão de um reconhecimento, bem como de qualquer responsabilidade por qualquer dano supostamente sofrido por conta disso.

A S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas umas das outras a fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter a confidencialidade de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P pode receber remuneração por seus ratings e certas análises, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus websites [www.spglobal.com/ratings/pt/](http://www.spglobal.com/ratings/pt/) (gratuito) e [www.ratingsdirect.com](http://www.ratingsdirect.com) (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em [www.spglobal.com/usratingsfees](http://www.spglobal.com/usratingsfees).

STANDARD & POOR'S, S&P e RATINGSDIRECT são marcas registradas da Standard & Poor's Financial Services LLC.





**PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO  
AGRONEGÓCIO DA 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA  
124ª (CENTÉSIMA VIGÉSIMA QUARTA) EMISSÃO DA**

**ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS  
DO AGRONEGÓCIO S.A.**



+55 11 3121-5555  
[www.luzcapitalmarkets.com.br](http://www.luzcapitalmarkets.com.br)  
Mercado de Capitais

• IPO • FOLLOW ON • FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA • ITR • DFP • DATAROOM VENUE®